

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

NATANE FLORES HAMMARSTRON

**FEMINISMO PARA 99% EM PORTO ALEGRE: O CARÁTER
TRANSNACIONAL DOS PROTESTOS DE 08 DE MARÇO DE 2017**

**PORTO ALEGRE
2020**

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

NATANE FLORES HAMMARSTRON

**FEMINISMO PARA 99% EM PORTO ALEGRE: O CARÁTER
TRANSNACIONAL DOS PROTESTOS DE 08 DE MARÇO DE 2017**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Escola de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof.^a. Teresa Cristina Schneider Marques

Porto Alegre

2020

Ficha Catalográfica

H224f Hammarströn, Natane Flores

Feminismo para 99% em Porto Alegre : O caráter transnacional dos protestos de 08 de março de 2017 / Natane Flores Hammarströn.
– 2020.

131.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Teresa Cristina Scheneider Marques.

1. Feminismo. 2. transnacional. 3. 8 de março. 4. dia da mulher. 5. Porto Alegre. I. Marques, Teresa Cristina Scheneider. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

NATANE FLORES HAMMARSTRON

**FEMINISMO PARA 99% EM PORTO ALEGRE: O CARÁTER
TRANSNACIONAL DOS PROTESTOS DE 08 DE MARÇO DE 2017**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Escola de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Defesa em: 27 de agosto de 2020

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Teresa Cristina Schneider Marques (Orientadora) - PUCRS

Profa. Dra. Fernanda Bittencourt Ribeiro –PUCRS

Profa. Dra. Camila Penna de Castro - UFRGS

Porto Alegre
2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Ane Briske, Teresa Cristina Schneider Marques, Julia Wunsch, Rosana Flores Hammarströn, Lara Yelena Werner Yamaguchi, Jordana Berchon, Natanielle Almada, Adriana Carvalho, Luciana Krumenauer, Aline Wermann, Maria Salete Campigotto, Suelen Aires, Cristina Pereira Vieceli, Gisiane Rodrigues, Aline Basso, Amanda Zimmer Muller, Helena Lucchese Fantinelli, Cadine Flores Hammarströn, Maria Fernanda Geruntho Salaberry, Marianna Rodrigues Vitória, Salete Carollo, Maria Bernadete Flores, Ana Aguirre, Raissa Tonial, Amanda Flores Hammarströn, Mel de Moura, Mariam Pessah, Fabiane Dutra Oliveira, Giany Rodrigues, Aline Basso e Michele Sandri da Costa.

RESUMO

O ano de 2016 foi marcado por levantes feministas. Na Argentina, o movimento Ni Una a Menos denunciou e cobrou providências após brutais assassinatos de mulheres. Na Polônia, as mulheres vestiram-se de preto e foram às ruas derrubar um projeto que prometia proibir totalmente o aborto. Protestos e greves de mulheres difundiram-se para os países vizinhos; foi pensada uma grande greve internacional de mulheres para o dia 8 de Março de 2017, marcando o Dia da Mulher. As norte-americanas lançaram uma carta convocando para as mobilizações desse dia e convidando para a construção de um feminismo de base anticapitalista para as 99%. O objetivo desta pesquisa busca compreender como o contexto transnacional influenciou os protestos do Dia Internacional da Mulher em 2017 em Porto Alegre e de que forma o contexto local propiciou uma ponte entre enquadramentos. A metodologia implica análise documental da carta, panfletos e etc. foram realizadas 10 entrevistas com ativistas de coletivos atuantes na construção do 8M, em Porto Alegre, neste ano. A atuação através de redes de ação coletiva está entre as formas de organização do movimento feminista. Através da teoria do confronto, conceitos como coalizão de eventos, frame global, repertório de ação e difusão são primordiais. Palavras chave: Dia Internacional da Mulher; 8M Porto Alegre, Feminismo 99%, frame global, redes transnacionais de ativismo feminista.

ABSTRACT

The year 2016 was marked by feminist uprisings. In Argentina, the Ni Una a Menos movement denounced and charged measures after brutal murders of women. In Poland, women dressed in black and took to the streets to overturn a bill that promised to ban abortion altogether. Protests and women's strikes spread to neighboring countries; a major international women's strike was planned for March 8, 2017, marking Women's Day. The Americans released a letter calling for the mobilizations of that day and inviting the construction of an anticapitalist-based feminism for 99%. The aim of this research aims to understand how the transnational context influenced the protests of International Women's Day in 2017 in Porto Alegre and how the local context provided a bridge between frameworks. The methodology implies documental analysis of the letter, pamphlets and etc. Ten interviews were conducted with activists from collectives working in the construction of the 8M, in Porto Alegre, this year. The action through collective action networks is among the forms of organization of the feminist movement. Through the theory of confrontation, concepts such as coalition of events, global frame, repertoire of action and diffusion are paramount. Keywords: International Women's Day; 8M Porto Alegre, Feminism 99%, global frame, transnational networks of feminist activism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. Confronto político transnacional e feminismo.....	20
1.1 O caráter relacional do confronto político	21
1.2 Debate teórico sobre Ativismo transnacional	30
1.3 O feminismo enquanto uma rede ativista transnacional.....	40
2. A história do 8 de Março e o feminismo	47
2.1 A origem do 8 de março	48
2.2. As gerações do feminismo e a Quarta onda no Brasil	58
2.3 Circulação de ideias, teoria feminista e identidades.....	71
3 O chamado internacional e o 8 de Março de 2017 em Porto Alegre	82
3.1 O chamado internacional e a construção de um frame global em um contexto de retrocessos democráticos	82
3.2 Coalizão de evento e organização de Porto Alegre para o 8M	94
3.3 As performances, a geografia e a difusão do 8M 2017 em Porto Alegre	104
CONCLUSÃO.....	115
REFERÊNCIAS.....	122

LISTA DE SIGLAS

ASSUFRGS	Sindicato	dos	Técnicos
Administrativos da UFRGS, UFSCPA e IFRS			
CONDIM	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher		
CPERGS	Sindicato dos Trabalhadores em Educação		
CUT	Central Única dos Trabalhadores		
GIM	Greve Internacional de Mulheres		
MMM	Marcha Mundial de Mulheres		
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra		
8M	8 de Março		
PCB	Partido Comunista Brasileiro		
PCdoB	Partido Comunista do Brasil		
PT	Partido dos Trabalhadores		
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade		

LISTA DE FIGURAS

[Figura 1: Montagem com panfletos de chamadas para atos do 8M..... 113](#)

INTRODUÇÃO

O feminismo é um movimento político que tem como base a luta pela igualdade de gêneros. Embora tenha surgido na metade do século XIX, sua luta ainda é atual, pois a mulher ainda é subjugada, reduzida a papéis domésticos e violentada de muitas formas. O engajamento das mulheres pelos seus direitos está relacionado, assim como a luta de outros movimentos sociais, a questões de desigualdade que se refletem em diversos âmbitos sociais.

O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. (PINTO, 2010, p.16)

Pode-se afirmar que se trata de um movimento plural, que passou por inúmeras transformações e que hoje assume diferentes perspectivas. Diante disso, é necessário analisar sua trajetória, suas formas de ação e reivindicações no Brasil e no mundo. A atuação através de redes de ação coletiva está entre as formas de organização do movimento feminista. Uma vez que aborda uma causa que ultrapassa fronteiras, tais redes são tanto locais, nacionais ou domésticas quanto transnacionais, com histórico de alinhamentos mundiais de atos e ações políticas. Entre eles, destacamos o Dia Internacional da Mulher de 2017, o dia 08 de março, que ficou marcado por um chamado internacional para um ato político global.

O ato em questão se insere em um contexto marcado por grandes protestos e atos políticos em espaços públicos. Entre 2010 e 2012, houve levantes populares no mundo, como a primavera árabe, o movimento *Indignados*, na Espanha, a rebelião dos Pinguins, no Chile, e o *Occupy Wall Street* onde se usou o lema “Nós somos os 99%” para expor a desigualdade social (ZIZEK, HARVEY, DAVIS, SAFATLE, 2015). No Brasil, o ano de 2013 foi marcado por grandes protestos que iniciaram contra o aumento da tarifa de ônibus e acabaram levando multidões às ruas por pautas variadas, sendo um destaque os blocos *anticorrupção*.

Em enfrentamento ao fortalecimento do discurso conservador, observou-se nova onda de protestos feministas em diversos países, dentre os quais merece destaque a Polônia e a Argentina. No primeiro, após proposta de retirar

as poucas exceções de direito ao aborto no país, as polonesas tomaram as ruas. Lembrando uma grande greve de mulheres que ocorreu na Islândia em 1975, o movimento feminista da Polônia convocou uma greve de mulheres para derrubar o veto total ao aborto (KOROLCZUK, 2017). Os intitulados *Black Protests* param o país levando multidões de mulheres vestidas de preto às ruas. A proposta foi derrubada e a vitória das polonesas incentivou outras mulheres a se mobilizarem na Europa e na Ásia. Na Argentina, os feminicídios impulsionaram os protestos. Em 2016, o levante *Ni una a Menos*, na Argentina, ganhou repercussão, muito embora tenha iniciado um ano antes. Com foco na denúncia da violência contra a mulher no país e promovendo grandes marchas nas ruas de Buenos Aires, o movimento se espalhou para outros países. O caráter sistemático da violência contra as mulheres, compartilhado por meio de *hashtags* e outras tecnologias da informação e comunicação, utilizados tanto pelo movimento das polonesas como pelo das argentinas, levaram mulheres dos demais países a debater a questão de desigualdade de gênero. (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019).

Todavia, o “chamado” para uma luta global ficou mais evidente em 2017, ano que iniciou com uma carta das norte-americanas convocando as mulheres do mundo todo para uma greve internacional de mulheres no 8 de março. A carta falava sobre os protestos feministas que vinham ocorrendo pelo mundo. Intelectuais, como Ângela Davis e Nancy Fraser, assinaram o chamado. O documento tem origem na organização das mulheres norte-americanas após a posse do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. No dia 21 de janeiro de 2017, uma multidão de mulheres tomou as ruas de Washington. Nesse mesmo dia, o jornal *El país*, em matéria intitulada “Protesto de mulheres contra Trump reúne dezenas de milhares nos EUA”, destacou que o protesto foi o maior na história do país referente a uma posse presidencial. Outros grupos se uniram à Marcha, tais como grupos ligados ao movimento negro, LGBT, imigrantes, entre outros. Em diversos países, houve manifestações de apoio à iniciativa das mulheres; grupos com cartazes contra Trump se reuniram em capitais da América Latina e da Europa. Foi a partir dessa marcha que mulheres norte-americanas decidiram escrever a carta de chamada para uma greve internacional de mulheres, fazendo questão de deixar claro, logo no início da carta, que o movimento, que iniciou na Argentina e Polônia, contava

atualmente com mais de 30 países na convocação à greve e representava um feminismo anticapitalista. A carta foi traduzida para várias línguas e divulgada por diversos meios, em blogs, mídias sociais, jornais, etc. Exemplo foi a matéria publicada no site do jornal *The Guardian* no dia 06 de fevereiro de 2017 com o manifesto publicado na íntegra. O documento convocava as mulheres a retomarem o Dia Internacional da Mulher como uma data classista, para construir um feminismo para “99% das mulheres”. A partir de então, o movimento de mulheres em diferentes partes do mundo replicava o chamado.

No Brasil, nesse mesmo ano e mês - fevereiro de 2017 - as mulheres também vinham em crescente articulação. Com efeito, desde 2015, o Brasil passou a observar grandes protestos feministas contra a chamada “ofensiva conservadora” em articulação com outros movimentos e setores progressistas. Entre tais protestos, merecem destaques os protestos contra Eduardo Cunha em 2015 (BRITO, 2015) e os protestos de “Fora Temer”, em 2016. Em 2017, o protesto de 08 de março, Dia Internacional da Mulher, ganhou uma dimensão que até então não havia sido observada no Brasil. Houve protestos de grande envergadura em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Porto Alegre, Brasília e Belo Horizonte. Em Porto Alegre, segundo o jornal O Sul 21, houve atividades durante o dia inteiro com a presença de diversos coletivos, partidos políticos, sindicatos e ativistas de todas as idades.

É ímpar o alcance dos protestos feministas brasileiros e, sobretudo a dimensão alcançada pelo 08 de março de 2017, sobretudo se levarmos em consideração o contexto de aprofundamento da crise política e econômica no Brasil no período. Havia instabilidade e muitos protestos nas ruas, “a ascensão do então vice-presidente Michel Temer ao poder e o anúncio de cortes draconianos nos gastos públicos e autoritários que violam garantias constitucionais dos trabalhadores.” (VALE, 2018, p.460). A matéria do jornal O Globo, de Lisandra Paraguassu e Anthony Boadle, publicada no dia 16 de janeiro de 2017, com a manchete “Desemprego é maior preocupação do governo, diz Temer”, trazia a notícia de que havia retrocesso no último trimestre nos setores da construção, de serviços e da indústria; além disso, o desemprego havia atingido o recorde de 12,1 milhões de pessoas.

No Brasil, em outros momentos históricos, tais como a ditadura militar e a década de 1980, situações de crise já foram utilizadas como justificativas

para o abandono de reivindicações feministas em favor de uma unidade e fortalecimento de setores progressistas (PEDRO, 2010).

Ao longo do tempo, como revela Simone de Beauvoir, não podemos nos esquecer "(...) que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes". Teremos que nos manter vigilantes durante toda a nossa vida. (CASTRO, 2019 p.15)

Não raro o abandono das pautas feministas, tais como aborto legal, entre outras, foi justificado pela necessidade de conquistar apoio da população para causas "mais urgentes" para a classe trabalhadora. Houve um momento em que o marxismo brasileiro não entendia o feminismo como uma pauta importante; exemplo disso pode-se verificar nos grupos de esquerda armada no Cone Sul na década de 70: "Apesar de o feminismo não ser reconhecido como uma reivindicação importante pelos movimentos de esquerda da época, o número de militantes mulheres dessas organizações era muito maior que o de situações anteriores. " (WOLFF, 2007, p.19). As mulheres precisaram disputar esse espaço dentro dos movimentos e convencer que debater gênero não suprimiria o debate de classe, pelo contrário, deveria ser algo intrínseco para as ativistas.

Sendo assim, a presente pesquisa se pergunta sobre as estratégias interpretativas assumidas pelas feministas que permitiram superar esse debate e construir o maior e mais transnacional protesto de 08 de março da história brasileira, mesmo em contexto marcado pela crise política e econômica. Parte-se da compreensão de que os protestos do Dia Internacional da Mulher em 2017 estavam alinhados com enquadramentos globais, atendendo a um chamado internacional do movimento feminista. Entende-se que protestos transnacionais são ações coletivas que ocorrem para além das fronteiras nacionais:

O que é mais marcante sobre o novo ativismo transnacional é tanto a sua ligação com a atual onda de globalização como a sua relação com a estrutura em mudança da política internacional. O primeiro, defendendo, fornece incentivos e causas de resistência para muitos (embora não todos) os ativistas transnacionais; mas este último oferece aos ativistas um foco de pontos para a ação coletiva, proporciona-lhes recursos alargados e oportunidades, e reúne-os em coligações transnacionais e campanhas. " (TARROW, 2005, p.5).

Para tanto, a pesquisa se voltou para a análise do protesto de 08 de março de 2017 em Porto Alegre, objetivando compreender como o chamado feminista internacional foi traduzido e interpretado de forma a permitir tão ampla mobilização.

Diante desse contexto, a problemática de estudo encontra-se nos seguintes questionamentos: Como as redes feministas de Porto Alegre interpretaram e traduziram o chamado internacional para o 8 de Março unificado em 2017? Dito de outra maneira, quais foram as conexões ou as pontes efetivadas pelas feministas no Brasil com o enquadramento global produzido pelas americanas? Nesse sentido, cabe destacar que o presente trabalho parte da compreensão da existência de uma “dimensão interpretativo-cultural dos fenômenos de ação coletiva”, que pode ser compreendida a partir do conceito de *frame*, geralmente traduzido como “enquadramento” pelos pesquisadores que parte da teoria do confronto político (SILVA, COTANDA, PEREIRA, 2017, p.150).

A Teoria do confronto político, proposta por Charles Tilly e Sidney Tarrow, serve como referência teórica para compreender a organização do 08 de março de 2017 em Porto Alegre. A teoria do confronto estabelece uma relação entre a sociologia e a ciência política e parte de uma perspectiva histórico-institucional. O confronto político pode assumir diferentes formas, dentro dessas formas, se encontram ações coletivas, movimentos sociais, redes de militância, etc. (TILLY, TARROW, MCADAM, 2010). As obras de Tilly já demonstravam grande relevância na década de 80; no início dos anos 2000, seus escritos com McAdam e Tarrow já se estabelecem como grandes referências nos estudos de ativismo e ação coletiva contestatória. Após a morte de Tilly, Tarrow segue se aprofundando nessas temáticas, porém destacando a especificidade do ativismo transnacional.

O confronto político sempre será coletivo e terá enfrentamento com o Estado. O controle se dá quando uma parte reivindica algo para o Estado, porém é da natureza do Estado responder ou conter o enfrentamento desencadeado por essa coletividade. Os processos por intermédio dos confrontos “(...) surgem em ambientes diversos e como sua intersecção com formas diferentes de mobilização, criação de identidades, organização e oportunidade e restrições criam movimentos sociais e grandes ciclos de

confronto.” (TARROW, 2009, p.246) Dentro dessa perspectiva, de acordo com o regime político e outras variáveis, essas duas partes vão agir de uma forma ou de outra:

O diálogo entre a teoria do confronto e o debate sobre frame ficou marcado pelas contribuições de David A. Snow e Robert D. Benford. Tais autores elaboraram categorias de enquadramentos, também conhecidas como *frames* ou molduras. Este estudo:

(...) teve como centro de análise o fenômeno por eles conceituado como “alinhamento de molduras interpretativas” (*frame alignment*). Neste estudo, os autores defendem a tese de que o engajamento de potenciais aderentes e a manutenção de militantes por parte dos movimentos sociais ocorrem por meio da convergência entre as molduras interpretativas dos indivíduos e as desenvolvidas e veiculadas pelas organizações de movimentos sociais. Este processo, no entanto, não ocorreria de forma passiva. Os empreendedores de movimentos sociais desenvolveriam diferentes estratégias para que este alinhamento pudesse ocorrer: “ligação de molduras” (*frame bridging*), quando há semelhança entre as interpretações do movimento e as interpretações socialmente estabelecidas, sendo necessária apenas a conexão entre estes elementos; (SILVA, COTANDA, PEREIRA, 2017, p.150)

No livro *The New Transnational Activism*, Tarrow desenvolve em cima dos estudos de frames de Snow, o conceito de *global framing*. Para compreensão dos atuais ativismos transnacionais, o conceito de enquadramento global é fundamental. O autor afirma que estabelecer um frame a nível global é um grande desafio, pois há barreiras nacionais que tendem a manter as redes de ativismo domésticas focadas em questões locais.

O livro prossegue identificando e especificando três ordens de processos que ligam os ativistas domésticos ao sistema internacional: dois processos “locais”, enquadramento global e internalização; dois de transição, difusão e mudança de escala; e dois processos “globais”, externalização e formação de coligações internacionais. (TARROW, 2005, p.11-12).

Esse livro é um dos principais suportes teóricos para esta pesquisa. Além do conceito de frame global, os conceitos de difusão e coalizão permeiam a argumentação em resposta ao problema de pesquisa.

Partindo da hipótese de que a operação de alinhamento de frames é ainda mais importante para a construção de protestos transnacionais, sobretudo em tempos de crise econômica, foi realizada uma pesquisa de caráter qualitativo, além da pesquisa bibliográfica. A análise se baseou em fontes de diferentes naturezas. Foram elas: orais (entrevistas anônimas com 10

ativistas); visuais (panfletos, imagens e divulgações dos protestos divulgadas em papel nas ruas da cidade e nas redes sociais em formato digital) e, finalmente, escritas (O chamado norte-americano, jornais e textos produzidos pelas organizações que participaram do protesto). Foram empregadas diferentes técnicas de pesquisa. As entrevistas foram elaboradas com base nas reflexões propostas por Márcia Lima sobre o uso da entrevista na pesquisa empírica:

A entrevista é uma técnica que consiste em gerar e manter conversações com pessoas consideradas chaves no processo de investigação. É recurso comumente utilizado por pesquisadores sociais e, importante frisar, em geral está associada ao uso de outras técnicas de pesquisa. Para isso, segue-se um conjunto de tópicos e interpretações que vão criar os dados da investigação. (LIMA, 2016, p.27).

Foram realizadas entrevistas com roteiro semiestruturado (em anexo) com 10 ativistas que fazem parte de organizações que estiveram na organização do Dia da Mulher de 2017 em Porto Alegre. Essas entrevistas preservam o nome das ativistas, sendo de cunho anônimo, e foram categorizadas apenas por números que correspondem a organização, sendo: 1-PSOL (Partido Socialismo e Liberdade); 2-Frente 8M POA; 3-ASSUFRGS (Sindicato dos Técnico-Administrativos da UFRGS, UFCSPA, IFRS); 4-PCdoB (Partido Comunista do Brasil) ; 5-Marcha Mundial de Mulheres; 6-Frente 8M Brasil e GIM (Greve Internacional de Mulheres/Grupo Porto Alegre); 7-Movimento de Mulheres Olga Benário; 8-Partido dos Trabalhadores/PT; 9-PCB (Partido Comunista Brasileiro); 10-MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Nessas organizações, engloba-se: Partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos, coletivos feministas e também frentes mais amplas, como é o caso das entrevistas 2 e 6, que compuseram frentes de mulheres com identidades feministas bastante plurais e independentes de organizações já estabelecidas. A presença dessas organizações pode ser confirmada facilmente através de entrevistas e fotos em matérias jornalistas, assim como em suas páginas na internet que divulgavam o evento e a programação unificada para o 8 de Março de 2017 em Porto Alegre.

Quanto às fontes visuais, partiu-se da análise iconográfica. A análise iconográfica aborda as imagens como fontes históricas:

(...) é necessário extrair as representações e significações por meio dos elementos que as constituem. Levando em consideração a metodologia de análise proposta por Erwin Panofsky (método iconológico), em que é preciso identificar os elementos que estão presentes na imagem, apontando o que elas representam e assim inseri-las no contexto em que foram produzidas... (MIANI, GUIMARÃES, 2018, p.8).

Foram feitas análises de panfletos e imagens utilizados na divulgação, em papel nas ruas da cidade e nas redes sociais em formato digital que convocavam aos protestos do Dia Internacional da Mulher. Historicamente as imagens possuem um papel fundamental no combate político. As imagens escolhidas para panfletos e cartazes precisam comunicar algo de forma simples para quem não está disposto a ler todo o texto informativo ou até mesmo comunicar a temática a para pessoa que não sabem ler. Foram também analisadas matérias de jornais que trouxeram manchetes sobre a preparação e desfecho dos protestos do 8 de Março.

Por fim, foi realizada análise qualitativa de documentos escritos. Na presente dissertação, destacamos o chamado norte-americano, jornais e textos produzidos pelas organizações que participaram do protesto. “O exame do contexto social global, no qual foi produzido o documento e no qual mergulhava seu autor e aqueles a quem ele foi destinado, é primordial em todas as etapas de uma análise documental” (CELLARD, 2008, p.299). Destaco que estive presente nas reuniões e assembleias de construção, assim como nas marchas e atividades do 8M de Porto Alegre em 2017, porém a observação participante não é uma opção metodológica nesta pesquisa, pois a elaboração do tema foi posterior ao protesto.

A pesquisa será apresentada em três capítulos. No primeiro, apresenta-se a teoria do confronto e seus principais conceitos. O caráter relacional da teoria e como se estabelecem as relações entre regime e militantes são pontos de fundamental relevância nesta primeira parte do trabalho. Destaca-se também, a partir de conceitos de Tarrow, a especificidade do ativismo transnacional e modelos de análise de difusões das redes para além das fronteiras nacionais; é apresentada a reflexão acerca dos frames e sua relação com a ação coletiva e confronto político, suas especificidades em sociedades domésticas e sua nova caracterização em sociedades globalizadas. Finalmente, é destacado o feminismo enquanto rede transnacional de ativismo.

O capítulo dois trará a história do 08 de março, do feminismo enquanto ondas e sobre circulação de ideias feministas. Para situarmos a militância atual das mulheres entorno do 08 de março, é necessário buscar as origens da data e suas transformações ao longo das décadas. Em 2017, completou 100 anos desde o grande 08 de março das mulheres russas. Muitas questões se passaram até se chegar à década de 70, quando a ONU reconheceu o 08 de março como o Dia Internacional da Mulher. As quatro ondas do feminismo são importantes para situarmos as características que foram herdadas de cada geração de intelectuais e ativistas. O último ponto do capítulo se refere à circulação de ideias feministas e como isso influencia na construção de debates e eventos.

Por fim, o terceiro capítulo entra diretamente no 8 de março de 2017. O contexto político de 2016, a construção do chamado internacional e o alinhamento de um frame global. A coalizão de eventos, a difusão e as redes de ativismo foram fundamentais para que o Dia Internacional da Mulher ganhasse repercussão transnacional. As mulheres, na cidade de Porto Alegre, estavam inseridas em um fluxo transnacional, mas também apresentavam demandas específicas locais.

1. Confronto político transnacional e feminismo

A internacionalização dos movimentos sociais e da ação política é um fenômeno que vem sendo crescentemente observado dentro da Ciência Política (ESPÓSITO, 2007). Para autores como Guillaume Devin, em um mundo globalizado, dificilmente os atores se mantêm totalmente isolados da esfera global e, mesmo em períodos anteriores à globalização, as migrações e a circulação de ideias, ainda que por meio menos velozes, já influenciavam o confronto político. Maior exemplo são as revoluções políticas e ciclos de protestos, como a própria revolução francesa, a Primavera dos Povos ou a Primavera de Praga, que ultrapassaram fronteiras (DEVIN, 2016). Tarrow, por sua vez, entende que o “global [está] no local” (ESPÓSITO, 2007). Isto é, o contexto internacional influencia o contexto doméstico, interferindo assim no confronto político. Todavia, segundo Sidney Tarrow, os movimentos sociais e ações coletivas com caráter transnacional passam por etapas e processos distintos daqueles que, em sua essência, mantêm-se domésticos.

Para compreender as especificidades do caráter transnacional do feminismo e a transformação de uma data simbólica como o 8 de março em uma ação política transnacional, partimos da perspectiva relacional proposta pela teoria do confronto político. Para tanto, o primeiro capítulo se propõe a debater conceitos que são caros a essa análise e se encontra dividido em três partes. Na primeira, discutiremos as contribuições da teoria confronto para o estudo do feminismo, ao argumentar que o confronto político é marcado pelo seu caráter relacional. Na segunda parte, discutiremos o ativismo transnacional. Por fim, na terceira parte, abordaremos o feminismo enquanto uma rede transnacional.

1.1 O caráter relacional do confronto político

Tilly e Tarrow partem de uma perspectiva histórica, que leva em conta diversos fatores e, acima de tudo, é relacional. Dentro dessa perspectiva relacional nada é tão sólido e fixo dentro do confronto político; há um conjunto de relações que influenciam, como a cultura, a posição social, a sociedade na

qual se está inserido, etc. Todos esses fatores irão influenciar e se relacionam entre si. É a medida que os indivíduos interagem com o regime e que o regime também se modifica ao longo do tempo que se dá essa relação, tudo se movimenta, tudo é relação. Existem vários elementos que entram em jogo.

As redes e os movimentos sociais por vezes ainda hoje são erroneamente tratados como sinônimos. Para analisar com mais nitidez cada fenômeno é importante salientar suas especificidades. Sidney Tarrow argumenta:

Como essas redes diferem dos movimentos sociais e por que são frequentemente confundidas com eles? Parte da confusão resulta de dois usos diferentes do termo 'rede': estruturas conectivas e redes sociais e alguns outros tipos de confronto.(...) As redes de ativismo são estruturas conectivas que ultrapassam as fronteiras nacionais, enquanto que as redes sociais são as bases para o confronto político no interior de sociedades domésticas (TARROW, 2009, p.236).

Portanto, as redes sociais, independente da sua natureza, são a base do confronto no interior dos Estados. Ao se tornarem redes de ativismo, elas podem atravessar as fronteiras. Nas últimas décadas, com uma acentuada e crescente globalização, o alcance das redes toma dimensões maiores, os militantes passam a ter mais contato com militantes de outros países. Isso ocorre pelas migrações, contatos internacionais, meios de comunicação, etc. As redes surgem para lutar por algo mais específico e, nesse período de globalização, estas tendem a fortalecer-se, tornando-se internacionais ultrapassando as reivindicações antes direcionadas ao seu Estado de origem.

Os movimentos sociais estão presentes ao longo da história da humanidade. À medida que mudanças sociais emergem, esse conceito é ressignificado. O confronto político possui características específicas e, durante muito tempo, foi estudado como sinônimo de movimento social. Dentro das ciências sociais, por décadas, foram os sociólogos que se detiveram a estudar a militância política. Ao longo do século XX, manteve-se uma visão sociológica que entendia qualquer manifestação política como movimento social. Charles Tilly, Sidney Tarrow e Doug McAdam unem o conhecimento sociológico e histórico à ciência política para diferenciar as formas como o confronto político irá ocorrer.

Charles Tilly fez importantes considerações teóricas referentes ao campo da ação coletiva e aos movimentos sociais, traçando um intenso diálogo

entre a história e a sociologia. O teórico norte-americano deixou diversas contribuições de forma teórica e metodológica nos estudos sobre Estado, conflitos, ação coletiva, repertórios, etc. Tilly escreveu sobre a formação do Estado, relacionando esse processo com a coerção e com o capital, com destaques para empates entre grupos sociais distintos e manifestações:

Enquanto a maioria da literatura histórica documentava e analisava diferentes formas de contestação política e social, o trabalho de Tilly foi fundamentalmente analisar sua variação e mudança: em primeiro lugar, facilitando a codificação do conhecimento existente dos historiadores sociais e políticos sobre as formas de ações coletivas populares (propondo categorias como os 'eventos de protesto' que, desde um ponto de vista metodológico, acabaria se convertendo em uma importante unidade de análise no estudo das ações coletivas dentro da escola norte-americana); em segundo lugar generalizando as perguntas pelas causas das mudanças e as variações destas formas, e, em terceiro lugar, propondo a hipótese de que a história anterior da contestação limitava gravemente as opções de ação disponíveis no presente (por exemplo, a partir das conhecidas interpretações, que com inspiração em Gustave Le Bon e adeptos, ligavam os protestos ao mundo do irracional e inclusive do patológico). Como pano de fundo dessa interpretação tillyana aparece um elemento absolutamente central que permeia sua obra, embora ganhe um caráter mais forte nos últimos anos: o caráter contingente, interativo, complexo e relacional da história e dos processos sociais. (BRIGEL, 2012, p.46)

O foco para a ação coletiva foi se tornando uma prioridade, através de análise de longa duração e perspectiva comparada, Tilly verificou as transformações de repertório em períodos distintos. Em uma análise tillyana, a observação dos processos que resultam em mudanças sociais é tão importante quanto o próprio desfecho "(...) a história e o tempo não são meros contextos, o lugar e o espaço devem ser entendidos como esferas de luta e elementos definidores do movimento social". (BRINGEL, 2012, p.51)

O confronto político se caracteriza por partes desiguais que se envolvem no confronto político, ou seja: o Estado que possui os meios de repressão e parte da população que carece de direitos, sendo o Estado o ator político mais forte sempre. Os desafiantes buscam fins comuns e podem se beneficiar aderindo a redes de relacionamento sendo coletivos, sindicatos, etc. Tilly compreende a democracia como processo dinâmico que sempre corre o risco de reversão, define o Estado como organização que "controla a maior concentração dos meios coercitivos no interior de um território substancial, que, em algumas questões, possui prioridade em relação a todas as demais organizações" (TILLY, 2013, p.25) Utilizou análise histórico-comparativa para

exemplificar correlação entre democratização e lutas populares. Os repertórios estão ligados às condições estabelecidas pelos regimes democráticos, a definição de repertório sofreu mudanças com o passar de suas obras:

O conceito se apresenta relacional e interacionista, privilegia a *experiência* das pessoas em *interações* conflituosas, e o *uso* e a interpretação dos *scripts* em *performances*, a nova unidade mínima do repertório. A adição de performance e o olho nas interações foi seu modo de adensar a *agency* e mitigar o estruturalismo de origem. Tilly começou botânico das formas de protesto, classificando, categorizando, discernindo padrões e permanências, e chegou a músico atento ao improvisado e ao contingente na interpretação das partituras sociais, as interações. (ALONSO, 2012, p.32)

O conceito de “repertório” foi desenvolvido para nomear as variadas possibilidades de fazer política em um determinado contexto histórico, “repertório é, então, um conjunto de formas de ação.” (ALONSO, 2012, p.23) O autor ampliou esse conceito ao longo de suas publicações, utiliza o conceito de “repertório” como uma metáfora de termo musical e, ao longo de suas pesquisas, adiciona outros termos ligados às artes, como “performance” e “script” do teatro, para explicar interações na política confrontacional. Deixou um grande legado entre seus diversos livros e artigos. Muitos autores dialogam com as referências tillyanas, como Jasper, Snow, Poletta e Melucci, porém, dentro dos legatários de sua influência, Tarrow assume maior evidência. (ALONSO, 2012).

Dialogando com Tilly, Sidney Tarrow estabelece uma linha de diálogo entre a sociologia e a ciência política e parte de uma perspectiva histórico-institucional para explicar as formas de política contenciosa. A ação coletiva é tudo aquilo que se faz em conjunto, quando pessoas se unem para executar uma ação que é voltada para a coletividade. Essa ação só passa a ter caráter político quando se inclui enfrentamento com o Estado. O confronto político é tudo aquilo que é feito por uma parte que reivindica algo em favor da coletividade enfrentando o Estado. As partes que reivindicam podem ser variadas, mas por muito tempo foram todas denominadas como movimentos sociais.

O caráter relacional da teoria do confronto é um dos pontos mais importantes para a presente pesquisa, buscando entender como as militantes se relacionam com o regime político, como se estabelece a relação entre as

redes domésticas e as redes transnacionais, como se definem os frames e os repertórios de ação em determinado momento.

A forma como o repertório de ação se estabelece é relacional, os sujeitos agirão de determinada maneira de acordo com as influências da rede que participam, do regime, dos seus costumes, etc. Se o regime for autoritário, muitas ações políticas serão proibidas, estabelecendo, dessa forma, uma linha de relação estreita com os indivíduos. Por sua vez, as pessoas também irão definir se aceitam ou não as imposições por parte do regime e como deverão agir diante dessa escolha. Não é apenas uma parte que determina o confronto político, nem só o regime, nem só as ações dos indivíduos, é o conjunto de relações, é o todo.

Nem toda ação coletiva resultará em confronto político, pois, muitas vezes, o Estado não é o receptor das reivindicações. O confronto político assume várias formas, o movimento social é uma delas:

Um movimento social é uma interação sustentada entre pessoas poderosas e outras que não têm poder: um desafio contínuo aos detentores de poder em nome da população cujos interlocutores afirmam estar ela sendo injustamente prejudicada ou ameaçada por isso. Precisamente porque o confronto político constitui em terreno analítico contínuo com nada mais do que fronteiras fluidas, qualquer definição de movimento social provocará objeções imediatas de estudiosos de áreas adjacentes que se concentram nas suas semelhanças; esta definição específica exclui as reivindicações coletivas de poderosos em relação a poderosos, esforços coletivos para se evadir ou se autorrenovar e alguns outros fenômenos próximos que, de fato, compartilham características importantes com as interações que estão dentro das fronteiras. Nós nos concentramos nas relações dominantes-subordinados baseados na hipótese de que o confronto que envolve uma desigualdade substancial entre os protagonistas tem características gerais distintivas que ligam movimentos sociais a revoluções, rebeliões e nacionalismos de base popular (*bottom us*). (TARROW, 2009, p. 21)

O movimento social tem longevidade ao contrário de formas de movimentos políticos como guerras e revoluções que não necessariamente se mantêm ao longo do tempo. Portanto o movimento feminista é um movimento social, pois, através da ação coletivas, organiza-se com uma temática fixa almejando mudanças sociais. O movimento social também se caracteriza por utilizar formas de ações políticas que são modulares. Quando um movimento observa uma tática de ação de outro movimento e o leva para o seu, colocando em outro contexto de acordo com a pauta de reivindicações, a isso se denomina como atuação política modular. Exemplo disso são as marchas,

abaixo-assinados, greves, entre outros, que compõem o repertório de ação de diferentes movimentos.

O ato irredutível que está na base de todos os movimentos sociais, protestos e revoluções é a ação coletiva de confronto. A ação coletiva pode assumir muitas formas breve ou sustentada, institucionalizada ou disruptiva, monótona ou dramática. A maioria delas ocorre no interior de instituições, através de grupos constituídos que agem em nome de objetivos que dificilmente causariam estranheza. A ação coletiva torna-se de confronto quando é empregada por pessoas que não têm acesso regular às instituições, quem agem em nome de exigências novas ou não atendidas e que se comportam de maneira que fundamentalmente desafia os outros ou autoridades. (TARROW, 2010, p.19)

A ação coletiva é o cerne de todo movimento social, pois é através dela que se estabelece o confronto. Parte de pessoas que não possuem poder de governos ou outras instituições hegemônicas. A maneira como a população avalia o seu governo pode ser diferente em cada país. Se o país é percebido como mais democrático ou pouco democrático, o confronto político ocorre de maneira diferenciada. Pode haver maior ou menor violência permitindo mais ou menos atuação dos militantes. Isso dependente do nível de tolerância do Estado, que pode considerar todas as ações como proibidas, toleráveis ou pouco toleráveis. (TILLY, 2007)

As redes são fundamentais para o confronto político, pois elas estabelecem repertórios e dão suporte aos militantes que estão envolvidos no ativismo. O Movimento feminista atua em redes. Quando ocorre algo, é possível divulgar em mídias sociais, conseguir apoio de redes de solidariedade internacionais, estabelecer redes de informação, procurar órgãos internacionais, mobilizando mulheres de diversos locais, etc. As redes são importantes para diversas formas de ação coletiva e podem atuar em âmbito doméstico e transnacionais.

A militância se organiza buscando canais de participação e ativismo. Se o Estado não abrir diálogo e não deixar as pessoas militarem, essas irão transgredir o regime e, automaticamente, o Estado agirá com mais violência. É o regime que dita as regras do jogo. Um militante só transgredir o limite da democracia quando não há diálogo com o governo:

O confronto político é desencadeado quando oportunidades e restrições políticas em mudança criam incentivos para atores sociais que não têm recursos próprios. Eles agem através de repertórios de confronto conhecidos, expandindo-os criar inovações marginais. O

confronto político conduz a uma interação sustentada com opositores quando é apoiado por densas redes sociais e estimulado por símbolos culturalmente vibrantes e orientados para a ação. O resultado é movimento social (TARROW, 2010, p.18).

Há dois tipos de contestação segundo a literatura, a contida e a transgressiva. A política de contestação se torna uma luta política coletiva quando é uma interação episódica “pública e coletiva entre criadores de demandas e seus objetos quando (a) pelo menos um governo é um demandante, um objeto de demanda ou uma parte para as demandas e (b) as demandas afetariam, se realizadas, os interesses de pelo menos um dos demandantes” (MCADAM, TARROW, TILLY, 2001, p.5) Os autores separam em duas subcategorias as formas de contestação, sendo elas “controladas” ou “transgressivas”. Muitas das dinâmicas transgressivas surgem de ações controladas, esses dois tipos de contestação são dinâmicos e estão quase sempre relacionados. Segundo Ibarra (2005, p.19):

Muitas análises atendem às interações de indivíduos, grupos e partidos, mas insistindo em incentivos individuais e pactos de elite, ambas as explicações ignoram em grande parte a enorme quantidade de disputas políticas que precederam e acompanharam cada um dos episódios, além dos mecanismos de mudança política e conflito político que criaram novos atores e novas identidades e transformaram a política institucional (...) Os institucionalistas (...) ignoram a dinâmica da luta (apud McADAM, TARROW, TILLY, 2001, p.179)

Através de uma grande variedade de políticas de contestação, pode-se identificar semelhanças e diferenças nas trajetórias de ações coletivas. Cada ritual, símbolo e estratégia utilizados nos espaços de disputa são importantes para a compreensão das dinâmicas de contestação. É preciso identificar atores na política de contestação, suas demandas, intenção dessas demandas e as respostas à criação de demandas. Mobilização não é um processo isolado, ela se relaciona com outros mecanismos.

Dando ênfase na diferenciação dos termos, utilizando o conceito de confronto político ao invés do conjunto “movimentos sociais, revoluções e ação coletiva”, pois cada um envolve uma subárea específica no meio acadêmico. Tilly, Tarrow e McAdam entendem que um mapa de confronto político deveria apresentar quatro apontamentos: 1) Histórias políticas compiladas por tempo e lugar; 2) Mudanças sociais estabelecidas pelo local ou relacionadas a

categorias como raça, gênero, conflitos de classe, trabalho, religião, etc. 3). Políticas referentes ao Estado; 4) Conflitos e Violências. (MCADAM, TARROW, TIILY, 2009). Buscam também elaborar uma síntese sobre a política institucional e ação coletiva, assim como a relação entre identidade e redes sociais:

Ao contrário da oposição entre “identidade” e “interesse”, salientada por muitos intérpretes da política popular durante os anos 1970 e 1980, os participantes dos movimentos sociais nacionais sempre afirmaram algum tipo de síntese entre identidade e interesse. Por exemplo, a partir da teoria do valor do trabalho, no auge do século dezanove, os trabalhadores organizados sempre afirmaram que sua contribuição coletiva à produção nacional não apenas justificava direitos a um tratamento adequado e pagamento justo por sua produção, mas também estabelecia suas identidades próprias e dignas. Enquanto alguns movimentos – por exemplo, o movimento das mulheres e o movimento pelos direitos dos homossexuais – fazem um trabalho de “enquadramento interpretativo” (framing) (Snow et al., 1986) para o reconhecimento ou mudança de identidades coletivas, [...] (MCADAM, TARROW, TIILY, 2009, p23)

O conceito de “enquadramentos” ou “molduras interpretativas” vem do que Goffman chamou de “frames”. O enquadramento é definido pelos atores sociais que interpretam situações dando centralidade a determinados elementos em um processo contestatório. “ A análise de frames proposta por Goffman pretende ser uma ferramenta para ampliar a inteligibilidade sobre os processos de interação, significação e ação por parte de atores individuais ou coletivos em contextos determinados” (SILVA, COTANDA, PEREIRA, 2017, p.146)

David Snow, junto a seus colaboradores, aprofundou o uso do termo “quadro interpretativo”, utilizado anteriormente por William Gamson e colaboradores, para análise de movimentos sociais ou de política contenciosa. Para Tarrow (1992) “O argumento básico de Snow era de que os quadros cognitivos - chamados ‘esquemas de interpretação’ - estão presentes em todas as sociedades para que elas experimentem e orientem a ação”, assim uma forma de conquistar mais indivíduos e gerar atenção a determinado movimento social. Os esquemas de interpretação vieram como uma resposta a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), uma vez que essa foca em aspectos estratégicos e organizacionais dos movimentos sociais:

A ênfase colocada pelos autores da TMR na ação racional-estratégica de indivíduos e organizações como fatores determinantes da constituição e ação dos movimentos sociais resultou, no entanto,

em um afastamento e obscurecimento praticamente completo da dimensão interpretativa inerente aos processos de organização e mobilização social (Noakes & Johnston 2005). Como salienta Ferree (1992, p.36), a TMR “terminou tratando as pessoas como recursos vazios a serem mobilizados por uma organização estrategicamente racional que aparecia do nada e agia como se fosse indiferente aos corações e mentes de seus membros”. (SILVA, COTANDA, PEREIRA, 2017, p.149)

Snow sabia que quadros interpretativos de ação coletiva eram provenientes de molduras interpretativas de diferentes “realidades”. O alinhamento de quadros interpretativos serviria justamente para ganhar mais ressonância, como diz Tarrow “Se os ativistas querem perfurar a crosta da convenção, eles devem relacionar seus programas ao ‘senso comum’ de seus públicos-alvo [...]”. (2005, p.61). Nesse sentido, aspectos culturais ganham força nos estudos sobre coletivos e movimentos contestatórios. Não se tratava mais de uma questão simplista como “ideologia” “Essa abordagem se desenvolve de forma crítica ao conceito de “ideologia” que tenderia a ignorar a agência dos indivíduos, tomando-os como meros portadores e seguidores de valores e normas (Snow & Byrd 2007).” (SILVA, COTANDA, PEREIRA, 2017, p.151)

Snow analisa maneiras de como quadros interpretativos poderiam ser alinhados e, em estudos posteriores, a forma como os quadros interpretativos de ação coletiva ressoavam na sociedade (frame ressonasse). Tarrow pondera as problemáticas envolvidas nesse processo de alinhamento de quadros interpretativos e no consumo de materiais culturais na “estratégia” de fazer ressoar determinado quadro de ação coletiva:

Os ativistas são, portanto, tanto consumidores de materiais culturais existentes quanto produtores de novos materiais. Propor quadros que são novos e desafiadores, mas que ainda ressoam nos entendimentos culturais existentes, é um delicado ato de equilíbrio, especialmente o “senso comum” da sociedade, mas que fortalece a posição das desigualdades herdadas. (TARROW, 2005, p.61)

Para o movimento feminista os enquadramentos são fundamentais, pois se constituem como as pautas, como os elementos que os movimentos detectam como problemas a serem solucionados. A identidade coletiva está ligada aos enquadramentos e é através das redes sociais que esses âmbitos se materializam. Há uma estrutura de oportunidades e restrições políticas e a estrutura é definida pelo regime político, pelo contexto mundial e pelas redes.

As oportunidades são os canais, as possibilidades e incentivos para a militância, as restrições são todos os obstáculos que dificultam.

O movimento feminista é um movimento social, pois mantém seu tema ao longo do tempo. O movimento social mantém um conjunto de ideias e ações que seguem uma lógica e têm coesão, mantendo organicidade ao longo do tempo. As redes têm papel fundamental para a ação coletiva e servem para diminuir as restrições de militância. As restrições impostas são as dificuldades para militar. O Estado impõe restrições para que as pessoas não militem, como leis, violência, ameaçam de prisão, demissão, etc. As pessoas transpõem, buscando diminuir os custos impostos pelo Estado. A sociedade e a família também impõem barreiras a militância e a rede é uma das formas encontradas para reduzir esses obstáculos.

O confronto político é um conjunto de relações, onde todos os fatores são importantes. De acordo com a teoria, um militante pode ser influenciado por outras redes, é alguém que está inserido em um conjunto de redes em um determinado contexto social. Os custos são diferentes para a militância de uma mulher negra e de um homem branco, por exemplo, a classe social, o país a que pertencem entre outros fatores irá definir se esse custo será ainda maior ou menor. O movimento feminista transcende várias categorias para abranger o maior número de mulheres possível, ultrapassa as fronteiras nacionais, é um movimento que, em sua origem, já se caracterizava desse modo.

Ao verificar, nos próximos capítulos, em que medida a expansão do feminismo transnacional afetou as redes de mulheres no Brasil, esse entendimento relacional entre questões locais que transbordam será aprofundado.

1.2 Debate teórico sobre Ativismo transnacional

As relações internacionais têm se transformado profundamente a partir do fim da bipolarização mundial, da fragmentação sociocultural bem como a transnacionalização ou globalização. Neste período destacam-se nomes de teóricos como Hedley Bull, Kegley, James Rosenau, Robert Keohane, Friedrich Kratochwil e Yosef Lapid. Através disso, observa-se um movimento de

importação teórica nas diversas ciências sociais e novas tendências dos trabalhos sobre o sistema político internacional da década de 1990. (HERZ, 1997)

Segundo Tarrow, “o ativismo transnacional é um fenômeno multifacetado” (TARROW, 2005, p.205). Seus ativistas são o tecido conjuntivo do global e do local, atuando como ativadores corretores (que também pode ser entendido como organizadores/brokerage) e defensores de reivindicações tanto domésticas quanto internacionais. Os ativistas são usados como ponte e uma convergência temporária de interesses (TARROW, 2005). Todavia, a atribuição do caráter temporário ao ativismo transnacional, muitas vezes, impede de refletir sobre os efeitos a longo prazo que tais conexões provocam. Segundo Tarrow:

Os eventos de protesto transnacional são frequentemente vistos como manifestações paralelas que desafiam os formuladores de políticas, tiram a polícia, fazem uma boa cópia da mídia e depois desaparecem. Mas a participação em tais eventos pode ser transformadora para aqueles que participam deles. A experiência de marchar lado a lado com outras pessoas de diferentes países e áreas de interesse pode ajudar a criar identidades mais amplas e a emitir definições. (TARROW, 2005, p.178).

O primeiro passo que permite que os atores domésticos mudem suas pretensões para lugares nos quais possam atrair apoio de aliados de outros países é a externalização e a internacionalização de demandas e enfrentamentos políticos. Para Tarrow, o internacionalismo é uma estrutura de ameaça e oportunidade na qual o novo ativismo transnacional emergiu (TARROW, 2005, p. 203).

Tal estrutura é mais complexa do que aquela enfrentada por atores políticos domésticos, pois conta com outras oportunidades e restrições que afetam o confronto. Por exemplo, as ações políticas além-fronteiras, ao mesmo tempo em que são limitadas pelas restrições à atuação política de não-cidadãos¹, também podem se beneficiar dessa condição por dificultar a

¹ Existe extensa produção teórica sobre a cidadania. É consenso na literatura especializada a vinculação da cidadania ao Estado-Nação e ao território. Ver: TORPEY, 2003.

capacidade do Estado de aplicar medidas repressivas. Carlos Arturi, partindo de Tilly, argumenta que é notável essa transformação:

Assim, anteriormente à industrialização e à urbanização, as formas de contestação foram mais locais e menos organizadas, mas a partir do século XIX, tornaram-se de âmbito mais nacional. A resposta do Estado e das elites nacionais foi também mais centralizada, quer quando reprimiu estes movimentos com eficácia, quer quando com eles negociou franquias e direitos políticos, estabelecendo novos canais de ação coletiva e instituições responsáveis por novas formas de contestação não-violentas, como a legalização de partidos de esquerda, por exemplo (ARTURI, 2004, p.291).

Nesse cenário complexo, o conceito de enquadramento ganha novas caracterizações. Nos estudos de Tarrow, busca-se compreender como se dá o enquadramento global (*global framing*) em nível de ativismo social, cada vez mais presente, devido aos desfechos da globalização e do capitalismo mundial. Entende-se que o enquadramento global introduz símbolos universais para representar reivindicações locais, conectando os ativistas e tornando pautas globais em pautas que dialogam localmente, através das estruturas de poder de cada país.

Em seu artigo ACT UP, Wood and Moore (2002: 22) citam o amplo processo de internacionalização e mecanismos mais específicos que eles veem como relevante para o enquadramento global de questões locais:

Internacionalização: O crescimento das estruturas de governança pública internacionais que carecem de métodos institucionalizados de influência cidadã

Comunicação: Maior conhecimento de metas e aliados facilitado pelo aumento do acesso à informação

Convergência: Correntes políticas existentes que se combinam com feixes de ideologias, práticas, valores e metas de longa data. (TARROW, 2004, P.62)

Essa conexão entre os ativistas demanda uma transição que crie sentido para um símbolo global no contexto local, o *frame bridging*. Então, o ativista interpreta os símbolos globais e os recria dentro de um entendimento para o “senso comum” público local. Snow apresenta o *frame bridging* como a conexão entre quadros de ação coletiva pertinentes, entretanto em desconexão em nível estrutural. Nesse sentido, o frame global demonstra como se difunde domesticamente uma pauta em termos globais. Outro conceito que se apresenta é o *frame transformation*, que representa a criação de novos valores e eliminação de antigos valores equivocados, denominados “*misframings*”. (TARROW, 2005, p.62)

O frame global geral está ligado a dois fatores principais: globalização e busca por justiça global, mas nem sempre esses fatores levarão de fato a um enquadramento global. Tarrow destaca que é uma tarefa muito difícil persuadir um grupo local ou nacional a se conectar a um pensamento global, os limites acabam sendo as estruturas de poder dominantes.

A forma de atuação do FMI se assemelha em diversos países devedores, gerando uma série de protestos “Anti-FMI” e as populações que resistem as políticas do capital globalizante geram diferentes resultados por motivos estruturalmente equivalentes.

Mas essa equivalência estrutural não produz, por si só, um movimento transnacional unificado. Em cada país em que houve grandes "tumultos" anti-FMI, houve uma reação semelhante; mas não houve uma coordenação evidente através das fronteiras e, como as forças políticas internas entraram no conflito, os resultados foram muito diferentes. A internacionalização foi a fonte de equivalência estrutural e produziria formas de contenção e enquadramento semelhantes, mas não foi um movimento global, apesar de suas semelhanças. (TARROW, 2005, p.65)

Para ao autor, o enquadramento global deve ser analisado com cuidado porque se diferencia de movimentos locais com uma pauta mundial. O frame global deriva de movimento transnacional, mas nem todo movimento transnacional gera frame global. Para a presente pesquisa este conceito é de fundamental importância, pois, para a organização do 8 de Março de 2017, houve coordenação evidente para além das fronteiras, buscando a organização de uma ação coletiva transnacional com enquadramento global. No capítulo 3, serão exemplificados os fatores de alinhamento presentes nos protestos que ocorreram no mesmo dia e como as coalizões influenciaram nesse processo.

As chamadas “coalizões” ganham grande importância, sobretudo para a formação de alianças que geram as oportunidades que permitem que os atores ultrapassem as restrições impostas à atuação política. As coalizões guardam em si uma série de outros processos e a “formação de coalizões é o principal processo pelo qual tais alianças são forjadas” (TARROW, 2005, p. 176 -177).

Para fins desse trabalho, interessa sobretudo as chamadas “coalizões de eventos”. As coalizões de eventos podem desencadear espirais de oportunidade e também podem produzir novas formas institucionalizadas de cooperação que são frutos das alianças forjadas ao longo do processo de

coalizão. Além disso, eles podem socializar os participantes do nível local em cosmopolitas enraizados. Isto é, pessoas que são enraizadas, ou seja, vivem no lugar onde ocorre o movimento, mas dispõem de uma rede que a tornam alguém cosmopolita. (TARROW, 2005).

O autor oferece algumas hipóteses do que acontece para que algumas coalizões tenham maior duração que outras. Combinações de ameaças e oportunidades podem produzir coalizões transnacionais, mas somente aquelas com um mínimo de institucionalização e capacidade de articular e socializar os participantes tem potencial para perdurar. Para maior compreensão dos tipos de coalizão, é preciso estar a par de outros conceitos trabalhados por Tarrow, são eles: de redes, coalizão e movimento. O conceito de redes, no caso do ativismo transnacional:

O conceito de redes é útil para mapear onde o potencial de formação da coalizão será encontrado, mas se as redes puderem ser intencionais, estruturais ou ambas, precisamos de um termo mais preciso para nos ajudar a entender quando as conexões intencionais forma, em que circunstâncias elas duram, e quando elas são coerentes com movimentos sociais sustentados. Isso nos leva ao conceito de "coalizões" (TARROW, 2005, p.164).

Coalizões baseadas em eventos frequentemente se dissipam, mas, mesmo assim, diante desses incentivos, a cooperação transnacional de protesto aumentou no decorrer da década de 1990 e, de certa forma, persistiu até a virada do século (Podobnik, 2004, abupd (TARROW, 2005, p.163-164). Parte da razão foram as recorrentes ameaças e oportunidades oferecidas pelos Estados e atores internacionais; outra parte foi a institucionalização de algumas coalizões que foram formadas primeiramente em torno de eventos de curto prazo; e parte foi a formação de ambas as federações e coalizões de campanha (TARROW, 2005, p.163-164). As coalizões são muito distintas e contam com objetivos diversos:

É claro que nem todas as coalizões são construídas para durar. Tanto no caso da campanha organizadora de Kukdong quanto nas demonstrações de justiça global, vimos que coalizões de sucesso são frequentemente de curta duração. Alguns defensores até argumentaram que a resistência não é o ponto desses eventos (Klein 2004). Mas muitos ativistas estão desapontados quando o entusiasmo e a solidariedade gerados por um excitante evento internacional ou colaboração diminuem, então vale a pena perguntar em quais circunstâncias coalizões de curto prazo dão origem a colaborações mais duradouras.(TARROW, 2005, p.175)

O autor alerta também que todos os movimentos sociais são formados por coalizões, mas nem todas as coalizões produzem movimentos sociais (TARROW, 2005, p. 164). “A coalizão”, de acordo com D. Meyer e Corrigan-Brown “é uma forma genérica que pode incluir uma ampla variedade de arranjos negociados de duas ou mais organizações que coordenam metas, demandas, estratégias de influência e eventos” (2004, p. 13). As coalizões geralmente são de curto prazo, no entanto, quando as ameaças e oportunidades são duradouras, estas coalizões podem se tornar movimentos sociais sustentados por cooperação (TARROW, 2005, p. 164).

Todavia, é importante destacar que a cooperação pode variar, ao menos em duas dimensões: o grau de cooperação e sua duração. Segundo o autor, “a cooperação pode variar de emprestar o nome de um grupo a um manifesto ou website até a coordenação da estratégia, negociação da divisão do trabalho, reunir recursos, até formar uma organização guarda-chuva permanente”. Em se tratando de duração, “os grupos podem manter uma afiliação formal apenas para o apoio de um evento” até fazer arranjos permanentes para a cooperação. No último caso, “a coalizão muitas vezes se torna uma organização distinta por si só, com pessoal independente, participação e captação de recursos” (TARROW, 2005, p. 166 - 167). Tal processo, no entanto, não é simples:

Resolver as tensões talvez seja o aspecto mais difícil de formar e administrar coalizões transnacionais. Levi e Murphy (2004: 25) apontam corretamente que em uma coalizão, “deve haver procedimentos em vigor ... que permitam a todos os representantes expressarem suas vozes de maneiras que possam influenciar o resultado”. Mas os procedimentos que são aceitos por os líderes da coalizão podem ser opacos ou desconsiderados pelos participantes(...). Mesmo encontrar procedimentos que possam assegurar a unidade é muitas vezes um ponto de discórdia nos debates internos de coalizão (Cullen, 2004). E a ideologia dos ativistas geralmente trabalha contra o projeto de procedimentos para unificar suas atividades (TARROW, 2005, p. 166).

Todas essas variações criam tipos distintos de coalizões. O tipo mais simples de coalizão é chamado por Tarrow de *coalizões instrumentais*, que vem ter cooperação de curto prazo e baixo nível de envolvimento. As *coalizões de eventos* também têm duração de curto prazo. Entretanto, são fundamentadas em alto grau de envolvimento que podem ser úteis posteriormente se possuírem identidades compartilhadas no processo de ação coletiva. Por sua vez, as *coalizões federadas* combinam um baixo grau de

envolvimento de suas organizações membros, cujo principal compromisso permanece com as metas de suas próprias organizações, com colaboração de longo prazo. Já as *coalizões de campanha* combinam alta intensidade de envolvimento com a cooperação em longo prazo (TARROW, 2005, p. 166 - 167). Quando esses mecanismos não podem ser sustentados, ou quando são desviados por mudanças de oportunidades e riscos, as coalizões se dissipam ou desaparecem em arranjos puramente formais. Diferente das coalizões federadas, investem em uma institucionalização mínima:

Coalizões de campanha, que são menos empolgantes do que as coalizões de evento de curto prazo e tem ambições mais estreitas e focos de questões mais concretas do que federações, podem ser a onda do futuro transnacional. Seu foco em uma questão política específica, sua institucionalização mínima, sua capacidade de mudar de lugar em resposta a mudanças de oportunidades e ameaças e sua capacidade de fazer alianças táticas de curto prazo de acordo com o foco atual de interesse fazem delas as estratégias mais frutífera como colaboração transnacional (TARROW, 2005, p. 166 – 167).

Conforme já colocado, fatores como o anseio de aproveitar recursos, a identificação de ameaças comuns, os desejos de ampliar o alcance de suas ações, entre outros, incentivam os atores. Percebe-se que, tanto as ameaças quanto os incentivos funcionam enquanto fatores que produzem um desejo entre grupos distintos de atores para combinar seus esforços. Todavia, é importante destacar que existem custos para as coalizações. Porém, ao analisar tal estrutura a partir de uma perspectiva relacional, podemos identificar a importância dos atores e do contexto no processo:

Mas assim como as oportunidades podem se evaporar e os custos da coalizão aumentar, as oportunidades podem ser transformadas à medida que os membros da coalizão respondem a eles e criam novas oportunidades, desencadeando espirais de oportunidade. Estes operam através de sequências de mudança ambiental, interpretação dessa mudança, ação e oposição, repetidas como uma ação que altera o ambiente de outro ator (McAdam, Tarrow e Tilly 2001 *apud* (TARROW, 2005, p. 173)

A questão que se coloca é como o enfrentamento de tais condições pode contribuir para a compreensão da natureza das coalizações. Para tanto, cabe refletir sobre “Como as formas de ação coletiva que surgem de configurações nacionais específicas de conflito se espalham para outros locais? E, em particular, como a internacionalização e a globalização afetam a velocidade e a facilidade com que essas formas se difundem? ” (TARROW,

2005, p. 101). No caso das coalizões transnacionais, é importante compreender os processos de internacionalização e comunicação:

Internacionalização e comunicação são os grandes processos impessoais que estão no pano de fundo de todas as formas de difusão transnacional. A internacionalização cria canais regulares de comunicação e conscientização de similaridades institucionais e diferenças entre atores em diferentes lugares. Essa informação tem que se espalhar para que a difusão ocorra é verdadeira por definição, mas o que parece ser novo no mundo de hoje é a rapidez e a facilidade de transferência de informações. Novas formas de comunicação, como as mensagens de texto e a internet, facilitam a comunicação entre os ativistas a grandes distâncias e mesmo em meio a um episódio de disputa (Danitz e Strobel, 2001; Rheingold, 2002; Tilly, 2004b: cap. 5 apud TARROW, 2005, p. 113)

O meio de comunicação identificado como um dos mais usados é a internet. Segundo o autor, como em todas as outras formas de comunicação, a internet aumenta a velocidade da comunicação, mas em contrapartida, cria desigualdades de acesso. Além disso, quando se trata de construir um movimento unificado, a facilidade de acesso à comunicação é uma bênção mista, uma vez que todo ativista que é capaz de construir um site que pode desafiar os organizadores estabelecidos e dispersar um movimento unificado em várias campanhas separadas. Além da internet, existem outros meios, tais como o contato direto com migrantes, instituições, entre outros.

A difusão possibilita a disseminação de formas de ação coletiva a partir de uma parte do mundo e alguns grupos populacionais para outros. O autor identifica três formas de difusão: difusão relacional, não-relacional e mediada.

Por *difusão relacional* o autor entende informações ao longo de linhas estabelecidas de interação por meio da atribuição de similaridade e das redes de confiança que produz (TARROW, 2005, p.101). Já difusão *não-relacional* é a que se dá entre atores com pouco ou nenhum laço social, possibilitando um novo tipo de relacionamento entre um indivíduo e uma comunidade virtual” (TARROW, 2005, p.102). Por último, a *difusão mediada* identificou vários “nós” de movimento que abrangem indivíduos dentro de um cluster geográfico, com vários clusters inter-relacionados por um pequeno número de elos fracos (TARROW, 2005, p.102). O que manteve esses elos fracos vivos é a intermediação, a conexão de dois sites desconectados por um terceiro, que funciona através do movimento “casas intermediárias”, imigrantes ou instituições (TARROW, 2005, p. 113 - 114):

Além disso, melhor especificação dos mecanismos de difusão não só traça seus caminhos, mas ajuda a entender seu alcance e resultados. A difusão por meio de redes estabelecidas de confiança é o caminho mais seguro e durável, mas seu alcance é limitado por sua dependência dos laços preexistentes daqueles que transmitem a mensagem. A difusão não relacional - por exemplo, pela internet - tem maior alcance, mas sua natureza impessoal torna seu impacto mais fino que o da difusão relacional. A difusão mediada depende de intermediários que conectam atores desconectados e, assim, ganham influência sobre o conteúdo da mensagem. Tentar entender a contenção transnacional observando seus processos e especificando seus mecanismos não é uma forma menor de análise do que o trabalho correlacional; é um tipo diferente de análise causal. (TARROW, 2005, p. 206)

Além do conceito de difusão, o autor usa mais três outros conceitos, chamados por ele de mecanismos, que remetem a uma organização “doméstica” do movimento, além de serem responsáveis pelos impactos domésticos dos movimentos. Para que os impactos internos do ativismo transnacional dependem de uma combinação de mecanismos que canalizam sua recepção na política interna e que esse o processo tenha efeito prático são sugeridos: ² brokerage , mobilização e certificação.

(...) novas formas de ativismo não aparecem simplesmente em diferentes lugares automaticamente. Essa transferência envolve a difusão de formas de atividade que podem ser adaptadas a uma variedade de situações nacionais e sociais. Mas a disseminação de informações precisas mesmo sobre uma inovação não garante sua adoção; Pelo menos três outros mecanismos são importantes na dominação de uma inovação: a existência de corretagem entre seus originadores e seus adotantes; a presença de uma mobilização bem-sucedida por parte de ativistas simpáticos ou entusiastas; e sua certificação por atores autorizados, ou pelo menos o fracasso das tentativas de decertificá-lo (TARROW, 2005, p.185).

Por corretagem, o autor definiu como ator ou conjunto de atores, que podem ser pessoas, ONG's, instituições jurídicas, que organizam e estabelecem conexões:

Eu defini a corretagem como a ligação de dois ou mais atores sociais previamente desconectados por uma unidade que media suas relações entre si e / ou com outros locais. Ela age como uma dobradiça transnacional que comunica e adapta uma prática externa a novos locais (...) O agente de corretagem pode ser um “missionário” privado que leva a inovação para um novo local e tenta adaptá-lo para lá - uma ONG internacional, uma fundação, uma instituição internacional ou alguma combinação desses agentes. O Centro Internacional para a Justiça de Transição (ICTJ) demonstra como um

2 No presente trabalho tal conceito foi traduzido como corretagem, organização.

agente profissional neutro pode facilitar os atores domésticos que buscam justiça para os abusos do passado em estados democratizantes e democráticos (TARROW, 2005, p.185)

Quanto ao conceito de mobilização, o autor argumenta que não basta formar redes e alianças externas, é preciso que o movimento seja ativo no lugar de origem. Segundo Tarrow, “na ausência de mobilização doméstica, mesmo grupos estrangeiros poderosos não podem forçar o ritmo das mudanças domésticas” (TARROW, 2005, p.185-188). Por sua vez, onde os atores sociais são fracos e desmobilizados, como nos casos dos trabalhadores do setor público e imigrantes que buscam o direito a benefícios sociais, a justiça é “contida” (TARROW, 2005, p.185-188).

Já quando se refere à certificação, o autor fala sobre a validação dos atores dentro de seus Estados.

Por certificação, quero dizer a validação de atores, seus desempenhos e suas reivindicações pelas autoridades. A certificação funciona como um poderoso mecanismo seletivo na política contenciosa porque um local de certificação sempre reconhece uma gama limitada de identidades, desempenhos e reivindicações (TARROW, 2005, p.185).

Segundo Tarrow, a certificação do ativismo transnacional em solo doméstico é mais difícil, primeiro porque os ativistas transnacionais são muitas vezes estrangeiros e, portanto, suspeitos. Em segundo lugar, porque suas ações podem ameaçar os valores domésticos e as assimetrias de poder. Esses obstáculos não só inibem a domesticação dos objetivos dos ativistas transnacionais, como “podem produzir uma reação adversa à medida que as oportunidades políticas mudam” (TARROW, 2005, p.192). Dessa forma, é necessário um esforço para compreender tais organizações, pois os resultados podem ser muito distintos:

É possível que essas “novas” formas de organização estejam simplesmente produzindo vinho local antigo em novas garrafas globais; mas também é possível que novas identidades políticas e novas formas de prática democrática emergirão dessa fusão do local e do global (della Porta 2005^a, apud TARROW, 2005, p. 214).

A fim de concluir este tópico, notamos que “novas formas de ação coletiva se difundem em lugares em que eles não são nativos” (TARROW, 2005, p 113-115). Facilitada pela internacionalização e comunicação global e através de processos de difusão, que separam os ativistas de suas origens,

mas que os conectam a novos ambientes, criando laços diretos entre originadores e pessoas que aderiram posteriormente ao movimento, “transmissão não-relacional através da mídia e difusão mediada através de intermediação ajudam a colmatar divisões culturais e geográficas e difusas novas formas de ação coletiva através das fronteiras” (TARROW, 2005, p 113-115). Todavia, é importante um olhar atento:

Na última década, defensores de redes ativistas transnacionais destacaram muitos exemplos bem-sucedidos de intervenção bem-sucedida em nome de atores muito fracos para promover suas próprias reivindicações. Em um mundo internacionalizado, provavelmente veremos cada vez mais essa intervenção, por isso é importante olhar para ela sem ilusões. A intervenção transnacional falha com mais frequência do que sucede. Primeiro, agentes transnacionais de mão pesada ou culturalmente insensíveis podem deslegitimar seus parceiros e produzir uma reação contra a intervenção estrangeira (Bob 2002; Snyder e Vinjamuri 2004). O fracasso interno é muitas vezes um resultado do próprio sucesso da intervenção transnacional, quando os ativistas domésticos passam a depender dele (Schmitz, 2001). Terceiro, as culturas domésticas de dissidência podem ser resistentes até mesmo às aplicações mais lógicas da prática internacional (Mendelson e Gerber, 2004 apud TARROW, 2005, p. 200)

Campanhas flexíveis e organizações multifocais sugerem que estamos vendo uma mudança nos atores, nas suas formas de atuação e nas conexões entre eles, além de ver mudanças também suas formas de reivindicações. Mesmo havendo custos em potencial, há ganhos gerais a serem obtidos com o internacionalismo, e a necessidade de cooperação gerada pelas necessidades funcionais de uma economia globalizante, “o tecido de arranjos transgovernamentais e instituições internacionais que já cobrem o mundo, produzindo interesses concretos em colaboração” (TARROW, 2005, p. 218)

No presente trabalho, consideramos que o caráter transnacional é inerente ao feminismo. Para refletir sobre esse tema, no próximo tópico, discutiremos o feminismo enquanto uma rede transnacional de ativismo.

1.3 O feminismo enquanto uma rede ativista transnacional

As redes são conjuntas de pessoas ou entidades que estão interligadas umas às outras e que estabelecem diversos tipos de relacionamentos. As redes sociais facilitam as trocas de experiências e conhecimentos, propiciando

vivências positivas e negativas. Elas também atuam diminuindo os custos impostos à ação política ao mesmo tempo em que transmitem valores e repertórios de ação. Os sujeitos atuam em redes seguindo explicitamente ou implicitamente a lógica e as regras estabelecidas:

Cada rede representa um repertório mais ou menos delimitado de reconhecimentos coletivos, que dão sentido e direção aos laços sociais. Redes diferentes- por exemplo, de trabalho, bairro, escola, família- dão visibilidade social às dimensões específicas de experiências que são relevantes naquele círculo, entre a multiplicidade de conexões que poderiam ser feitas. Nesse sentido, não é apenas o atributo ou a posição social que determina a identidade, mas também são as experiências e orientações coletivas dentro de um dado contexto concreto que criam o potencial para formas diferenciadas de reconhecimento (MISCHE, 1997, p.139).

Cada rede possui suas características específicas, assim com os indivíduos que as compõem. A qualquer instante, as dimensões dos relacionamentos podem mudar e até mesmo romper por completo no interior da rede, assim como as identidades podem se tornar mais fortes. Isso pode ser pouco ou muito percebido e até mesmo ser totalmente ocultado na representação pública da rede.

No interior de sociedades domésticas, as redes possuem grande importância. As identidades influenciam na ação coletiva, sendo a rede uma grande responsável pela construção da identidade coletiva. No movimento feminista, essa busca de identidade coletiva é notável, pois algumas mulheres pertencem a mais de uma rede de ativismo. Dessa forma, levam pautas específicas que se cruzam como as do ativismo negro, sindicalismo e/ou grupos de mães, por exemplo. Se busca formar identidade através de redes do cotidiano como família, amigos, trabalho, faculdade, etc. O social é influenciado por redes à medida que:

O pressuposto central da análise de redes sociais, incorporado aqui, é o de que o social é estruturado por inúmeras dessas redes de relacionamento pessoal e organizacional de diversas naturezas. A estrutura geral e as posições dos atores nessas redes moldam as suas ações e estratégias (constrangendo inclusive as alianças e confrontos possíveis), ajudam a construir as preferências, os projetos e as visões de mundo (já que esses 'bens imateriais' também circulam e se encontram nas redes) e dão acesso diferenciado a recursos de poder dos mais variados tipos, que em inúmeros casos são veiculados pelas redes (desde status e prestígio até recursos

mais facilmente mensuráveis, como dinheiro e informação) (MARQUES, 1999, p.46).

Os grupos de mulheres que preparam as ações políticas que marcam o dia da mulher atuam como rede de militância, convidando e reunindo mulheres que queiram se unir para uma ação coletiva ou até mesmo apresentando o feminismo para mulheres que desconhecem as pautas de reivindicação. Através dos encontros de preparação e divulgação do 08 de março (8M) enquanto uma data simbólica e de mobilização política, o coletivo de mulheres busca novos contatos para sua rede de militância através debates ou ações coletivas em prol do feminismo. É importante destacar que as intensidades do envolvimento com o 8M variam, pois muitas mulheres participam apenas da atividade do dia, outras participam efetivamente na construção de atividades do dia.

As redes podem fazer enfrentamento ao Estado. Muitas vezes, algumas pessoas não fazem parte de um movimento social diretamente, mas fazem ativismo em redes. As redes de políticas são intercâmbios cooperativos entre ativistas, é através delas que ocorre a ação coletiva entre sujeitos que estabelecem contatos com pautas políticas:

A análise de redes abriu novos horizontes para o estudo do poder no Estado, indicando a existência de estrangulamentos e de permanência nos contextos que cercam os atores. Como os padrões de vínculo e as posições nas redes tornam mais ou menos prováveis alianças e coalizões estratégicas, e dão acesso diferenciado a informações e recursos, as estruturas de redes de políticas influenciam de maneira as dinâmicas do poder no interior do Estado (MARQUES, 2006, p.20).

As reivindicações feitas ao Estado são ligadas a legislações e direitos que deveriam ser garantidos pelo governo. Muitas reivindicações são feitas à sociedade na busca de mudanças de ação, discurso e imaginário. Quando o feminismo reivindicou o direito das mulheres ao voto, era uma pauta ligada ao Estado. Porém, quando se pede a igualdade de gênero, respeito, etc, abstrai-se a pauta para além do Estado, é para a sociedade em geral. Assim como se debate o direito da mulher enquanto direito humano, a pauta pode ser mundial.

Uma das principais contribuições das redes para o movimento social é o seu poder de recrutar sujeitos para a ação coletiva, aproximando das pautas de reivindicação e partilhando experiências. A rede de mulheres que organiza os

protestos do 8 de Março em Porto Alegre conta com uma variedade de grupos, coletivos e sindicatos. Os coletivos de mulheres que estudam na mesma universidade ou pertencem à mesma categoria profissional, por exemplo, têm vantagens no que se trata de proximidade e ligações interpessoais. Os encontros para organização do Dia da Mulher contam com esse caráter de busca por novas mulheres para o ativismo. Através de atividades diversas, muitas mulheres aproximam-se e ingressam na rede. Tal como colocado anteriormente, ao promover o encontro entre ativistas distintos, eles diminuem os custos para o ativismo:

Para McAdam e Ronelle Paulsen, existem duas formas de ligar o potencial de recrutamento e a atividade política em movimentos através de redes. A primeira forma seriam as ligações interpessoais. Isto é, quando o indivíduo tem alguma forma de contato com alguma pessoa que já milita, ele será encorajado mais facilmente a participar da organização política. Essa ligação pessoal diminui os custos do ativismo e, além disso, facilita a sua rede de relacionamento interpessoal ao mesmo tempo em que fortalece a sua predisposição para continuar no movimento (MARQUES, 2012, p.59).

As redes são importantes, pois buscam reduzir os efeitos das restrições impostas à militância pelo Estado e sociedade, também auxiliam na busca de canais de oportunidade de participação democrática para fazer suas reivindicações. A rede fornece informações às pessoas, tanto sobre os seus direitos, como também sobre às ameaças a esses direitos. A rede também fornece suporte para a ação ao transmitir tais informações. A rede ainda indica e torna viável um repertório de ação, ou seja, a maneira como as reivindicações serão feitas. Além disso, a rede garante coletividade ao militante, transpondo uma barreira importante, pois, quanto maior o número de pessoas militando, maior é o custo de repressão imposto ao Estado. Por fim, e talvez mais importante, as redes fortalecem identidades coletivas.

Sabemos que o capital social está baseado na confiança entre as pessoas, e que o nível de confiança indica a coesão entre redes pessoais e sociais. Portanto, o nível da interação social parece depender da forma como os indivíduos negociam entre si suas preferências, opiniões, crenças e valores. Esta negociação, contudo, depende profundamente da fluência de ideias entre as redes, da forma como antigos ou novos valores, conhecimentos, opiniões transitam no coletivo, se disseminam entre os indivíduos e se estabelecem como comportamentos e práticas. O capital cultural disponível, portanto, é o signo maior desse potencial disseminador das inovações. Ele é a energia disponível no ecossistema de ideias. (COSTA, 2004.)

A coletividade é essencial, pois não se milita sozinho nem por uma causa que seja individual. A identidade é o que irá permitir a partilha de múltiplas ideias dentro da rede. Os sujeitos formam sua personalidade através do meio em que convivem. A rede ajuda a transpor uma das primeiras barreiras, que é identificar-se. Quando as pessoas estão com os seus semelhantes, elas conseguem estabelecer debates, reconhecer-se e atuar com mais coesão. Existe confronto entre o Estado e a sociedade que traz custos para a militância e as redes irão contribuir para diminuir esses custos e facilitar a militância política e/ou ativismo políticos.

O potencial de mobilização se refere às pessoas que poderiam ser mobilizadas por um movimento social, isto é, pessoas que tem simpatia por suas metas e suas formas de ação. [...]. Se incentivado de alguma forma, o potencial de mobilização se torna uma motivação para participar. A motivação para participar tem a função de perceber os custos e benefícios da participação. Motivação pode predizer a vontade para participar, porém, a vontade é importante, mas não suficiente. Nesse sentido, é importante levar em consideração que quanto mais mobilizadas são as pessoas, maiores são as barreiras. Em outras palavras, o crescimento da motivação é acompanhado pelo crescimento pelas barreiras impostas à mobilização. Sendo assim, os movimentos possuem duas opções de estratégias para incentivar mais indivíduos a aderirem às causas: aumentar a motivação e remover barreiras (MARQUES, 2011, p.58).

Quanto maior as motivações, maiores serão as restrições para militar. A repressão por parte do Estado tende a aumentar em período de grandes mobilizações populares ao mesmo tempo em que, quanto maior a motivação dos indivíduos da rede, a organização para diminuir estes custos cresce. A globalização trouxe mudanças à configuração das redes, as reivindicações não se limitam ao Estado e este passa a ser mais visado quando coíbe as manifestações. Não necessariamente o Estado irá se tornar violento, mas o confronto se torna mais acirrado. O confronto segue, mas muda seu caráter, pois o que acontece não fica só em determinado local, sua repercussão vai além.

Nesse sentido, é importante lembrar que confronto político ocorre de formas variadas ao longo da história do Estado moderno. Entre essas formas, encontram-se ações coletivas, movimentos sociais, redes de militância, etc. Segundo Diani e Bison:

Vemos os processos de movimento social como exemplos de ação coletiva com clara orientação para o conflito com relação a oponentes

sociais e políticos específicos, conduzida no contexto de densas redes interorganizacionais, por atores ligados por solidariedades e identidades compartilhadas que precedem e sobrevivem a coalizões e campanhas específicas[...] A ação coletiva não somente se orienta para o trato de problemas coletivos, para corrigir injustiças, conquistar bens públicos, atacar fontes de descontentamento, ou expressar apoio a certos valores ou princípios morais; ela o faz identificando alvos para os esforços coletivos, especificamente articulados em termos sociais ou políticos (BIOSAN,DIANI, 2010, p.03).

Ao pensar as redes de ativismo enquanto algo fundamental para a militância e o ativismo político, considera-se o seu papel em sociedades domésticas e sua importância transnacional, como oportunidades de atuação que reduzem as barreiras colocadas pelo Estado e sociedade. Com a globalização e as novas formas de comunicação virtual, as redes de contestação podem estar ligadas a pautas locais e internacionais (TARROW, 2009). Partindo da reflexão proposta por Biosan e Diani e Tarrow, podemos entender os protestos do 8 de março enquanto ações coletivas organizadas por redes de mulheres que se identificam com a causa feminista e articulam-se para pensar na efetuação desses eventos. Nesse caso, redes domésticas estão ligadas a redes transnacionais do movimento feminista.

Para Tarrow é importante verificar se as manifestações que perpassam as fronteiras são duradouras ou efêmeras, relacionando com as oportunidades e restrições com que cada movimento se depara. Após o fim da II Guerra Mundial, as relações econômicas se modificaram, o fluxo entre países também, com a coalizão entre grupos locais com grupos do exterior se diminuiu o isolamento de algumas populações que passaram a ter contatos outros modos de vida. Se por um lado a globalização parece unificar gostos e modos de viver, por outro ressalta as desigualdades de direitos entre povos. Grupos intergovernamentais que visem à garantia de direitos podem ser detectados como um apoio transnacional, assim como por exemplo o Banco Mundial pode ser visto como um inimigo para além das fronteiras nacionais.

A chamada “tese forte dos movimentos transnacionais” conta com cinco afirmações: 1) As estruturas nacionais de oportunidades, que eram vistas como necessárias para o confronto ocorresse, podem estar perdendo espaço para as estruturas transnacionais; 2) Perda da capacidade do Estado de controlar a economia global e de esconder dos cidadãos o que ocorre em outros países; 3) Viagens ao exterior, comunicação com ativistas de outros locais aumentam a

habilidade de recorrer a instituições internacionais. 4) Com valores culturais que se universalizam, se proliferam os valores de “bem comum” que podem acabar sendo implantadas como leis locais; 5) Juntamente a estes fatores, a crescente inovação das tecnologias de comunicação está dando espaço para o surgimento de uma maior rede de instituições e movimentos transnacionais. (TARROW, 2009).

Durante muito tempo, em relações internacionais, pensou-se que o Estado era o único ator político do cenário. O transnacionalismo parte de uma perspectiva que é resultado de uma reflexão sobre globalização. Tal perspectiva entende que vivemos em uma sociedade transnacional, uma sociedade na qual não há apenas atores políticos estatais, mas também atores políticos transnacionais, que são atores que não são diretamente ligados ao Estado, mas influenciam a forma como se dá a política.

No período globalizado, o poder que o Estado tem para controlar um movimento político diminui, devido à existência das redes transnacionais de ativismo político. No cenário internacional atual, há organizações internacionais, tais como a Anistia internacional, que defendem temas que colocam em xeque o poder do Estado, como os direitos humanos. Tarrow destaca as particularidades destas novas redes:

Parece mais correto classificá-las, como fizeram Margaret Keck e Katryn Sikkink, como partes de ‘redes transnacionais de ativismo’, citando essas, ‘uma rede transnacional de ativismo inclui aqueles atores relevantes que trabalham internacionalmente por questão, que estão ligados por valores compartilhados, por um discurso comum e por densas trocas de informações e serviços’. Essas redes, elas continuam, “são mais predominantes em áreas temáticas caracterizadas por conteúdos de alto valor e por incerteza de informações’ (...) Elas envolvem atores de organizações não governamentais, governamentais e intergovernamentais, e estão cada vez mais presentes em tais áreas, como as dos direitos humanos, dos direitos das mulheres e do meio ambiente (TARROW, 2009, p. 236).

Antes da globalização, o Estado tinha maior controle sobre ações políticas, pois em ambiente doméstico eram mais fáceis de serem contidas. Os acontecimentos não são mais locais, ainda mais quando se trata de um tema universal como o direito das mulheres. Além disso, mesmo quando os temas tendem a ser mais locais nada impede que haja rede internacional de solidariedade de locais diversos.

As formas de política de contenção podem ser as mais diversas possíveis. Elas podem ocasionar guerras, revoluções, movimentos sociais, golpes de Estado, tomadas de poder, greves, etc. A política contenciosa se dará de diferentes formas para cada caso. Em regimes ditos democráticos, ao menos o Estado terá que disfarçar a repressão uma vez que, como afirma Robert Dahl, o direito à oposição é um dos pressupostos da democracia.

Um dos efeitos da globalização resulta na perda de boa parte da capacidade de controlar o confronto político por parte do Estado. Em parte, isso resulta da universalização de valores, tais como os direitos humanos, etc. Em um mundo globalizado, a sociedade irá receber um maior número de informações não controladas pelo Estado. Assim poderá avaliar seu posicionamento sobre determinadas reivindicações com maiores informações do que faria outrora. Além disso, poderá aderir a novas reivindicações e conseguir maior solidariedade transnacional, o que prejudica a possibilidade de contensão estatal.

Para Bringel e Falero, há uma nova construção socioterritorial dos movimentos sociais. Para que pautas sejam difundidas para outros países as redes se envolvem em disputas de ideias hegemônicas e contra-hegemônicas que envolvem questões ligadas ao capital, globalização e relações humano-sociais. Eles argumentam:

Estas redes de movimentos sociais também geram, a partir desses novos recortes horizontais, novas sociabilidades, através da instituição de outras formas de relações sociais, de vínculos comunitários e afetivos, solidários e de reconhecimento mútuo (BRINGEL, FALERO, 2008, p.276).

A difusão de pautas políticas tem como objetivo dialogar com maior número de pessoas em diferentes esferas. O tema pode ser abstraído para despertar diferentes interesses comuns. Na atualidade, o direito das mulheres passa cada vez mais a ser reconhecido como um valor universal. No caso do Brasil, o movimento feminista atua sobre tudo através de redes transnacionais. A lei Maria da Penha foi conquistada através de pressão de órgãos internacionais que pressionaram o governo a aprovar a legislação e pode ser apontada como um exemplo:

O caso Maria da Penha obteve abrangência sob todas as perspectivas citadas e a partir do ordenamento internacional, sob forma de tratados, pactos e convenções, conseguiu efetivar a justiça

e a observância na defesa dos direitos dessa cidadã brasileira. O Estado Brasileiro, a Organização dos Estados Americanos, mais especificamente a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e os cidadãos brasileiros como um todo foram beneficiados pela rede internacional de proteção de direitos humanos formada no continente americano. Como citado por José Augusto Lindgren Alves, o Direito Internacional dos direitos humanos confirma a responsabilidade dos Estados por sua execução, mas transformou o indivíduo, cidadão ou não do Estado implicado, em sujeito de Direito Internacional, e fê-lo não apenas de maneira simbólica, fê-lo concretamente ao instituir a possibilidade de petições individuais diretas aos órgãos internacionais encarregados de seu controle. (VICENTIM, 2010, p.01).

Portanto, as redes transnacionais atuam buscando a universalização de alguns valores. O apoio internacional tem grande peso em determinadas situações que as redes atuam ao diminuir os custos para o ativismo, tal como a repressão estatal, ao sensibilizar a opinião pública internacional por meio de redes mais extensas do que as redes de ativismo domésticos. Porém, sua potencialidade é melhor observada quando ela resulta em coalizões, conforme debatido anteriormente. Para tanto, cabe verificar, a partir da pesquisa empírica, se o 8 de março ultrapassou a organização em redes para se transformar em uma coalizão, tal como aponta a hipótese levantada pela tese, antes, faz-se necessário compreender a trajetória do feminismo no Brasil.

2. A história do 8 de Março e o feminismo

O processo de desenvolvimento da sociedade ocidental se diversificou em cada país, conservando resquícios sociais oriundos do patriarcalismo. No caso da ética e da moral judaico cristã, pilares da sociedade ocidental, sedimentou-se na América a opressão de gênero, assim como a relação colonizadora e colonizada. As relações instituídas no mundo moderno acirraram a opressão de gênero. O dia 8 de março representa o marco da luta internacional das mulheres contra o patriarcado e contra o capitalismo.

Do início no século passado até os dias atuais, o feminismo sofreu transformações e se tornou um movimento cada vez mais plural. As chamadas “ondas do feminismo” são caracterizadas por diferentes pensamentos e questões trazidas por mulheres ao longo de décadas por gerações distintas. Embora essa classificação em “ondas” traga consigo alguns problemas, tais como o conceito de um caráter hermético e fechado em uma ideia ou luta única, essas ondas não foram de todo modo homogêneas nem representam ideias que necessariamente se opõem às anteriores. A diferenciação dessas ondas serve muito mais como um marcador de pensamentos e nomes de mulheres que entraram para história por lutar por direitos feministas em diferentes períodos.

Neste capítulo, por fim, será apresentada a circulação de ideias feministas e como leituras clássicas influenciam na busca de identidade de ativistas dentro do movimento. A quarta onda feminista, na qual se insere o protesto em estudo na presente dissertação, marcada nas primeiras duas décadas do século XXI, possui o atributo da popularização da internet e de aparelhos móveis, facilita a circulação de pensamentos e ações de um feminismo que busca cada vez mais ser transnacional.

2.1 A origem do 8 de março

Na primeira década do século XX, crescia o movimento de mulheres nos Estados Unidos. A América do Norte e a Europa passavam pelo processo de ampla industrialização. A necessidade de mão de obra para o

trabalho nas fábricas levou as mulheres das classes menos abastadas a ingressarem massivamente nesses espaços. Com condições de trabalho muito precárias, dupla jornada de trabalho e nenhum direito, as mulheres trabalhadoras seguiam em uma jornada de 14 horas diárias, os salários eram muito menores do que o recebido pelos homens e os locais de trabalho insalubres, muitas vezes, com a presença de crianças em meio à maquinaria. Muitas manifestações eram feitas pelos trabalhadores, sendo que as principais pautas eram a redução da jornada de trabalho e o aumento salarial. Porém as pautas das mulheres eram deixadas de lado, em virtude do argumento dos homens que justificavam que pedir igualdade salarial desmobilizaria o movimento. Além disso, é preciso destacar que muitos viam a mão de obra feminina apenas como uma pequena complementação do orçamento da casa. Não podendo contar com grande apoio dos maridos e colegas, as mulheres passavam por situações humilhantes com os patrões, que as viam como inferiorizadas dentro das fábricas. De acordo com Blay, “a cada conquista, o movimento operário iniciava outra fase de reivindicações, mas em nenhum momento, até por volta de 1960, a luta sindical teve o objetivo de que homens e mulheres recebessem salários iguais(...)” (BLAY, 2001, p.601)

Nos Estados Unidos, assim como na Europa, o movimento de mulheres que já havia crescido na segunda metade do século XIX, em 1903, através da luta das sufragistas e das trabalhadoras, criou-se a Liga Sindical das Mulheres. Já, no início do século XX, mesmo em um cenário adverso, onde qualquer pequena reivindicação era vista como um afronte ao movimento operário, emergiu o movimento pelo sufrágio feminino composto por mulheres da elite e as mulheres trabalhadoras conjugaram forças e conseguiram organizar-se.

O 8 de março começou a ser construído nesse cenário. Em 1908, mulheres organizaram um protesto no dia 20 fevereiro o qual chamaram de “Dia da mulher”. Esse protesto tinha como principais reivindicações a busca pela igualdade de direitos civis e principalmente pelo sufrágio feminino. Além disso, marcou o início de uma série de protestos e greves, o *Woman Day*, marcando a luta das mulheres socialistas não só pelo direito ao voto, mas também por melhores condições de trabalho. Um ano depois, em 1909, as mulheres trabalhadoras organizaram uma greve geral, que teve Clara Lemlich

como uma das principais lideranças . Após 13 semanas, a greve teve fim, as trabalhadoras voltaram para as fábricas e a realidade pouco havia mudado. Lemlich era uma importante ativistas entre muitas mulheres anarquistas e comunistas que empenhavam-se na organização do movimento de mulheres, junto a outras mulheres, como podemos ver na citação de Blay:

Clara Zetkin (1857-1933), alemã, membro do Partido Comunista Alemão, deputada em 1920, militava junto ao movimento operário e se dedicava à conscientização feminina. Fundou e dirigiu a revista *Igualdade*, que durou 16 anos (1891-1907). Líderes do movimento comunista como Clara Zetkin e Alexandra Kollontai ou anarquistas como Emma Goldman lutavam pelos direitos das mulheres trabalhadoras, mas o direito ao voto as dividia: Emma Goldman afirmava que o direito ao voto não alteraria a condição feminina se a mulher não modificasse sua própria consciência. Ao participar do II Congresso Internacional de Mulheres Socialistas, em Copenhagem, em 1910, Clara Zetkin propôs a criação de um Dia Internacional da Mulher sem definir uma data precisa. Contudo, vê-se erroneamente afirmado no Brasil e em alguns países da América Latina que Clara teria proposto o 8 de março para lembrar operárias mortas num incêndio em Nova Iorque em 1857. (BLAY, 2001, P.602)

Em 1910, durante o II Congresso Internacional de Mulheres Socialistas, a alemã Clara Zetkin propôs a criação do dia internacional das mulheres trabalhadoras. Com a ideia de Clara e a experiência das norte-americanas, o Dia da Mulher passou a ser comemorado em diversos países com a ideia do último domingo de fevereiro, uma lembrança ao 20 de fevereiro de 1908, mas, por vezes, alguns militantes de outros países acabavam marcando a celebração desse dia em outros meses.

Há frequente confusão sobre a origem do dia da mulher. Ela se deve pela tragédia ocorrida no 25 de março de 1911, em Nova Iorque, quando houve um incêndio na Companhia de Blusas *Triangle*. Como a fábrica ficava nos últimos andares de um prédio com dez andares, o sinal de alerta tardou a chegar nos andares mais altos. As condições eram precárias, havia um grande número de tecido inflamável por toda fábrica, a iluminação era a gás e não havia instalações seguras ou métodos de prevenção de acidentes, o fogo se alastrou rapidamente. Morreram 125 mulheres, a maioria entre 13 e 23 anos,

3 Nascida na Ucrânia, Clara migrou com sua família de origem judia para os Estados Unidos, muitos judeus já haviam experienciado o movimento sindicalista em seus países. (GONZALES, 2010)

de origem judia e italiana; 21 homens também vieram a falecer nesse episódio⁴. A associação desse fato ao Dia da Mulher se dá devido a protestos que sucederam o ocorrido e que pediam melhores condições laborais e lamentavam as vidas perdidas graças às condições precárias de trabalho.

O movimento de mulheres continuou crescendo nos Estados Unidos, conectado ao partido socialista americano. O crescimento do movimento das mulheres nos Estados Unidos não era um fenômeno isolado, pois ocorria em outras partes do globo. Em 1907, houve o congresso da 2ª internacional em Stuttgart. Nele, Clara Zetkin levantou uma resolução onde todos os partidos socialistas deveriam se comprometer com a luta pelo direito ao voto feminino. Havia grande receio, por parte dos homens, que o movimento de mulheres proletárias fosse apenas um auxílio ao movimento de sufragistas burguesas e enfraquecesse o partido socialista. Em 1908, foi criado o “Comitê Nacional da Mulher” dos E.U.A., que se dedicou à campanha de distinção entre a luta ao voto das mulheres trabalhadoras e a luta das mulheres burguesas, apontando que, enquanto as sufragistas se restringiam a pautar apenas o direito ao voto, as mulheres proletárias lutavam não só pelo sufrágio mas também por direitos trabalhistas, contra a exploração da mão de obra infantil, etc.

O compromisso oficial do Partido Socialista Americano com o sufrágio feminino deu-se com a designação do último domingo do mês de fevereiro, dia 28 de fevereiro de 1909, como o Woman's Day. O Comitê Nacional da Mulher se encarregou de sua preparação. Nessa data, alguns meses antes que as empregadas do setor têxtil de Nova York iniciassem sua greve, foi celebrado pela primeira vez um dia dedicado à reivindicação dos direitos das mulheres. A historiadora Renée Côté argumenta que esse compromisso por parte do partido só se deu devido ao temor de que, quando as mulheres alcançassem o direito de voto, em vez de votar no PSA, votassem-nos outros partidos. Nesse sentido, o interesse dessa organização pelos temas das mulheres era meramente eleitoral. Fosse como fosse, o certo é que a executiva fez circular por todas as seções locais a ordem de reservar o último domingo de fevereiro para a realização de uma manifestação a favor do sufrágio feminino, direito que,

4 “Atualmente no local onde se deu o incêndio foi construída a Universidade de Nova Iorque. Uma placa, lembrando o terrível episódio, foi lá colocada...” (BLAY, 2001, p.604)

inclusive, recomendava-se que fosse incluído nas reivindicações das atividades do 1º de Maio [...]” (GONZALES, 2010,P.106)

Em Chicago, Nova Iorque e outras cidades o “Womans Day” ocorria sempre no último domingo de fevereiro, reunindo muitas pessoas tendo como principais reivindicações a luta socialista e o sufrágio feminino. O Partido Socialista Americano reforçava a ideia de um dia de luta das mulheres mesmo havendo discordâncias internas sobre a importância desta pauta. Em 1914 ocorreu uma drástica mudança no Partido, a ala mais conversadora assumia a direção entendendo que o sufrágio feminino não seria mais uma reivindicação partidária. No ano seguinte o Comitê Nacional da Mulher foi extinto, muitas mulheres saíram do PSA, outras ficaram apenas como militantes das reivindicações comuns partidárias. (GONZALES, 2010)

Se, nos Estados Unidos, a ideia de um Dia da Mulher perdeu forças diante dos desfechos da direção do Partido Socialista Americano; em outros países, a ideia se mantinha viva. A Rússia é fundamental para a compreensão da dimensão política da data, tendo sido a última das grandes monarquias europeias a abolir a servidão e o modo de produção semifeudal. O modo de produção arcaico, um empecilho para a modernização da Rússia e sustentáculo do antigo regime representado pela família real Romanov, constituía uma sociedade estratificada onde uma pequena parcela da população, representada pelos boiardos (senhores feudais) e pelo alto clero ortodoxo, regurgitava-se em privilégios ao passo que a maior parte da população, os mujiques, camponeses, viviam na miséria sustentando essa sociedade de privilégios.

Por volta de 1914, a população urbana russa triplicou. A situação de extra exploração no campo impulsionou uma multidão a procurar melhores condições de vida na cidade. Os principais centros industriais do império russo eram São Petersburgo, Kiev e Moscou. Essas cidades se tornaram locais de grandes investimentos de capital estrangeiro, principalmente vindo da Alemanha, França e Bélgica. Essas burguesias viam na Rússia um grande investimento para suas empresas, pois contava com uma mão de obra barata vinda do campo e que não tinha muita escolha quando o assunto era trabalho, já que vinha sendo cada vez mais pauperizada pela exploração e pela guerra.

As péssimas condições de trabalho catalizaram o processo de tomada de consciência de classe entre o proletariado russo. A Rússia estava fora no centro do capitalismo, a população era duplamente explorada, pela burguesia internacional e pelo monarquia do antigo regime. No dia 8 de março de 1917,

tecelãs russas entraram em greve pedindo apoio de outras categorias, iniciaram-se grandes levantes populares que, segundo diversos autores, a mobilização de mulheres foi o chute inicial que culminou no “outubro vermelho” e na revolução russa. No dia 8 de março de 1917, houve o mais expressivo dia das mulheres: houve uma grande greve de mulheres na Rússia e as ruas foram tomadas por marchas que pediam “pão e paz”. Nos dias seguintes, iniciaram uma série de levantes populares que culminaram na queda do czar. Era o início da revolução russa. A partir desse ocorrido, o Dia da Mulher passou a ser sempre comemorado no mesmo dia. Foi firmada a importância dessa data como “internacional” e que ela ultrapassava a questão do voto. O dia da mulher trazia uma série de denúncias e reivindicações das mulheres proletárias.

Em 1913, a russa Alexandra Kollontai escreveu um artigo sobre a importância do Dia da Mulher para a classe trabalhadora e, em 1915, organizou uma reunião contra a guerra. Indignadas ao verem seus filhos e maridos sendo mortos em uma guerra que não era do interesse do proletariado, com comida escassa dentro de suas casas, no dia 8 de março de 1917, as mulheres tomaram as ruas exigindo “Pão e Paz”:

“É evidente, pois que a Revolução de Fevereiro foi iniciada pelos elementos de base, que ultrapassaram a resistência de suas próprias organizações revolucionárias e que esta iniciativa foi espontaneamente tomada pela camada proletária mais explorada e oprimida que as demais – as operárias da indústria têxtil, entre as quais, deve-se supor, estavam incluídas numerosas mulheres casadas com soldados. O impulso decisivo originou-se das intermináveis esperas nas portas das padarias. O número dos grevistas, mulheres e homens, orçou, neste dia, por volta dos 90 000. O espírito combativo exteriorizou-se em manifestações, meetings e choques com a polícia. O movimento iniciou-se no bairro de Vyborg, onde se encontram as grandes fábricas, propagando-se pelos bairros ditos de Petersburgo. Nos outros lugares da cidade, segundo os relatórios da polícia, não houve greves nem manifestações. Nesse dia as forças da polícia foram reforçadas por destacamentos de tropas, aparentemente pouco numerosas, não se produzindo choque, entretanto. Uma multidão de mulheres, nem todas operárias, dirigiu-se à Duma Municipal, pedindo pão. Era o mesmo que pedir água a uma pedra. Em outras partes da cidade foram desfraldadas bandeiras vermelhas cujas inscrições atestavam que os trabalhadores exigiam pão, mas que também não queriam mais a autocracia nem a guerra. O Dia da Mulher foi bem sucedido, cheio de entusiasmo e sem vítimas. Anoitecera e nada revelava ainda o que esse dia trazia em suas Pentranhas.” (TROTSKY, 2017, P.129)

O Dia da Mulher de 1917 ocorreu no dia 23 de fevereiro no calendário juliano, equivalente ao 8 de março no calendário gregoriano. Eric Hobsbawm também identificou esse 08 de março como o marco inicial da revolução russa.

A data já vinha sendo marcada pelas socialistas como um dia de luta do operariado feminino, mas foi na Rússia, nesse ano, que houve o primeiro 08 de março marcado com uma grande greve de mulheres e por levantes populares. Segundo Scheider, vários grupos estiveram presentes nesse dia, porém é importante destacar que: “Associação de particular importância é a Liga Ravnoprávia Jênschin [Liga da Igualdade de Direito das Mulheres]. Foi ela a responsável por organizar a histórica marcha das mulheres em 8 de março de 1917” (SCHEIDER, 2017, P.13)

As mulheres foram grandes protagonistas em todo o processo da revolução russa. Entre elas, podemos destacar Alexandra Kollontai, a primeira ministra mulher da Rússia, bem como Nadejda Krúpskaia, Inessa Armand, Natália Sedova e Rosalia Zemliatchka, que foram nomes femininos que entraram para a história bolchevique ao lado de Lenin. Nos primeiros anos após a revolução de outubro, as mulheres travaram uma grande luta para conquistar direitos.

Desde os primeiros meses de sua existência, o Estado operário realizou uma mudança radical na legislação referente à mulher. Todas as leis que colocavam a mulher em uma situação de desigualdade em relação ao homem foram abolidas, entre elas, as leis sobre o divórcio, sobre os filhos naturais e sobre a pensão alimentícia. Foram abolidos também, no direito familiar, todos os privilégios masculinos ligados à propriedade. “Dessa forma, a Rússia soviética, apenas nos primeiros meses de sua existência, fez mais pela emancipação da mulher do que o mais avançado dos países capitalistas em todos os tempos.” (TOLEDO, 2014, P.21).

Como primeiro ministro em 1921, Vlademir Lenin oficializou o 8 de março como *Dia da Mulher* para a União Soviética. Dessa forma, reconheceu a importância da luta internacional das mulheres socialistas que já vinha sendo construída em torno dessa data. Nos anos seguintes, a data passou a ter grande destaque nos países do bloco soviético.

Após o término da 2ª Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU) é criada em 1945 com objetivo de ser uma organização internacional que preza pela paz e pelos direitos humanos. Nesse mesmo ano, a Carta das Nações Unidas declarou a igualdade de gênero como um direito humano fundamental. O movimento feminista continuou se fortalecendo.

Segundo Guarnieri, mesmo tendo sido criando anteriormente, o movimento se configurou como um importante fórum de trocas:

(...) remonte a épocas anteriores à própria fundação das Nações Unidas, é com a organização que ele ganha força e visibilidade. Seja como fórum de debates, seja como fonte de dados e informações sobre a situação da mulher..." (GUARNIERI, 2010, P.3).

“Já, no Brasil, “a primeira comemoração” do Dia Internacional das Mulheres só veio a ocorrer na década de 1940, em um momento de ascensão das mulheres nas organizações políticas” (VITÓRIO, 2019. p. 50). O reconhecimento do direito ao voto às mulheres, em 1932⁵, mesmo que custoso, graças à industrialização⁶ tardia e ao baixo índice de educação feminina, conferiu às brasileiras um relevante peso na participação política do país. Entretanto, os recém adquiridos direitos foram ceifados pela ditadura do Estado Novo, instituída por Getúlio Vargas em 1937. A primeira comemoração pública do 8 de Março ocorre após a queda do regime varguista, durante um período de uma real experiência democrática no Brasil. Cresciam os comitês de mulheres no Brasil. Em 1949, após um encontro desses comitês, foi criada a *FMB-Federação de Mulheres do Brasil*. Nesse mesmo ano, houve um encontro da *Federação Democrática Internacional de Mulheres* na Rússia, que enviou a Fanny Tabak como representante. A federação cresceu muito e se espalhou por diversos estados do país nos anos seguintes.

O que já era difícil na primeira metade do século XX, parecia tornar-se impraticável para as organizações que se colocavam contra a maré. Em 1958, por ordem de Juscelino Kubistchek, a FMB foi fechada. Alguns anos mais tarde,

5 Atualmente a data é comemorada no país, o "Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil", passou a vigorar no ano de 2015. Uma lei sancionada pela primeira mulher eleita presidenta do executivo, Dilma Rousseff, por meio da lei [13.086/15](#). De autoria da deputada Federal Sueli Vidigal, o PL [4.765/09](#) dispôs sobre essa data porque neste dia, por meio de um decreto de Getúlio Vargas em 1932, a mulher brasileira obteve o direito de votar nas eleições nacionais. Entretanto, a conquista não foi completa. O Código Eleitoral da época permitia apenas que mulheres casadas (com autorização do marido), viúvas e solteiras e com renda própria pudessem votar. (TSE, 2020, acesso em 06 de agosto de 2020, <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Fevereiro/dia-da-conquista-do-voto-feminino-no-brasil-e-comemorado-nesta-segunda-24-1>)

6 A industrialização tardia no Brasil, teve um importante impacto na organização das mulheres enquanto trabalhadoras. “O movimento feminista operário contava com baixa participação nos sindicatos e nas organizações políticas muitas vezes contou com barganhas coletivas ou manteve intacta a ordem social e econômica. (FRACCARO, G. C. C. (2017). Mulheres, sindicato e organização política nas greves de 1917 em São Paulo. *Revista Brasileira de História*, 37(76), 73-90.)

em 1963, proibiram-se as comemorações públicas do 8 de março. Porém, ao mesmo tempo das proibições, censuras e perseguições, o movimento de mulheres já havia, comprovadamente, tornado-se um potente aglutinador. A estratégia, em vez de estancá-lo, foi de distorcê-lo.”(VITÓRIO,2019, p.54).

Em 1962, o movimento de mulheres no Brasil ganhou novas frentes, começaram a surgir muitas organizações de mulheres de direita no país, ligadas a questões cívicas e religiosas. Tais organizações relacionavam a questão da mulher a ideias conservadoras e tiveram sua atuação valorizada por diversos setores da sociedade e encarada como um padrão a ser seguido. Após o golpe militar, Castelo Branco adotou a doutrina de segurança nacional, considerando como “subversivas” todas as lideranças de movimentos e sindicatos. No Brasil, em 1964, o regime militar proibiu as comemorações do 8 de março como dia internacional da Mulher pela sua origem socialista, representando assim a inexistência de condições para a organização política legalizada no Brasil, sobretudo de mulheres.

Embora o contexto do Brasil e da América Latina fosse difícil, no cenário internacional, a institucionalização dos direitos das mulheres no contexto internacional e o fortalecimento da ONU e da sociedade internacional garantiram transformações que refletiram as condições de organização políticas de todas as mulheres, mesmo em regimes autoritários no Brasil. Na primeira década de atuação, as principais ações do ONU visavam à equidade de gênero, com objetivo de diminuir o índice de meninas que eram proibidas de ir à escola, assim como mulheres sem direito ao voto, salário e propriedade. Funda-se a Comissão sobre o Status das Mulheres, que, em 1952, implementa a Convenção dos Direitos Políticos das Mulheres, cujo objetivo principal é garantir o direito feminino de votar e concorrer a cargos representativos em eleições.

Entrando numa segunda fase (1963-1975), quando um número crescente de governos passou a adotar leis e programas de proteção àqueles direitos. O segundo período da divisão de Boutros-Ghali coincide com mudanças profundas no âmbito das Nações Unidas ocasionadas pelo aumento do número de Estados-membros, oriundo do processo de descolonização. Diante do surgimento de inúmeras nações independentes, a maioria delas ex-colônias com economias ainda muito elementares, a organização teve de

alargar seu foco para incluir problemas até então vistos como exclusivos do chamado Terceiro Mundo. As relações econômicas entre nações desenvolvidas e em desenvolvimento ocuparam o centro do debate onusiano. Às mulheres foi reconhecido papel central no desenvolvimento social e econômico das sociedades, 'tanto como beneficiárias quanto como agentes de mudança. "(GUARNIERI, 2010, P.6)

O ano de 1975 foi escolhido pela ONU como "Ano Internacional da Mulher"; na conferência no México, houve paralelamente a "Tribuna de ONGs" da qual mais de 6.000 representantes de ONGs participaram. A instituição desse ano foi reflexo do crescimento do movimento feminista mundial, apesar das medidas, nas décadas anteriores, de promoção da mulher, a conferência vinha para denunciar que diversas sociedades ainda violavam o direito das mulheres através de leis e práticas sociais repressivas.

Em 1975, foi declarado, pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), o Ano Internacional das Mulheres, quando aconteceu a Primeira Conferência Mundial sobre as Mulheres, na Cidade do México. Ainda no mesmo ano, a ONU oficializou por decreto o dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher. Em seguida, devido ao número de desafios apontados na busca da diminuição das desigualdades e discriminações, também foram declarados os anos de 1976 a 1985 como a Década da Mulher. (MARQUES, ZATTONI, 2014, P.58)

Após a conferência da ONU no México em 1975, surge, no Brasil, o Movimento Feminista pela Anistia. Durante a ditadura militar no Brasil, as mulheres, juntamente com os demais grupos de esquerda do país, sofreram com a forte repressão. Segundo Marques, as feministas no Brasil ajudaram a compor a segunda geração de exilados:

(As mulheres) ajudaram a compor a segunda geração de exilados brasileiros, que começou a deixar o país após 1968. Em um primeiro momento, esta geração se concentrou no Chile, porém o golpe de 1973 forçou esse contingente a migrar com direção à Europa, especialmente a França. As transformações políticas dessa geração ao longo do exílio são apontadas por diversos estudos. (MARQUES, T. C. S. 2015, v. 1, p. 2).

Em 1980, foi sancionada a data de 30 de abril como o Dia Nacional da Mulher no Brasil. A data foi escolhida em homenagem ao dia do nascimento de Jerônima Mesquita, cuja família era de origem aristocrática e dona de fazendas

onde os escravos eram vistos como “bem tratados”. Ela foi uma das principais figuras do movimento bandeirante e da luta pelo voto feminino no Brasil. O dia nacional da mulher não ganhou popularidade, pelo contrário, Jerônima era vista como elitista e amiga dos militares pelo movimento de mulheres trabalhadoras. Após o reconhecimento das Nações Unidas do 8 de março como Dia Internacional da Mulher, o movimento feminista brasileiro resgatou a comemoração da data nos anos seguintes.

A origem do 08 de março foi, por muito tempo, distorcida; houve muitas tentativas de enfraquecimento da data, assim como as investidas em transformá-la em algo puramente comercial. A luta feminina, ao longo do século XX, passou por diferentes momentos, no próximo tópico serão apresentadas as diferentes ondas feministas e quais os principais pensamentos de cada geração.

2.2. As gerações do feminismo e a Quarta onda no Brasil

As ondas ou gerações do Movimento Feminista indicam momentos históricos onde determinadas pautas e reivindicações foram as mais importantes dentro de um determinado contexto. Porém é importante destacar que, além dessas ideias principais, sempre houve mulheres reivindicando questões diversas, de forma pontual ou continuamente. Como em outros movimentos sociais, o movimento feminista possui diferentes correntes e períodos marcantes que classificam sua história.

A Primeira onda do movimento feminista é caracterizada pela busca de igualdade política e jurídica entre ambos os sexos. O movimento de mulheres sufragistas é central nesse momento, destaco a Liga Sindical das Mulheres e a russa Clara Zetkin e a Conferência de Copenhague em 1910. A Segunda geração feminista compreende mais especificamente as décadas de 60 e 70 e é marcada por questionamentos ao sistema patriarcal vigente, além dos fatores biológicos que diferenciavam homens de mulheres, destacando-se como uma das principais obras da época o livro *A dialética do sexo*, de Shulamith Firestone. Na terceira onda, os debates foram mais centrados em questões de gênero com Judith Butler e feministas negras ganharam ainda mais destaque,

como Audre Lorde. Nesse tópico, entende-se que a quarta geração tenha ocorrido nas duas primeiras décadas do século XXI, onde o avanço da internet possibilitou novas formas de comunicação e organização de protestos pelo movimento feminista.

Sempre existiram mulheres questionando seus papéis sociais pelo mundo inteiro, porém os primeiros registros de organizações de mulheres estão fortemente ligados ao surgimento do capitalismo e à Revolução Francesa. O surgimento da sociedade moderna implicou uma série de mudanças econômicas e políticas que modificaram a configuração social. A transformação da sociedade feudal em uma sociedade capitalista foi um processo com inúmeras etapas e cada uma delas reforçou premissas que desqualificavam e marginalizavam as mulheres.

O primeiro contingente feminino que o capitalismo marginaliza do sistema produtivo é constituído pelas esposas dos prósperos membros da burguesia ascendente. A sociedade não prescinde, entretanto, do trabalho das mulheres das camadas inferiores. Muito pelo contrário, a inferiorização social de que tinha sido alvo a mulher desde séculos vai oferecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial. As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que para o processo de acumulação rápida de capital era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então. A máquina havia, sem dúvida, elevado a produtividade do trabalho humano; não, entretanto, a ponto de saciar a sede de enriquecimento da classe burguesa. (HELEIETH, 1976, p.36).

Essas mulheres, mesmo submissas aos homens no período pré-capitalista, tinham uma função mercantil independente ou junto a eles e participavam da dinâmica produtiva/comercial. Com a possibilidade instaurada pelo capitalismo de compra e venda da força de trabalho, não havia mais a necessidade delas na produção e muito menos na gestão. (SAFFIOTI,1976)

A Revolução Francesa influencia fortemente a burguesia com o conceito de “Estado” e “democracia”, principalmente com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão que estabelece as condições de liberdade e de cidadania inerentes aos homens. Tal documento não considerava as mulheres, por esse motivo, em 1791, Marie Gouze apresenta a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã à Assembleia Nacional da França em busca de

igualdade de direitos entre os sexos. É importante salientar que a declaração apresentada por Gouze trazia conceitos iluministas ao citar leis e direitos naturais e não abordava questões subjetivas do cotidiano das mulheres.

Nesse contexto de revolução, a França assistia a uma progressiva substituição do trabalho manufaturado pelo trabalho assalariado e mecanizado. A implantação de equipamentos mais modernos nas fábricas permitiu a utilização do trabalho feminino, não por igualdade de direitos entre mulheres e homens, mas sim pela necessidade de mão de obra para maior produção. O trabalho feminino também era mais barato, os empregadores viam nas mulheres a possibilidade de maior exploração. Nesse momento, há uma discrepância entre realidades femininas. De um lado, havia mulheres que não precisavam ser exploradas em fábricas, mas que exigiam direito à formação profissional e, de outro, mulheres proletárias que precisavam vender sua força de trabalho para subsistirem, ambas eram tidas como seres inferiores intelectualmente e fisicamente quando comparadas aos homens e ambas, trabalhando ou não, continuavam reféns de uma sociedade fortemente patriarcal.

A industrialização e as péssimas condições de trabalho que ela trouxe alavancaram a organização de diversas mulheres operárias pelo mundo, influenciadas por estudos a respeito da opressão à mulher e a ideais socialistas. Essas mulheres tinham uma vida extremamente exaustiva, trabalhavam mais de 12 horas por dia em fábricas e ainda tinham as responsabilidades domésticas, uma vida de muito trabalho e pouca liberdade. A tomada de consciência a respeito da exploração e diferença entre classes sociais resultou em grandes levantes em busca de direitos e dignidade.

A primeira onda do feminismo é marcada pelo movimento de mulheres liberais sufragistas. “O “movimento sufragista” (que se estruturou na Inglaterra, na França, nos Estados Unidos e na Espanha) teve fundamental importância nessa fase de surgimento do feminismo” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p.649), porém o direito ao voto se expandiu para as mulheres trabalhadoras que queriam espaço dentro dos partidos e sindicatos. A exigência da representatividade feminina na política e ao sufrágio foi um ponto em comum entre as mulheres de diferentes classes, pois representava a chance de mudar suas vidas através da política.

A luta sufragista levou décadas até obter resultados. Na maioria dos países europeus, o direito foi obtido pelas décadas 10 e 20. Na América Latina, o processo levou mais tempo, sendo o Equador o primeiro país do continente a garantir o direito de voto às mulheres, em 1928. “As sufragetes brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910” (PINTO, 2006, p.16) Lutz iniciou a luta pelo direito ao voto das mulheres, formou a “Federação Brasileira pelo Progresso Feminino”, que, em 1927, conseguiu levar até o Senado um abaixo-assinado sobre o direito da mulher ao voto. O direito foi alcançado em 1932 e consolidado na Constituição de 1934. Após a conquista do voto no Brasil, o movimento feminista perdeu força, voltando expressivamente com a segunda onda feminista na década de 60. (PINTO,2006). Cabe ressaltar que os direitos foram garantidos às mulheres no período entre guerras mundiais, o que foi bastante conveniente.

Nessas décadas, ocorre um refluxo na organização de mulheres. Nos países em que ocorre a ascensão do nazifascismo, esse refluxo pode ser também compreendido pelo forte esquema repressivo que abafava quaisquer outras formas de contestação social. Esse período é marcado pela preparação e pela eclosão de uma nova guerra mundial. Assim, a afirmação de igualdade entre sexos vai confluir com as necessidades econômicas daquele momento histórico. Valoriza-se, mais do que nunca, a participação da mulher na esfera do trabalho, no momento em que se torna necessário liberar a mão de obra masculina para as frentes de batalha. Tal processo se dá, em particular, nos países diretamente envolvidos no conflito, em especial EUA e Inglaterra. (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 49).

A segunda guerra mundial, os regimes fascistas e os direitos alcançados explicam o momento comedido do feminismo naquele período. Com o fim da guerra, os homens assumem seus postos de trabalho impelindo as mulheres às tarefas domésticas. A diferenciação entre “atividades femininas” e “atividades masculinas” volta com força, às mulheres restou o papel secundário de esposa e mãe.

Simone de Beauvoir escreve o livro “O Segundo Sexo” poucos anos após o fim da segunda guerra, nele analisa fatores históricos, biológicos e psicológicos relacionados à mulher, afirmando que sua inferioridade é

condicionada pela sociedade e não algo que possa ser explicado por fatores biológicos do sexo feminino. O livro foi lançado em um momento bastante contido do feminismo, porém teve grande importância na retomada do movimento e para o avanço de estudos e teoria a respeito de sexo, gênero e patriarcado.

O final dos anos 50 e a década de 60 foram marcados pela tensão da Guerra Fria e pelo receio de novos confrontos entre Estados Unidos e União Soviética, além disso, por mobilizações contra o colonialismo, por luta pelos direitos civis do povo negro, por mobilizações estudantis e por movimentos contracultura. As lutas repercutiam, influenciavam outras, se unindo em muitos momentos. Os novos meios de comunicação facilitavam a divulgação de manifestações e acontecimentos pelo mundo. Os jovens não se conformavam com o estilo de vida imposto como ideal e nem viam sentido em seguir ordens e tradições se, a qualquer momento, poderia ocorrer uma nova guerra na qual seria a vez de ir e não voltar. O movimento *beat*, o Maio de 68 e a organização da população negra pelos direitos civis já anunciavam a inconformidade com a sociedade norte-americana. Muitos jovens brancos aderiram ao movimento pelos direitos civis dos negros.

As questões levantadas pelo feminismo nesse momento são de cunho subjetivo; enquanto, na onda anterior, eram de caráter objetivo e pragmático. Entende-se melhor as novas questões do movimento ao se analisar os fatores históricos de um dos países pioneiros na segunda onda: Estados Unidos. O país vivia um momento de riqueza econômica pós-guerra e o tradicional “american way of life”. Mais do que nunca, divulgava-se a ideia de famílias perfeitas e felizes em que a mulher era a dona de casa, mãe e esposa. Todavia, a pesquisa feita por Betty Friedan, que mais tarde viria a ser o livro “Mística Feminina”, revelou a infelicidade dessas mulheres, mesmo possuindo tudo que a sociedade julgava importante para ter uma vida plena. “Mística Feminina” foi lançado em 1963, década que o movimento feminista adquire grande força.

A segunda onda, portanto, compreende o período entre as décadas de 1960 e 1980 num avanço de percepção e análise do movimento como um todo, incorporando diversas frentes de luta e denunciando o patriarcado como forma de expressão do poder político exercido através da dominação masculina e da inferiorização das mulheres que ultrapassa o campo do privado, invade todos

os espaços da sociedade e representa uma estrutura de poder baseada tanto na violência quanto na ideologia. (BITTENCOURT, 2015 p.201)

O discurso sobre maternidade, sexualidade feminina e violência toma destaque nas rodas de trocas de experiências entre mulheres, reforçando o fato de a dominação masculina ser uma forma de opressão e de continuar perpetuando a ideia do “sexo frágil” e inferior. As mulheres começam a trocar experiências e a discutir entre si sobre a obrigação de constituir uma família tradicional, pelo direito de escolher ser mãe ou não, pelo direito e conhecimento sobre os próprios corpos e de situações cotidianas que vivenciavam.

O processo de socialização das experiências permitiu às mulheres constatarem que os problemas vivenciados no seu cotidiano tinham raízes sociais e demandavam, portanto, soluções coletivas. Veio daí a afirmativa ‘o pessoal é político’, questionando não apenas a suposta separação entre a esfera privada e a esfera pública, como também uma concepção do político que toma as relações sociais na esfera pública como sendo diferentes em conteúdo e teor das relações e interações na vida familiar, na vida ‘privada’. Na medida em que a dinâmica do poder estrutura as duas esferas, essas diferenças são apenas ilusórias. As relações interpessoais e familiares se caracterizam também como relações de poder entre os sexos e gerações, não sendo ‘naturais’, mas socialmente construídas e, assim, historicamente determinadas, passíveis de transformação. (SARDENBERG, 2017, p.16)

Na América Latina, a segunda onda do movimento feminista foi diferente, pois vários países sofreram golpes de Estado nas décadas de 50, 60 e 70, havendo grande repressão e censura. Para a historiadora Jane Jaquette, as mulheres latino-americanas se organizavam desde antes do movimento sufragista, não como movimentos feministas propriamente ditos, tendo um papel bastante importante na história latina. Ela aponta três padrões de mobilização de mulheres no período de transição democrática: grupo de direitos humanos das mulheres, o qual protestava contra os desaparecimentos de familiares durante as ditaduras militares; os grupos feministas formados por mulheres interessadas nas teorias feministas como forma de mudança social, esses grupos foram muitas vezes questionado por movimentos de esquerda marxista, bastante críticos a pautas ditas indenitárias, que, segundo eles,

faziam com que as mulheres perdessem o foco na luta de classes; e organizações de mulheres pobres urbanas que criaram grupos comunitários de bairros durante períodos de dificuldades financeiras, esses grupos tomaram maior proporção na medida em que se uniam a outros e ampliavam sua visão de realidade e demandas. Cabe destacar que, por muito tempo, organizações de mulheres rejeitaram a pecha de feministas, que ganhou um teor negativo e subversivo durante os anos de ditadura militar.

Assim como as feministas norte-americanas e europeias, as latino-americanas também tiveram entraves nas organizações de esquerda ao exporem as demandas feministas e serem desdenhadas, levando ao rompimento com essas organizações, mas não com os ideais de esquerda. A estratégia foi fazer aliança com setores progressistas de oposição para obter algum tipo de visibilidade e assim conseguir engajar o projeto feminista de alguma forma e até mesmo para enfrentar os descontentamentos políticos e financeiros que tinham em comum.

A aliança com os setores progressistas da oposição, ainda que apreensiva, no melhor dos casos, era essencial à viabilidade do projeto feminista. Em países governados por regimes exclusivistas e repressivos (pouco dispostos a concessões a movimentos em busca de mudança progressista de qualquer tipo), as feministas só encontrariam espaço político na luta oposicionista mais ampla. Muitas das primeiras feministas agiam clandestinamente; algumas foram formadas como grupos de "frente" para a oposição de esquerda; outras evitavam o termo "feminista" constituindo "associações de mulheres" e refugiando-se na crença antiga em que tudo o que as mulheres fazem é "por natureza" apolítico, e portanto, menos ameaçador para a "segurança nacional". À medida que as crises e cortes na assistência social ameaçavam a própria sobrevivência das classes populares da América Latina, muitas feministas uniram-se à esquerda, buscando soluções para o empobrecimento absoluto da vasta maioria da população da região. (STERNBACH; ARANGUREN; CHUCHRY; ÁLVAREZ, 1994, p.79)

Os grupos feministas assim denominados surgiram na segunda década de 70, recebendo bastante influência de mulheres exiladas que retornavam aos seus países com experiências e novos conceitos sobre feminismo inserindo-se em tais grupos. Segundo Marques, a adesão da esquerda brasileira exilada

não se deu exclusivamente ao feminismo, foi possível perceber uma sensibilização em torno de outras pautas:

A esquerda passou a se voltar para a luta por direitos individuais, tais como o direito ao passaporte, o registro dos filhos e os direitos das mulheres. Fica claro dessa forma, que embora muitos militantes procurassem vincular estas lutas às lutas de classe, gradualmente passaram a dar atenção às lutas por direitos individuais, que encontravam força no discurso em favor dos direitos humanos. Portanto, além de renovarem as suas formas de atuação política ao abandonarem a luta armada, a segunda geração de exilados brasileiros no exterior também inseriu uma série de novos temas aos seus combates políticos, dentre os quais merece destaque o feminismo. (MARQUES, T. C. S. 2015, v. 1, p. 23).

Em 1981, ocorreu o primeiro “Encuentro” feminista da América Latina e Caribe em Bogotá, capital da Colômbia. Foram quatro dias de trocas de experiências, análises e projetos entre representantes de grupos feministas do México, Porto Rico, República Dominicana, Panamá, Curaçau, Equador, Peru, Venezuela, Colômbia, Chile, Argentina e Brasil.

A notícia do Encuentro de Bogotá espalhou-se pelas emergentes redes feministas internacionais, alcançando sobretudo mulheres brancas de classe média e educação universitária. ”(STERNBACH; ARANGUREN; CHUCHRY; ÁLVAREZ, 1994, p. 79)

Os Encuentros continuaram acontecendo com intervalo de um ano sendo uma forma importante de compreender as dificuldades e avanços do movimento feminista de cada país. Os registros dos mesmos apresentam as pautas mais discutidas entre os grupos participantes e mostra, inclusive, as divergências os diferentes grupos e correntes

No meio da década de 80, e ganhando força no início da década de 90, surge a terceira onda feminista. Com o objetivo de preencher lacunas e responder críticas feitas à segunda onda, feministas negras e pós-estruturalistas destacam que há diferenças entre grupos de mulheres; começa-se a falar de “feminismos” no plural. A terceira onda não nega a segunda, porém crítica a visão anterior centrada em mulheres brancas, heterossexuais e de classe média.

A Terceira Onda Feminista surgiu, de acordo com Bonnici (2007), em torno de 1990, nos Estados Unidos, derivada da necessidade de renovação do movimento, devido a problemas de ordem legal, enfrentados no país; da crítica masculina que atribui a redução de direitos dos homens paralelamente à igualdade adquirida pelas mulheres; e da crítica “conservadora de pós-

feministas de que as mulheres têm todas as garantias sociais e legais para viver em paridade na sociedade contemporânea” (BONICCI, 2007: 252). A Terceira Onda apresenta uma pauta de reivindicações mais ampla do que o grupo da Segunda Onda, uma vez que engloba “a teoria *queer*, a conscientização da negra, o pós-colonialismo, a teoria crítica, o transnacionalismo”, entre outros. Aponta como aspecto relevante a autoestima sexual, uma vez que a sexualidade é também uma modalidade de poder. (ZINANI, 2011, P.413)

Em 1986, Joan Scott publica seu artigo “Gênero: Uma categoria útil de análise histórica”, considerada como feminista pós-estruturalista, o artigo de Scott causou grande impacto nos estudos sobre a questão da mulher e gênero, sendo até hoje um marco teórico. Enquanto na primeira e na segunda onda se reivindicava a igualdade de direitos entre homens e mulheres, na terceira onda, as diferenças entre gêneros são destacadas. As contribuições teóricas de Judith Butler e a teoria *queer* criticam a visão binária de gênero; as produções teóricas de Scott e Butler, na década de 90, foram de relevante importância para essa geração feminista. Ainda nesse período, “a teoria feminista ganha grande contribuição, já que filósofos e teóricos, como Jacques Derrida (1972), Michael Foucault (1992), dentre outros, formularam teorias, as quais põem em xeque a visão dicotômica empregada sobre os conceitos modernos(...)” (JESUS; SACRAMENTO, 2014, P.195) Ainda que as publicações de Derrida e Foucault tenham iniciado nas décadas anteriores, com as pós-estruturalistas e a ideia de desconstrução de papéis e performances de gênero, surgem novas pesquisas sobre gênero, poder, instituições e controle social. Questionando as visões essencialistas entre homens e mulheres e trazendo novos debates ao movimento de mulheres, essa corrente também ficou conhecida como *pós-feminista e/ou feminista pós-moderna*. (JESUS; SACRAMENTO, 2014)

É nesse período que intelectuais negras ganham destaque. Muitas delas já atuavam nas décadas anteriores, mas é com a teoria da diferença e com o intenso caráter crítico da terceira onda que mulheres, como Audre Lorde, bell hooks e Alice Walker, adquirem ênfase no movimento feminista. Na década de 80, Walker desenvolve o conceito de “mulherismo”, por não se sentirem representadas dentro do movimento feminista, o mulherismo surge como outro espaço para discutir questões de racismo e sexismo para as mulheres negras,

buscando uma linguagem acessível e com formulações feitas por mulheres negras e para mulheres negras. Apesar de compactuar com várias ideias do mulherismo, Lorde critica a falta de debate sobre a questão da mulher negra lésbica dentro do movimento. A década de 90 foi marcada por debates entre feminismo negro, mulherismo e questões da mulher afro-americana. (COLLINS, 2017).

Embora cada país tenha tido suas particularidades por conta do contexto social, econômico e político em que se encontrava, pode-se afirmar que a terceira onda do movimento feminista foi de extrema importância resultando em inúmeras teorias e estudos feministas; contando com debates sobre o avanço das redes de comunicação e da internet, a difusão de tais materiais foi facilitada e a comunicação entre mulheres de todas partes do mundo também. Alguns teóricos falam de uma quarta onda feminista, porém é algo bastante controverso e recente. Algumas intelectuais da área consideram que ainda estamos na terceira onda.

Partindo do pressuposto da quarta onda caracterizada pelos movimentos feministas das duas primeiras décadas do século XXI, olhando especificamente para o Brasil, em agosto de 2000, ocorre a primeira Marcha das Margaridas, que reúne em Brasília mais de 20 mil mulheres agricultoras, indígenas e quilombolas. “A Marcha das Margaridas propõe, mediante suas reivindicações, mudanças que podem ser entendidas tanto como econômico-estruturais quanto simbólico-culturais(…)” (AGUIAR, 2017, P.289). Em 2003, 2007, 2011 e 2015, esse movimento de mulheres marcha novamente até o congresso. O movimento recebe esse nome em homenagem à importante líder sindical Margarida Alves, assassinada em agosto de 1983. A Marcha Mundial de Mulheres apoia e junta-se à Marcha das Margaridas nos anos seguintes. (AGUIAR, 2017). Com o lançamento do Fórum Social Mundial, sediado no Brasil, na cidade de Porto Alegre, em 2001, há uma efervescência dos movimentos sociais ligados a pautas transnacionais. Nesse cenário, a Marcha Mundial de Mulheres, que vinha, nos anos anteriores, tentando se estabelecer, ganha corpo em debates com outros movimentos sociais e ergue suas faixas durante o Fórum Social.

Na Europa, na Ucrânia, em 2008, surge o grupo Femen, caracterizado por praticar seus atos em eventos públicos. O primeiro ato do grupo ocorreu na

Praça Maidan, local bastante simbólico para o povo ucraniano, “(...) o protesto de dezenas de militantes seminuas do Femen era para denunciar a falta de ação do governo da Ucrânia contra o turismo sexual, e os cartazes que elas portavam diziam *A Ucrânia não é um bordel*” (NOGUEIRA, 2013, P.158). Surgindo com palavras contra o sexismo em faixas e no corpo, as ucranianas causaram grande impacto nas mídias e logo surgiram grupos de mulheres auto intitulado-se *Femen* em diversos países. As coroas de flores na cabeça e os seios amostra eram marcas registradas do grupo, as TICs foram muito importantes na divulgação nas ações dessas mulheres:

As novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), tendo como face mais visível a Internet, agora complementada com tecnologias de comunicação móvel e WIFI(Wireless Fidelity),deram origem a uma pletera de atividades comunicativas de cariz social, cultural e política nos seus espaços midiáticos (ciberespaços) onde, traduzindo as realidades políticas e econômicas que os informam e a reflexividade da dimensão técnica e social da tecnologia, se objetivam relações dialéticas entre estrutura e agência.

Num tempo do capitalismo digital (Schiller,1999) as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), maxime Internet, e os seus espaços midiáticos (ciberespaços), estabeleceram-se como ontológica categoria central da contemporaneidade (Rheingold, 1993; Negroponte,1995; Castells,1996; Melucci,1996). (VIDAL, 2005, P.157).

Rapidamente surgiram textos em páginas na internet apoiando e criticando o Femen. Muitos grupos de feministas se sentiam incomodados com alguns posicionamentos do grupo. No Brasil, o grupo foi liderado pela ativista Sara Winter. Todavia, após uma série posicionamentos polêmicos de Sara, como vetar a participação de mulheres acima do peso no Femen Brasil e a nota de apoio à política de Margaret Tacher no dia de sua morte, segundo Alexandra Shevchenko em entrevista a Zero Hora ⁷, as ucranianas destituíram a célula brasileira em 2013 e a ativista brasileira que liderava o grupo no país foi afastada do grupo.

7 O Femen Brazil não nos representa, afirma líder de organização ucraniana. Reportagem de 18 de maio de 2013, acesso em 06 de agosto de 2020 <https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2013/05/o-femen-brazil-nao-nos-representa-afirma-lider-de-organizacao-ucraniana-4142346.html>

A arena da internet propiciou um novo momento para ativistas de diversas causas. Pode-se observar que, na atualidade, as TICs possibilitaram ágil comunicação entre militantes de diferentes países. Como no caso do Femen, que ao ser divulgada notícia de uma ação feita, logo outros coletivos feministas lançam notas em mídias sociais de apoio, repúdio ou questionamento ao caráter do protesto.

O espaço digital também facilitou a disseminação da *Marcha das vadias* pelo mundo. Em 2011, após casos de assédio a mulheres em Toronto no Canadá, um policial falou publicamente que, para evitar abusos, as mulheres não deveriam usar roupas de “vadias”. A primeira Slutwalk de Toronto teve como principais bandeiras o fim da violência sexual e da culpabilização da vítima, bem como a liberdade e a autonomia das mulheres sobre seus corpos. Vale ressaltar aqui as inúmeras pesquisas sobre o feminismo e as redes sociais. Os principais debates giram em torno dos seguintes argumentos: a ampliação do debate a mais setores da sociedade e maximização de seu alcance, tornando as pautas do feminismo didáticas e acessíveis, principalmente com uso de hachtags (DOS SANTOS, 2011, p.), fortalecimento da terceira onda e sua capilarização entre a juventude em detrimento das demais, tem como viés principal ativismo por meio das mídias sociais e sua capacidade de chegar a grandes massas em pouco tempo (OLIVEIRA, SILVA, 2016, P9), inclusive adaptando-se as narrativas e contextos em que é veiculada. Os debates na internet são um importante aliado, sendo sempre uma contraposição aos discursos antidemocráticos em crescimento na sociedade (COELHO, 2016, P.6) e são usados como ferramentas em diversos grupos tanto feministas, quanto da esquerda de modo mais amplo.

Desde então, por meio da rápida troca de informações proporcionada pela internet, marchas foram organizadas em diversas cidades pelo mundo. Em países de língua espanhola, o protesto ganhou o nome de *Marcha de las putas* ou *Marcha de las vagabundas*. No Brasil, São Paulo foi a primeira cidade a organizar uma marcha, em 2011, adotando o termo “vadias”. A rapidez com que a marcha se disseminou pelo país e mobilizou a juventude é indissociável das possibilidades que as novas tecnologias de comunicação oferecem ao ativismo político. Já, em 2012, no segundo ano do advento da *Marcha das vadias*, 23 cidades, de todas as regiões do Brasil organizaram protestos

usando ferramentas como Facebook, Twitter, Youtube, blogues e emails. (GOMES;SORJ, 2014,P.437)

A pesquisa de Gomes e Sorj traz também dados sobre a presença de muitos coletivos de jovens feministas na organização da Marcha das Vadias. Os escritos de Judith Butler vêm à tona novamente, posto que um dos debates centrais da *Slutwalk* são as questões do corpo, gênero e performance. O feminismo relacionado a questões *queer*, o transfeminismo e a regulamentação da prostituição disputaram espaço em meio aos debates trazidos pela Marcha das Vadias, teorias ligadas ao feminismo radical e feminismo negro ocuparam espaço secundário, causando conflitos entre organizadoras. Após 2013, a Marcha das Vadias perde sua força e acontece até 2015 de forma menos expressiva.

Em 2015, na Argentina, houve o brutal assassinato de Chiara Páez, que, aos 14 anos, diante de uma gravidez, foi morta a pauladas pelo companheiro. Protestos intitulados “Ni una a menos” surgiram em resposta na Argentina, no Chile e no Uruguai. Logo após, diversos outros países solidários às causas impulsionaram a *#NiUnaMenos* e tomaram as ruas. Em 2016, o *Nenhuma a Menos* seguiu sendo chamado em diferentes nações. Nesse mesmo ano, milhares de polonesas tomaram as ruas vestidas de preto, reivindicando o direito ao aborto. Após a tentativa de restringir ainda mais o aborto, grupos de mulheres organizaram grandes marchas que resultaram com os governantes abandonando a nova proposta de legislação.

A rede feminista transnacional estava mobilizada com os últimos acontecimentos, principalmente relacionados à ascensão de grupos extremistas e de grupos políticos conservadores avessos a pautas feministas e indenitárias de modo geral.

No início de janeiro de 2017, com a posse do presidente Trump nos EUA, ocorreu uma marcha histórica: a *Marcha de Mulheres contra Trump* foi gigantesca e tomou as ruas de Washington. O movimento de mulheres da Polônia e da Argentina se espalhou para os países vizinhos. Após a Marcha contra Trump, foi lançada carta convocando para um grande 8 de março internacional. A carta abordou centralmente a necessidade de um feminismo para a maioria das mulheres (*feminismo para as 99%*), comprometendo-se com

questões anticapitalistas e convocando para uma greve internacional de mulheres. A carta foi rapidamente traduzida para diversos idiomas.

No Brasil, assim como ao redor do mundo, o 8 de março de 2017 foi marcado por intensos protestos de mulheres. Em março de 2018, a vereadora Marielle Franco foi assassinada no Rio de Janeiro. Após investigações e denúncias sobre a milícia carioca, a vereadora, que também era ativista dos direitos humanos, da causa feminista e do movimento negro, foi alvo de múltiplos tiros ao ser conduzida em um veículo. Inúmeros países organizaram atos em solidariedade à Marielle. Em setembro, o movimento de mulheres brasileiras também recebeu apoio internacional nos protestos intitulados “Ele não”, contra o candidato Jair Bolsonaro, que veio a ser eleito presidente da república em outubro de 2018.

As teorias feministas estão sempre em constante revisão. Na quarta onda, nota-se uma preocupação ainda maior em encontrar suportes teóricos femininos, assim como a busca por compartilhar visões de mulheres indígenas e de países emergentes. Os livros da paquistanesa Malala e da nigeriana Chimamanda ocupam lugares de destaque em listas internacionais de leituras influentes. No próximo ponto, questões referentes à circulação de ideias serão abordadas.

Para compreender melhor o papel das novas abordagens teóricas do feminismo para o movimento, é necessário compreender a transformação da circulação de ideias.

2.3 Circulação de ideias, teoria feminista e identidades

A circulação de ideias feministas é fundamental para o movimento, pois é através da difusão de pensamentos que pessoas formam redes para ação coletiva. As ideias viajam de um local para outro através da internet, de livros, de meios de comunicação, de eventos e de pessoas. É evidente que não é qualquer ideia que ganha engajamento para circular, ocorre uma aprovação dos pares militantes, que validam qual teoria é importante, qual ideia deve ser passada a diante, quais eventos organizar e participar, etc. A identificação com teorias, assim como as redes de pessoas com quem se convive, influenciam a

formação de identidade ativista de muitas mulheres. Costa e Alvarez falam sobre o tráfico das teorias e discurso:

Se os movimentos de mulheres na América Latina e de latinas na América e em outras partes do sul global compartilham um “contexto comum de luta”, como debate Thayer, então “seus conflitos com as ‘hegemonias dispersas’ representadas pelos Estados, indústrias de desenvolvimento, capital global, fundamentalismos religiosos e relações de mercado criam poderosos, mesmo que apenas parcialmente sobrepostos, interesses e identidades... (COSTA, ALVAREZ, 2013, p.580)

A busca por encontrar seu espaço dentro de um movimento de múltiplas vozes e saberes, como é o feminismo, não é algo simples. É necessário compreender a identidade não como uma categoria estática, mas sim como algo processual, dinâmico e de caráter relacional. Ann Mische critica os autores que utilizam a categoria como algo substancialista e destaca que é necessário: “Focalizar o processo fluido e contingente da formação de identidades na interação dinâmica entre o ‘ciclo de vida’ da pessoa, a participação no movimento e as mudanças históricas da época.” (MISCHE, 1997, p.139). A construção da identidade de ativistas se estabelece em suas redes interpessoais e organizacionais. Sobre potencialização de identidades:

Esse conceito abarca a dimensão intersubjetiva de redes sociais: cada rede representa um repertório mais ou menos delimitado de reconhecimentos coletivos, que dão sentido e direção aos laços sociais. Redes diferentes — por exemplo, de trabalho, bairro, escola, família — dão visibilidade social às dimensões específicas de experiências que são relevantes naquele círculo, entre a multiplicidade de conexões que poderiam ser feitas. Nesse sentido, não é apenas o atributo ou a posição social que determina a identidade, mas também são as experiências e orientações coletivas dentro de um dado contexto concreto que criam o potencial para formas diferenciadas de reconhecimento. Também implica que em qualquer momento, muitas dimensões de relações — junto com laços ou identidades possíveis — são desarticuladas, não reconhecidas, e por isso relativamente invisíveis nas superfícies de interações públicas. (MISCHE, 1997, p.139)

Ao analisar as entrevistas, é comum perceber que muitas mulheres iniciam sua trajetória ativista em outros espaços como no movimento de luta por moradia e no movimento estudantil, para depois se identificar como feministas. Através do cotidiano de atividades de organizações de esquerda, mulheres relatam que presenciam questões de machismo e, conversando com outras companheiras, começam a se identificar e passam a se organizar no movimento feminista.

O local onde se vive, assim como questões de classe e gênero, estruturam em partes a trajetória do militante, porém há uma série de espaços de escolha e construção de identidade. Geralmente mais de uma causa levam o sujeito ao engajamento político. A escolha desses projetos se unifica em uma identidade social que se assemelha mais a um prisma do que a uma fronteira. A identidade social como prisma possibilita a agregação de projetos pessoais e coletivos; é através das redes sociais que há reconhecimento e possibilidade de concretizar estes projetos. (MISCHE, 1997)

A entrevistada 1 é filiada ao PSOL-Partido Socialismo e Liberdade. Dentro do partido, faz parte também da corrente Resistência feminista e da Central Estadual de Mulheres. Relata que começou seu ativismo dentro do movimento estudantil para depois ingressar no movimento feminista. Quando questionada sobre como define seu feminismo e quais suas principais influências, fontes de leitura e informação:

Eu sou uma feminista marxista que agora tem estudado sobre teoria unitária a partir do manifesto (feminismo para os 99%), elas trazem isto, tem os textos da Tithi Bhattacharya que fala sobre reprodução social, tem os textos Cinzia que fala em teoria unitária, eu li um pouco da Nancy Fraser, mas as duas são as que eu tenho lido mais sobre a teoria. Tenho lido a Heleieth Saffioti porque eu acho que a gente lê pouco as feministas brasileiras. Li a Alexandra Kollontai, a Clara Zetkin, a Rosa, ainda que a Rosa não seja sobre feminismo e nós temos dificuldade de encaixar mulheres em outras áreas. E sobre canais (youtube) eu vejo o da Sabrina Fernandes, o da Rita.... Eu tento ler o máximo que eu consigo da Angela Davis. Eu tendo a ler mais as feministas marxistas, mas eu tento ler outras também para tentar romper a bolha. (ENTREVISTA ANÔNIMA 1. Entrevista concedida à autora. Porto Alegre-RS, 12 de fev. 2020)

Embora o marxismo tenha surgido no século XIX, permanece na atualidade como uma identidade bastante presente em ativistas e coletivos de esquerda. O canal no youtube “Tese onze” é organizado por Sabrina Fernandes, que é doutora em sociologia e discute temas como: feminismo, socialismo, ecologia, etc. O canal da Rita Von Hunty se chama “Tempero Drag”. Guilherme Terreri interpreta a *drag queen* Rita que ensina sociologia, discute política e questões de gênero. Ambos canais abordam temas atuais buscando ir à origem dos problemas e os relacionando com outros âmbitos sociais. Esses dois canais também possuem vasta referência bibliográfica, mas sua linguagem busca ser a mais acessível possível, por isso tem bastante legitimidade para ativistas de esquerda. Através de blogues, páginas e grupos

na internet, questões importantes são debatidas referentes ao movimento feminista. Esses espaços, muitas vezes, também funcionam como fonte de estudos.

A identidade de um feminismo transnacional e a circulação de ideias através na internet facilitou o alinhamento de eventos que ocorrem em diferentes países no mesmo dia, com a mesma temática. No dia 8 de março de 2019, houve o lançamento do livro “Feminismo para os 99%-Um manifesto” em diversos países do mundo. Em Porto Alegre e em outras capitais do Brasil, foi feito um esforço de feministas para acompanhar esse acontecimento. Escrito por Nancy Fraser, Tithi Bhattacharya e Cinzia Arruzza, que, além de intelectuais, são organizadoras da greve de mulheres nos Estados Unidos. O livro critica o feminismo liberal e aborda a necessidade de um feminismo para a maioria das mulheres. A perspectiva do feminismo para as 99% entende que é fundamental ver o movimento de mulheres como algo transnacional levando em consideração o grande número de imigrantes, a concepção do feminismo negro e a questão de classe social, fazendo uma forte crítica ao sistema capitalista. O manifesto para as 99% traz categorias do marxismo atualizadas com novas perspectivas, entre elas, a teoria crítica. Assim como a entrevistada 1, outras mulheres trouxeram a importância da concepção marxiana durante as entrevistas. A própria reivindicação do 8 de março e seu histórico atrai muito as militantes que se identificam com a teoria de Marx. Praticamente todas as entrevistas relataram a participação na Marcha das Vadias, de 2011 a 2015, que foi um dos principais protestos anuais feministas em Porto Alegre, assim como em outros locais do mundo. O viés do feminismo marxista, muitas vezes, entrava em conflito com posicionamentos de mulheres anarquistas e de feministas ligadas a teoria *queer*.

Nos dilemas internos do feminismo contemporâneo, para lidar com o estatuto da diferença e da identidade parece haver dois cenários em curso. O primeiro é a afirmação política pela oposição identitária, que investe na demarcação de diferenças raciais, geracionais, de classe, gênero e/ou sexualidade. No plano teórico, esta posição encontrou expressão no conceito de interseccionalidade, que busca apreender a interação dessas diferenças na produção de desigualdades e reconhecer as vozes subalternas do feminismo (Crenshaw, 1989). A defesa de um “feminismo interseccional” e “políticas interseccionais” é recorrente nos discursos dessa matriz feminista. Jovens feministas, mulheres negras e, mais recentemente, “mulheres da periferia” são exemplos de identidades que fortalecem este modelo.

O segundo cenário é o de reconhecimento das diferenças a serviço de uma política de coalizão (Harding, 1992; Mohanty, 2003). As diferenças

são mobilizadas para uma definição mais universal da identidade feminista, sem se sobrepor a ela. Mulheres e homens transexuais, homens feministas, mulheres lésbicas e integrantes negras da Marcha das vadias mobilizam marcadores de diferença e experiências de desigualdade para alargar a identidade comum feminista. (GOMES; SORJ, 2014, p.443)

A Marcha das Vadias, que surgiu no Canadá em 2011, propagou-se por diversos países, ocorreu em Porto Alegre durante 5 anos, tendo sua última edição em 2015. A utilização da internet e o transnacionalismo, que são fortes características da quarta onda do feminismo, foram pontos importantes percebidos durante a organização e realização dessas marchas. As diferentes identidades feministas se evidenciavam através de diferentes cartazes e das performances das manifestantes. A circulação de distintas ideias feministas era lançada e disputada, os debates sobre o que unia as mulheres enquanto feministas e o que as diferenciava dirigia as argumentações para um patamar rico onde surgiam fontes teóricas atuais de variadas vertentes e nações. A discussão sobre a transexualidade e questões sobre a liberdade do corpo marcou bastante esse período de marchas feministas.

A importância indissociável das três categorias: sexo, raça e classe social, vêm sendo bastante debatida. “A interseccionalidade é vista como uma das formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas e, portanto, como um instrumento de luta política” (HIRATA, 2014, p.69). Ainda que outras gerações feministas tenham dissertado sobre a interseccionalidade dentro do movimento feminista, a atualidade dessa pauta segue sendo necessária e é cruzada com novos recortes. Especificidades enfrentadas por mulheres de diferentes religiões, a diferença entre a mulher do centro e a da periferia, assim como a questão da gordofobia, misturam-se à intersecção de ideias feministas. O debate a respeito do *lugar de fala*, entra nesse viés.

Em 2017, a filósofa Djamila Ribeiro lança o livro “O que é lugar de fala? ”, compreendendo que o feminismo é composto por múltiplas vozes. A filósofa situa as especificidades vividas pelas mulheres negras e indígenas, dialogando com autoras negras de diferentes partes do mundo, como a norte-americana Patricia Collins e a portuguesa Grada Kilomba. A circulação de ideias entre teóricas feministas negras de diferentes países não é novidade, o movimento negro como povo diaspórico sempre buscou estar atento à produção intelectual

negra de diferentes países. A internet tem facilitado o circuito de ideias nas últimas décadas.

O fato é que a chamada quarta onda pode se aplicar mundialmente por seu apelo no ambiente digital e por contar com denúncias e relatos pessoais vindos de praticamente todos países e diferentes contextos sociais e culturais. O anonimato propiciado pela internet também encoraja mulheres a contarem suas histórias sem precisarem expor suas identidades, facilitando o compartilhamento de histórias nunca reveladas. O imediatismo do ambiente virtual fornece o compartilhamento de experiências negativas, assim como a divulgação de novas legislações e recursos de apoio e ajuda a mulheres em diversas situações de opressão, tanto cisgêneros quanto transgêneros. Há também um aumento de divulgação de ataques verbais de ódio contra mulheres e pessoas transexuais ou transgêneros, assim como a divulgação de vídeos e fotografias íntimas de garotas e mulheres, sem sua permissão, com o intuito de constranger e chantagear a vítima. Por outro lado, a circulação de ideias feministas foi facilitada. Se antes do advento da internet era difícil o acesso à escrita e à teoria feminista, hoje o *boom* dos blogs, websites, grupos e vozes nas redes sociais mudou a antiga realidade, tirando as questões feministas da margem ou da academia e trazendo-as para as discussões culturais principais. (DE OLIVEIRA, 2019, p.74)

No início dos anos 2000, houve a transição do acesso à internet discada para o acesso através de planos de internet banda larga. Em 2005, a rede de comunidades e perfis chamada *orkut* ganhou sua versão em português. O Brasil se tornou um dos países que mais teria perfis e acessos ao site. Nos anos seguintes, os brasileiros também foram adentrando ainda mais em sites como *twitter* e *blogs*. Em 2013, houve um rápido avanço na venda de *smartphones* e de planos de internet sem fio, as pessoas estabeleceram uma nova relação com o uso da internet, tendo a possibilidade de retirar o celular do bolso e navegar a qualquer instante. A possibilidade de criar um evento no *facebook*, onde se pode convidar inúmeras pessoas a estarem em determinado local e hora, foi uma importante ferramenta na chamada Primavera Árabe em dezembro de 2010. A opção de criar um evento no *facebook* foi utilizada nos anos seguintes também pelo movimento feminista, como na chamada virtual para a *Marcha das Vadias*, o *Ni una a menos*, *Black Protest* e para o Dia Internacional da Mulher.

A circulação de ideias foi tema da tese de doutoramento de Elena Shuck. Entende-se aqui que circulação de ideias refere-se à circulação de pensamentos feministas, à publicação teórica, à argumentação de ideias e ao

empenho em estabelecer redes colaborativas internacionais. (SHUCK, 2017). A pesquisadora estudou os fluxos teóricos e as contribuições que se deram entre feministas do Brasil e da França. Baseando-se no cruzamento analítico de entrevistas e do conteúdo de periódicos científicos de diferentes décadas, a autora identifica um processo de ampliação e diversificação do conhecimento feminista nos dois países.

A pesquisadora ainda ressalta que a contribuição de feministas latino-americanas reverberou na teoria feminista como um todo, democratizando-a e dando destaque a novas agendas. De acordo com Shuck:

Na França, uma das primeiras organizações feministas a surgirem foi o Grupo Latino-Americano de Mulheres, formado por mulheres de diferentes países da América Latina, uma parte delas exiladas, que realizou suas primeiras reuniões a partir do ano de 1972. Dentre suas organizadoras, o grupo contava com Danda Prado, filha do historiador e político marxista Caio Júnior Prado, exilada na França em 1970 após a prisão de seu pai no Brasil. Danda Prado estabeleceu contato com o movimento feminista francês, e através dele conheceu Simone de Beauvoir. Influenciada pelo movimento feminista francês, Danda Prado, organizou reuniões mensais com as mulheres brasileiras e latino-americanas em Paris... (SHUCK, 2017, p.54)

Elena Shuck mapeou os fluxos de produções e publicações científicas sobre feminismo, debates de ideias entre Brasil e França, a fim de elucidar os resultados dessa colaboração, que, de acordo com Shuck, teve seu início após o golpe militar de 1964, com a entrada de diversas exiladas na França, o que propiciou muitas trocas e diálogos e grande interferência do pensamento francês à teoria feminista brasileira.

O caso das exiladas é fundamental, com base na história do papel do exílio para o feminismo no Brasil, que são as redes interpessoais que permitem a circulação de uma determinada teoria. As mídias digitais na internet diminuem o peso das redes de relacionamento pessoais para o acesso à teoria, porém as redes pessoais ainda importam muito. Na ditadura militar, a teoria chegava via ex-exiladas, as quais faziam esse papel de "testemunhar" o que se debatia em outros lugares. Agora chega via mídias digitais, mas, após curadoria das redes pessoais, não apenas militantes, mas acadêmicas, afetivas, etc. Na atualidade, cada vez mais há militantes que participam de encontros internacionais, assim como redes de ativismo doméstico que se vinculam a redes transnacionais. Organizam-se encontros, marchas e compartilham ideias feministas. No caso da cidade de Porto Alegre, por ser a capital de um estado

brasileiro que faz fronteira com Uruguai e Argentina, pode-se notar contato com ativistas que participam de protestos e encontros tanto acadêmicos como militantes, para além das fronteiras nacionais.

Já a década de 2010, segundo a autora, é um “momento caracterizado pela dinamização e globalização das relações de saber e poder” (SHUCK, 2017, p.7) o que movimentou a produção teórica e enriqueceu as diversas frentes de ação política do feminismo francês.

A interação entre Brasil e França mostra protagonismo das feministas brasileiras, sendo a contribuição das feministas do Sul Global (termo cunhado por Boaventura de Souza Santos e utilizado pela autora para referir-se às teóricas do feminismo latino americano aos debates franceses), de extrema relevância, dando-se primeiramente ao realizar uma crítica ao eurocentrismo. As feministas do sul global trouxeram à tona debates sobre a subalternidade do conhecimento produzido fora do circuito europeu e a importância do conhecimento situado. Outras consequências apontadas por Elena na produção científica francesa são o acréscimo de temáticas que discutem a opressão de minorias, as vidas de mulheres negras e muçulmanas, novas possibilidades emancipatórias, usando para tais discussões, teorias, com abordagens críticas ao eurocentrismo.

Para Deepika Bahri (2013), no contexto de globalização, a crítica feminista enfatiza a importância das questões de gênero em diferentes períodos da história, da política e nos mais diferentes contextos sociais e culturais, ressaltando, desse modo, certas disparidades entre o feminismo dos países do ocidente e dos demais lugares do mundo. A preocupação de um feminismo pós-colonialista busca evitar que se caia em generalizações massificantes. Pesquisadoras que discutem a questão da mulher negra, por exemplo, muitas vezes, são questionadas sobre a perspectiva da localização. É preciso salientar que há diferenças e semelhanças entre as comunidades negras diaspóricas, de primeiro e terceiro mundo. Segundo Bahri, cabe salientar que a realidade das mulheres é localizada no tempo e espaço, logo, para uma análise efetiva, a teoria feminista, aliada à teoria pós-colonial, deve se ocupar dos estudos culturais e geopolíticos. Nas palavras da autora:

A teoria feminista e a teoria pós-colonial se ocupam de temas semelhantes de representação, voz, marginalidade e da relação entre política e literatura. Visto que os dois projetos empregam perspectivas

multidisciplinares, ambos estão atentos, pelo menos em princípio, ao contexto histórico e às coordenadas geopolíticas do tema em discussão. Se há pontos de harmonia e coincidência óbvios entre as duas projeções, tensão e divergência, entretanto, não são menos evidentes. Os estudos feministas e os estudos pós-coloniais às vezes se encontram em uma relação mutuamente investigativa e interativa entre si, especialmente quando se tornam muito específicos, por exemplo, quando as perspectivas feministas fecham os olhos a assuntos pertencentes ao colonialismo e à divisão internacional do trabalho e quando os estudos pós-coloniais ignoram a questão do gênero em sua análise (BAHRI, 2013, p.662).

Através da localização de tempo e espaço se elabora a identidade de mulheres dentro do movimento feminista. Por meio de ideias e teorias que circulam, ativistas, em Porto Alegre, que organizam o 8 de Março na cidade, estão atentas à política e à literatura construída por mulheres ao redor do mundo. Há opção pelas teorias feministas pós-coloniais em algumas entrevistas coletadas, assim como opção por teorias tradicionais do feminismo de vertente europeia.

A fim de salientar a atualidade da circulação de ideias, o trecho a seguir da entrevista realizada em Porto Alegre, no dia 13 de fevereiro de 2020, no qual a entrevistada relata sua trajetória de vida, mostra ampla circulação de ideias e interlocuções entre teorias de diferentes países que corroboram para criação de seu pensamento e atuação política.

A entrevistada 2 faz parte da frente/coletivo 8M POA e do coletivo Fora da Asa. Esse grupo, que se denomina “8M POA”, foi composto por ativistas em sua maioria independentes de partidos, sindicatos ou outras organizações semelhantes. Relata que nasceu na Argentina, morou por um tempo em Israel e, desde 2001, quando veio para o Brasil participar do 1º Fórum Social Mundial na cidade de Porto Alegre, não quis mais ir embora. Quando questionada sobre como define seu feminismo e sobre quais suas principais influências, fontes de leitura e informação:

Em 2004, eu vou para um encontro no México em um encontro de lésbicas feministas da América Latina e Caribe e tal, fico 40 dias trabalhando lá. Aí, eu encontro o que vai ser minha corrente, meu grupo, a corrente de feminismo autônomo, é uma corrente latino-americana. Aí, eu me encontro politicamente com essas companheiras, a partir daí começo a conhecer muitas mulheres que escrevem, muitas escritoras. Hoje em dia, o que eu vou falar? De Emma Goldman, porque além do mais, eu sou anarquista. Mas também, por exemplo: Gloria Anzaldúa, as chicanas... Ochy Curiel, Yuderlys Espinosa, que foram companheiras minhas do feminismo autônomo, trabalhamos juntas, até fazermos em 2012 aqui em Porto Alegre o Encontro Feminista Autônomo Latino Americano e

Caribenho, o EFALAC. Eu estive em um grupo chamado "Mulheres rebeldes" aqui em Porto Alegre por mais de 10 anos... Deixa eu pensar, tem a Margarita Pisano, que é chilena. Bom, a Jules Falquet que é uma francesa superinteressante. Tem um livro que se chama "El patriarcado ao desnudo" está em espanhol, mas que justamente fala muito das feministas materialistas francesas, então este é um livro muito importante para mim. Assim como essa ponte das feministas terceiro mundistas chicanas dos anos 70. Bom, as feministas negras, que são superinteressantes, a Angela Davis. Enfim agora também estamos estudando aqui a Silvia Federici, tento também trabalhar muito com as latino americanas. Sou muito amiga da Francesca Gargallo, ela é uma italiana que mora no México, faz 30 anos e ela tem todo um trabalho muito interessante... (ENTREVISTA ANÔNIMA 2. Entrevista concedida à autora. Porto Alegre-RS, 13 de fev. 2020)

A busca por afirmar identidades lésbicas dentro do feminismo tem se mostrado cada vez mais necessária. Muitas vezes, quando há debates sobre sexualidade, relacionamentos e reprodução, ativistas reivindicam que se parte de um viés heterossexual que as exclui. Nota-se, nessa entrevista, que a circulação de ideias é fundante tanto na afirmação de teorias que fogem ao circuito eurocêntrico, quanto no desenvolvimento e formação de um *ethos* de ação política. Buscando nas mais variadas fontes, formas de afirmação dos diferentes significados de ser mulher e militante. A trajetória do ativismo, a participação em diferentes eventos faz parte da construção da identidade enquanto feminista.

Percebe-se que uma das principais contribuições do feminismo latino americano e pós-colonial é a interseccionalidade de temáticas. A troca de saberes entre pesquisadoras feministas de diferentes países, tanto a cerca de temas transversais, que dizem respeito à vida das mulheres independentemente de seu lugar no mundo, a exemplo, as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e a baixa representação política, mostram as pautas mais universais da ação feminista; já as contribuições realizadas a partir da análise situada e contextual mostram a necessidade de aliar diferentes frentes de enfrentamentos às opressões.

A teoria e a luta feminista no sul global precisaram, ao longo do tempo, conjugar a teoria feminista à teoria que trata sobre o combate aos racismos presentes desde a colonização. Além disso, foi preciso aliar-se também aos discursos e teorias sobre a divisão de classes, partindo da discussão das grandes desigualdades presentes nas sociedades latinas, principalmente no Brasil. Mesmo que, por muito tempo, setores da esquerda brasileira

impusessem uma hierarquização de pautas, as mulheres conseguiram importantes avanços nesses aspectos, trazendo cada vez mais forte a pluralidade de identidades de mulheres que, por muito tempo, ficaram à margem.

Ainda sobre a entrevista 2, as características se assemelham ao que Tarrow denomina de ativista “cosmopolita enraizado”, que se refere a ativistas que estão na rede doméstica onde o confronto político ocorre, porém fazem parte de uma rede que o tornam um cosmopolita, ou seja, uma pessoa que faz parte de uma complexa sociedade internacional. (TARROW,2005)

Contudo, quando se fala em ativismos de mulheres feministas no cenário internacional, diversas intelectuais, como Moghadam (2015) e Gillian Youngs (2015), do campo das Relações Internacionais, apontam a necessidade de reconstruir um modelo teórico adequado a estes formatos “alternativos” de ação coletiva organizada, que se distinguem em grande medida do que fora previsto nos modelos teóricos tradicionais de ativismo transnacional: a começar pelo fato de que redes ativistas transnacionais enxergam a realidade internacional em um contexto globalizado e de dominância capitalista – sem buscar, necessariamente, alterar o seu caráter sistêmico – enquanto que as redes feministas transnacionais partem da ideia que a estrutura internacional é patriarcal, neoliberal e de masculinidade hegemônica, sendo, por isso, necessário buscar a sua transformação social, não somente a modificação do comportamento do ator violador (Estado).(MARQUES, DE CASTRO, 2019,p.96-97)

Como vimos até aqui, a teoria importa muito para ativistas, mas, no caso da teoria feminista, justamente por ser uma teoria antissistema, ela apenas circula com ajuda das redes interpessoais, que, por sua vez, souberam usar bem as mídias digitais a seu favor. O caso das exiladas é claro para apontar que a rede militante importa e muito. Em tempos de mídias digitais, a rede militante e pessoal ainda continua importante, pois ela faz a curadoria, debate e tradução da teoria internacional que circula.

Com esse trabalho de seleção, debate e tradução (não só de idioma, mas de linguagem), as redes ativistas permitem que as teorias, as obras tenham tanto alcance, cheguem a pessoas não-militantes, até jovens. Permitiram que o debate feminista fosse além das teorias europeias, entrasse em contato com autoras africanas, que se formasse uma identidade enquanto feministas latino americanas, etc. Isso não aconteceu apenas pela difusão da internet, as mídias digitais são uma das ferramentas utilizadas. Isso parte de uma reflexão sobre as redes e do pressuposto de que aprovação dos pares na militância é fundamental para que uma ideia ganhe força e circule.

A influência de redes de relacionamentos interpessoais e o avanço da internet aliado ao ativismo, característico da quarta onda feminista, são importantes para entender a organização de um protesto mundial de mulheres. A militância virtual é importante, mas não basta. A grande tarefa aqui é sair das *hashtags* e ir para rua. No capítulo 3, veremos o que fez com que o 8 de Março de 2017 ganhasse grandes dimensões.

3 O chamado internacional e o 8 de Março de 2017 em Porto Alegre

Neste capítulo, será apresentado o contexto de protestos feministas, em 2016, na Polônia e na Argentina, que se difundiram para outros países, levando mulheres a convocarem uma greve internacional no dia 8 de Março de 2017. Um dos marcos nessa convocação foi a carta escrita pelas norte-americanas que foi publicada em jornais e assinada por intelectuais. A partir de uma análise qualitativa documental da carta, destaca-se que a mesma foi lida nos marcos interpretativos do conceito de frame: diagnóstico, prognóstico e motivacional. A metodologia de análise documental segue os pressupostos Cellard apresentados na introdução.

A coalizão de eventos, a difusão e as redes de ativismo apresentam-se como elementos imprescindíveis para compreender por que o Dia Internacional da Mulher de 2017, em Porto Alegre, teve caráter transnacional. As redes de mulheres da capital gaúcha estavam conectadas ao contexto transnacional, assim como também apresentavam enquadramentos específicos locais.

3.1 O chamado internacional e a construção de um frame global em um contexto de retrocessos democráticos

Após a crise econômica de 2008, foi possível notar, no Brasil e no mundo, um significativo aumento na desigualdade social. A maior parte da riqueza mundial passava a pertencer a apenas 1% da população. O ano de 2011 marcou o início de uma série de protestos pelo mundo, Primavera Árabe, Movimento de Indignados da Espanha, Movimento dos Pinguins no Chile, etc. (LIMA, ARTILES, 2014) O movimento *Ocuppy Wall Street* tomou as ruas de Nova Iorque, denunciando a desigualdade econômica; tinha como lema o “Somos os 99%”. Nesse mesmo ano, iniciaram-se as “Marchas das Vadias” em Toronto, espalhando-se globalmente e tendo edições nos anos seguintes.

Em 2016, houve significativos protestos feministas ao redor do mundo; destacam-se os movimentos feministas polonês e argentino. Na Polônia, nesse mesmo ano, uma série de protestos de mulheres tomou conta das principais ruas na Polônia, devido à eleição do partido de extrema direita “Lei e Justiça”

(PiS), em 2015, que assumiu o governo marcado pelo forte catolicismo e prometendo profundas mudanças na política nacional. A razão dos protestos se deu a partir de uma tentativa de alteração na legislação nacional que baniria totalmente o direito ao aborto. O país, que já ocupava o ranking dos países na Europa com maiores restrições ao aborto, permitindo a interrupção da gravidez somente em casos de risco à vida da gestante, casos de estupro e má formação fetal, viu-se diante da promessa de extinção de qualquer possibilidade de abortamento legal.

Chamando para uma greve nacional, os protestos foram divulgados pelo *Facebook*, por panfletos e por cartazes pela cidade. A *hagtag #BlackProtest* ganhou destaque nas mídias sociais. Vestidas de preto e com cartazes sobre o direito ao aborto, mulheres de todas as idades e camadas sociais foram às ruas. As manifestações se tornaram gigantescas parando de fato o país. O parlamento se viu pressionado e acabou recuando.

A greve de mulheres na Polônia foi inspirada em outra greve que ocorreu há décadas. No dia 24 de outubro de 1975, na Islândia, mulheres fizeram uma greve na qual contaram com a adesão de 90% da população feminina do país. Nesse dia, as mulheres não foram para os seus locais de trabalho formal e também não realizaram os trabalhos domésticos. Muitos locais permaneceram fechados por falta de suas funcionárias. Os homens precisaram levar as crianças para seus locais de trabalho, compraram comidas prontas, que, em horas, sumiram das prateleiras dos mercados. As islandesas conseguiram deixar clara a importância de seu trabalho tanto na indústria como dentro de suas casas. Nesse mesmo ano, o aborto foi legalizado no país. Cinco anos após a greve, a Islândia foi o primeiro país da Europa a ter uma presidenta mulher. O país avançou em políticas de igualdade de gênero e chegou a ser reconhecido como um dos países mais feministas do mundo. Em outubro de 2016, as islandesas repetiram a greve de décadas atrás, dessa vez com o foco maior nos direitos reprodutivos.

As sul-coreanas também protestaram após o governo prometer penas mais severas às mulheres que realizassem abortos. As irlandesas, da mesma forma, reivindicaram o direito ao aborto. Em alguns protestos na Europa, ativistas utilizaram drones para cruzar fronteiras com pílulas abortivas.

O movimento feminista argentino também tomou as ruas em 2016, porém por outro motivo. Após brutos assassinatos de jovens mulheres, o “*Ni una a menos*” ecoou nas ruas no país através de multidões de mulheres. O “*Ni una a menos*” iniciou anos antes, quando um grupo de mulheres de diversos movimentos trouxeram à tona o combate à violência de gênero e ao feminicídio. Mostrando estatísticas dos altos números de estupro, agressão doméstica e mortes relacionadas a gênero, o movimento denunciou a situação misógina na Argentina, exigindo políticas de proteção. Em 2015, Chiara Paes foi espancada até a morte pelo namorado; a jovem de 14 anos, que estava grávida, teve seu corpo encontrado no pátio de casa. O crime causou revolta e foi o estopim para que o *Ni Una* fosse às ruas. O movimento já havia aglutinado mais grupos, a *#NiUnaMenos* ascendia nas mídias sociais e se espalhava para países vizinhos, como Chile e Uruguai, onde outras grandes marchas foram realizadas. Em sua pesquisa, Brenda Marques aborda a trajetória do movimento que iniciou na Argentina e adentrou na rede transnacional feminista, “Uma vez que a convocatória digital *#NiUnaMenos*, além de contribuir para divulgar o movimento, registrou o apoio público de mais de 834 organizações, entre ONGs, movimentos feministas do continente e Organizações Internacionais” (MARQUES, 2019, P.62).

Em 2016, após o assassinato da jovem argentina de 16 anos, Lucía Pérez, que foi drogada, estuprada e empalada, foram registradas grandes marchas pelo *Nenhuma a menos*. A cada feminicídio, a *hahstag* se alastrava pela internet e atos eram chamados. Outros países da América Latina tentaram emular o movimento também. A notícia da vitória do movimento polonês contra as restrições ao aborto motivou muito as argentinas, assim como os levantes de mulheres na Argentina impulsionaram a luta de mulheres pelo mundo, pois, nesse mesmo momento, o movimento de mulheres no Brasil e nos EUA também estava mobilizado dentro de suas especificidades.

No Brasil, mulheres foram às ruas, em 2015, pelo mesmo motivo que as polonesas iriam no ano seguinte. Um projeto de lei, elaborado pelo então deputado federal Eduardo Cunha, prometia dificultar o direito ao aborto em caso de estupro e restringir o acesso às pílulas do dia seguinte.

Em 2015, através de campanhas e de manifestações, temas importantes da agenda política feminista ganharam visibilidade nas redes da internet e das ruas. Dentre elas, os protestos contra o PL

5069-2013 e em rechaço às ações do seu autor, o deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que ocorreram em diversas cidades do país - em muitas mais de uma vez - , e chamaram a atenção para os temas da violência contra as mulheres e da legalização do aborto. (BRITO, 2017, p.1)

A pesquisa de Priscilla Brito também cita a influência dos protestos do *Ni Una a Menos* na agenda feminista brasileira nesse mesmo ano. Em 2015, também passou a vigorar, no Brasil, a lei 13.104/15, conhecida como “lei do feminicídio”, o que pode ser considerada uma importante conquista. O Mapa da Violência, no mesmo ano, apontava 13 feminicídios por dia no país, “(...)a Lei do Feminicídio está enquadrada em um rol complexo de ações afirmativas e tratados internacionais que visam proteger a mulher vítima de violência e discriminação.” (MOSCARDINI,2016, p.61)

Ainda sobre o Brasil, o movimento pró impeachment da presidenta Dilma Rousseff teve um caráter bastante misógino, além de destacar outros posicionamentos de alas da extrema direita. Muitos movimentos foram às ruas manifestando-se contra o processo do impeachment e grupos de mulheres se organizaram em frentes amplas com a alcunha de “Mulheres contra o golpe”, “Mulheres pela democracia”, etc.

Após esse processo que se conclui com o afastamento da presidenta Dilma, seu vice Michel Temer assumiu a presidência da república. Antes mesmo da posse de Temer, a revista *Veja* lançou uma manchete sobre a primeira dama Marcela Temer, onde a intitulou como “Bela, recatada e do lar”⁸. O movimento de mulheres entendeu como um afronte. Diante de todos os ataques de cunho machista à Dilma, a revista parecia querer reforçar o local que as mulheres deveriam ocupar. Em Porto Alegre, uma grande marcha de mulheres foi às ruas entoando cantos como “Nem recatada e nem do lar! A mulherada tá na rua pra lutar!” Outras marchas com o mesmo caráter ocorreram em diversas cidades do Brasil juntamente com o brado “Fora Temer!”

Ao chegar ao poder, Temer e aliados já anunciaram uma série de ataques a direitos trabalhistas e corte de verbas para setores públicos.

8 Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”. A quase primeira-dama, 43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice. <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>

Movimentos de vários setores uniram-se para organizar protestos de oposição. A PEC 287, lançada em 2016, propunha uma reforma na previdência que restringia consideravelmente o acesso à aposentadoria, juntamente tramitavam outros projetos, como o de “flexibilização” trabalhista, terceirização e a PEC que congelaria por 20 anos os investimentos em saúde e educação.

Já no cenário dos Estados Unidos, em novembro de 2016, Donald Trump foi eleito presidente após uma campanha marcada por falas racistas, machistas e xenofóbicas. Seu discurso eleitoral também contou com *fake News*, onde Trump fez baixas acusações a Barack Obama e à Hillary Clinton. Trump prometeu erguer um grande muro na fronteira do país para manter mexicanos afastados. Um dia após a posse presidencial, mulheres fizeram uma marcha histórica no país, sendo uma das maiores na última década. A *Marcha de Mulheres Contra Trump* reuniu grupos de todas as idades, ligados a diversos movimentos, como os pelos direitos à diversidade sexual, movimento negro, movimento de imigrantes, etc.

No início de 2017, após essas marchas nos EUA, foi lançada uma carta de militantes e intelectuais norte-americanas convocando para uma greve internacional de mulheres, que aconteceria no dia 8 de março daquele ano. O manifesto foi intitulado “Para além do ‘faça acontecer’: por um feminismo dos 99% e uma greve internacional militante em 8 de março”. A carta foi assinada por intelectuais como Angela Davis, Nancy Fraser, Rasmea Yousef Odeh, Cinzia Arruzza, Linda Martín Alcoff, Tithi Bhattacharya e Keeanga-Yamahatta Taylor. No Brasil, um dos sites que publicou a carta foi o *Blog da Boitempo* no dia 07 de fevereiro de 2017. A análise qualitativa documental da carta aponta que, através dela, procurou produzir um frame, uma vez que traz um diagnóstico, um prognóstico e elabora um plano para a ação. (SILVA, COTANDA, PEREIRA, 2017).

Quanto ao diagnóstico, a análise demonstrou que as americanas conectaram o ataque às mulheres ao avanço do capitalismo global. Partem do “diagnóstico” que identifica o contexto norte-americano como parte de um contexto global de ataque a mulheres inviabilizadas pelo sistema capitalista global: trabalhadoras, negras, migrantes. Apesar do manifesto ser lançado logo após as marchas de mulheres contra Trump, fica claro que a crítica vai para

além das posturas do presidente, destacando a busca por um feminismo para as 99% como posicionamento contra a agenda imperialista neoliberal.

Enquanto a misoginia flagrante de Trump foi o gatilho imediato para a resposta maciça em 21 de janeiro, o ataque às mulheres (e todos os trabalhadores) há muito antecede a sua administração. As condições de vida das mulheres, especialmente as das mulheres de cor e as trabalhadoras, desempregadas e migrantes, têm-se deteriorado de forma constante nos últimos 30 anos, graças à financeirização e à globalização empresarial.

A compreensão de que a predominância do feminismo liberal em detrimento de um feminismo classista também é identificada como parte do problema, isto é, também é parte do diagnóstico. As autoras trazem crítica ao “faça acontecer”, referindo-se a uma perspectiva feminista liberal relacionada ao livro da autora Sheryl Sandberg, no qual a autora argumenta sobre ambição profissional feminina e empreendedorismo.

O feminismo do “faça acontecer” e outras variantes do feminismo empresarial falharam para a esmagadora maioria de nós, que não têm acesso à autopromoção e ao avanço individual e cujas condições de vida só podem ser melhoradas através de políticas que defendam a reprodução social, a justiça reprodutiva segura e garanta direitos trabalhistas.

Por sua vez, o prognóstico, ou em outras palavras, a elaboração de um plano de ação, a análise permitiu verificar a mobilização transnacional é traçada como estratégia.

Como vemos, a nova onda de mobilização das mulheres deve abordar todas essas preocupações de forma frontal. Deve ser um feminismo para 99% das pessoas. O tipo de feminismo que buscamos já está emergindo internacionalmente, em lutas em todo o mundo: desde a greve das mulheres na Polônia contra a proibição do aborto até as greves e marchas de mulheres na América Latina contra a violência masculina; da grande manifestação das mulheres de novembro passado na Itália aos protestos e greve das mulheres em defesa dos direitos reprodutivos na Coreia do Sul e na Irlanda. O que é impressionante nessas mobilizações é que várias delas combinaram lutas contra a violência masculina com oposição à informalização do trabalho e à desigualdade salarial, ao mesmo tempo em que se opõem as políticas de homofobia, transfobia e xenofobia. Juntas, eles anunciam um novo movimento feminista internacional com uma agenda expandida – ao mesmo tempo antirracista, anti-imperialista, anti-heterossexista e antineoliberal.

O texto cita os recentes levantes de mulheres ao redor do mundo e também deixa clara a necessidade de incluir mulheres transexuais, negras e imigrantes, apresentando forte teor de classe. As grandes marchas, as

tomadas das ruas em protestos massivos são claramente destacadas como repertório de ação, bem como a greve.

Como primeiro passo, propomos ajudar a construir uma greve internacional contra a violência masculina e na defesa dos direitos reprodutivos no dia 8 de março. Nisto, nós nos juntamos com grupos feministas de cerca de trinta países que têm convocado tal greve.

A carta das norte americanas verbalizou algo que já estava sendo arquitetado pelas polonesas e argentinas: A necessidade de unificar as lutas feministas. A principal contribuição da carta foi a construção e visibilidade de um *frame global*. Isto é, algo que desse conta de abarcar os principais problemas denunciados pelas mulheres ao redor do mundo, um enquadramento que levasse todas as mulheres a marcharem juntas.

Porém, no livro “O novo ativismo transnacional”, Sidney Tarrow destaca como o frame global pode animar ativistas, mas como também é um desafio difundir o frame nas redes domésticas.

Nos últimos anos, temos visto muito esse tipo de frame global, que eu defino como o uso de símbolos externos para orientar reivindicações locais ou nacionais. Este é o mais "doméstico" dos processos políticos que descrevo neste livro. Quando funciona, pode dignificar, generalizar e energizar ativistas cujas reivindicações são predominantemente locais, ligando-as simbolicamente a pessoas que nunca conheceram e que estão instantaneamente relacionadas às suas. Mas os ativistas estão incorporados nas estruturas de poder de seus próprios países, onde seus concidadãos precisam de muita persuasão para adotar tal pensamento global. ” (TARROW, 2005, P.60)

O dia internacional da mulher parecia a data propícia, tanto quanto à simbologia, quanto ao repertório historicamente mobilizado. Conforme colocado no capítulo anterior, direitos de classe estão na origem do 8 de março, muito embora a data tenha sido ressignificada pelo capitalismo. Quanto ao repertório, ele já tinha a greve e marcha como repertórios históricos. Além disso, o ano de 2017 era simbólico, pois marcava os 100 anos do primeiro grande 8 de março ocorrido na Rússia, as mulheres viram uma oportunidade de disputar, mais uma vez, o significado da data.

Para tanto, a construção de redes transnacionais de solidariedade ativista se tornou fundamental. Com efeito, em 2017, nas mídias sociais a hashtag unificada foi #8M e #GreveInternacionaldeMulheres traduzidos em vários idiomas. Em sites como o twitter, ao pesquisar a tag #8M, era possível

encontrar chamadas para a greve internacional em vários idiomas, um dos lemas mais traduzidos foi “Solidariedade é a nossa arma”.

Iniciativas diversas de divulgação do 8 de março foram criadas. No *twitter*, *facebook* e *instagram*, emergiu uma conta intitulada “*La internacional feminista*”, que compartilhava as assembleias de mulheres em diferentes países para a organização do 8 de março. Não se sabe quem assina esse perfil e nem qual seu país de origem apenas que seu endereço virtual se localiza pelo @*nosotrasparamos*. Em outro trecho da carta retirado também do Blog da Boitempo, é possível perceber o papel destacado assumido pelas redes na estratégia de construção de grandes marchas e uma greve global:

A ideia é mobilizar mulheres, incluindo mulheres trans, e todos os que as apoiam num dia internacional de luta – um dia de greves, marchas e bloqueios de estradas, pontes e praças; abstenção do trabalho doméstico, de cuidados e sexual; boicote e denuncia de políticos e empresas misóginas, greves em instituições educacionais. Essas ações visam visibilizar as necessidades e aspirações que o feminismo do “faça acontecer” ignorou: as mulheres no mercado de trabalho formal, as que trabalham na esfera da reprodução social e dos cuidados e as desempregadas e precárias.

Ao abraçar um feminismo para os 99%, inspiramo-nos na coalizão argentina Ni Una Menos. A violência contra as mulheres, como elas a definem, tem muitas facetas: é a violência doméstica, mas também a violência do mercado, da dívida, das relações de propriedade capitalistas e do Estado; a violência das políticas discriminatórias contra as mulheres lésbicas, trans e queer, a violência da criminalização estatal dos movimentos migratórios, a violência do encarceramento em massa e a violência institucional contra os corpos das mulheres através da proibição do aborto e da falta de acesso a cuidados de saúde e aborto gratuitos. Sua perspectiva informa a nossa determinação de opormo-nos aos ataques institucionais, políticos, culturais e econômicos contra mulheres muçulmanas e migrantes, contra as mulheres de cor e as mulheres trabalhadoras e desempregadas, contra mulheres lésbicas, gênero não-binário e trans-mulheres.

As marchas de mulheres de 21 de janeiro mostraram que nos Estados Unidos também um novo movimento feminista pode estar em construção. É importante não perder impulso. Juntemo-nos em 8 de março para fazer greves, atos, marchas e protestos. Usemos a ocasião deste dia internacional de ação para acertar as contas com o feminismo do “faça acontecer” e construir em seu lugar um feminismo para os 99%, um feminismo de base, anticapitalista; um feminismo solidário com as trabalhadoras, suas famílias e aliados em todo o mundo.”

A carta citava as lutas feministas que já vinham ocorrendo, destacando que a chamada não estava sendo feita somente pelo movimento norte-americano, mas sim por mulheres de 30 países que estavam construindo o chamado para a greve internacional do 8 de março. A análise qualitativa

permite verificar, de forma muito clara, a importância atribuída à menção de exemplos de grupos que estavam dentro da perspectiva dos 99%, pois, em protestos feministas anos antes, como nas organizações das Marchas das Vadias. Houve grandes polêmicas sobre se aquele enquadramento do feminismo era inclusivo ou exclusivo com grupos variados de mulheres.

Também é notável, a partir da análise que as autoras da carta fizeram questão de exemplificar, que as mulheres trans, negras, LGBTQs e demais estavam incluídas nos 99%. Em organizações de atos anteriores, muitas mulheres argumentavam que os protestos feministas deveriam ser exclusivos para mulheres, pois os homens já teriam muitos espaços na sociedade e permitir sua participação seria diminuir as mulheres; por outro lado, outras mulheres argumentavam que precisavam levar seus filhos para os atos e precisam que seus companheiros estivessem presentes para cuidar das crianças. Na carta, ao falar “trabalhadoras, suas famílias e aliados”, tentava-se pôr fim a um debate que vinha ocorrendo nas organizações de protestos feminista, se seria permitido a participação de homens ou não.

Após os avanços de setores da direita mundialmente, problemas internos pareciam ter se tornado pequenos dentro dos movimentos diante da conjuntura de retirada de direitos. Avaliamos que o contexto marcado pelos retrocessos construiu novas oportunidades políticas para uma unificação.

Entrevistas com ativistas que participaram da construção do 8M em Porto Alegre destacam o impacto da carta. Conforme já colocado na introdução do trabalho, foram realizadas 10 entrevistas em profundidade anônimas. Durante as 10 entrevistas coletadas para esta pesquisa, uma das principais atribuições à importância da carta das norte-americanas foi a participação da Angela Davis em sua elaboração. A entrevistada 7 é do Movimento de Mulheres Olga Benário e da Ocupação de Mulheres Mirabal:

A Angela Davis toda a história dela, que ela teve com o povo negro ainda tem até hoje, né?! Pautar a questão de classe, de raça e de gênero, que é muito difícil a gente encontrar isso dentro do movimento negro, o que é triste infelizmente. Às vezes leva só pra um lado e não leva pro outro, às vezes não traz a questão da classe e eu acho super importante. Eu tenho uma foto dela lá, eu tenho várias! Claro que tem um peso, porque ela tem uma história, uma história de militância e de defender...e passou o tempo e ela continua defendendo a mesma coisa, né?! Não é porque passou o tempo ou porque ela tem mais dinheiro ou menos dinheiro. Toda história dela, eu tenho muito respeito inclusive. (ENTREVISTA ANÔNIMA 7. Entrevista concedida à autora. Porto Alegre-RS, 6 de mar.2020)

Foi unânime a importância de a Angela Davis ter participado da construção do chamado internacional, muito embora circulassem entre as mídias sociais panfletos virtuais sobre a Greve Internacional de Mulheres vindos da Argentina e da Polônia. Principalmente para as mulheres negras, em protestos feministas anteriores, houve grande crítica das feministas negras pela falta de representatividade nas pautas. Angela Davis também é muito reconhecida pelo seu livro “Mulheres, raça e classe”, um marco na perspectiva do feminismo interseccional e também do feminismo negro, que simbolizava muito a ideia do feminismo para as 99%. Ela é uma das poucas figuras públicas que possui legitimidade diante de grupos distintos dentro do campo de esquerda. Tanto ativistas anarquistas, como as marxistas e as ativistas pelos direitos LGBTQ, demonstram aprovação por Davis.

Se por um lado a presença dessas intelectuais impactou uma parcela das ativistas, parte das entrevistadas também entendeu que esse impacto não foi igual em todas as mulheres. A entrevistada número 3, em 2017, estava na USSUFRGS- Sindicato dos Técnicos-Administrativos da UFRGS, UFCSPA e IFRS. Fazia parte da comissão de comunicação e criação de panfletos para o 8M em Porto Alegre. Em entrevista, aborda essa questão:

O chamado dessas mulheres, embora minha leitura seja que esse chamado não foi popularizado, no sentido de que, por exemplo, a minha mãe é uma pessoa que não tem alcance a esse debate. Mas acho que ele foi um norteador no sentido de “Olha, galera! Tá todo mundo em polvorosa!” Porque não foi só o Brasil, né?! Esse chamado foi norteador global, porque a gente vinha com golpes...A gente teve golpe na Venezuela, a gente teve golpe de Estado na Colômbia, teve tensões na Argentina, tensões no Uruguai, teve tensões nos EUA, em 2016, tava começando o Brexit na Inglaterra de saída da União Européia. Então assim, os militantes de esquerda... Eu acho que esse chamado concretizou o que foi o movimento de mulheres nesse período né?!. Que foi um norteador da esquerda de uma maneira geral, dos movimentos sociais de uma maneira geral. Porque a gente tava atordoados na verdade, era essa a realidade, os movimentos sociais estavam andando que nem umas baratas. Aí, no momento que essas mulheres fazem o chamado, e não fazem.... Aí, um debate que é muito importante a gente fazer: Quando mulheres se reúnem pra discutir política, eles se reúnem pra discutir feminismo, pouco as mulheres são autorizadas socialmente pra discutir economia, as mulheres não são referência na economia, da política...as mulheres não são referência da diplomacia, por exemplo. Então, quando as mulheres principalmente na personificação da Angela Davis que tava já ganhando um destaque, fazem esse chamado, não é um chamado pras feministas, é um debate econômico, entende?! E é um debate econômico que se contrapõe aos acontecimentos que tavam rolando no mundo inteiro, a gente tava tomando de lavada. 2016 foi o ano que o sarampo voltou a ser

uma epidemia, não é....Porque as pessoas dizem “Ai porque no Brasil, no Brasil...” eu digo “Gente, não se ilude amor! Quem dera fosse só o Brasil o problema, a gente só afundava tudo isso aqui...”. Mas não é! Assim, Donald Trump começa a ser oposição em 2016 dizendo que o Obama não era norte-americano, entende?! (ENTREVISTA ANÔNIMA 3. Entrevista concedida à autora. Porto Alegre-RS, 13 de fev. 2020)

A busca por convergir em um *frame global* não é uma tarefa fácil. Esse é um dos grandes desafios dos movimentos transnacionais. Como as redes irão se conectar para além de suas fronteiras nacionais? Como irão achar uma bandeira política que possa ser adaptada entre diferentes contextos territoriais, políticos e institucionais? Nesse aspecto, a carta das norte-americanas detecta como um alvo a ser atacado não só o machismo e as opressões de gênero que as mulheres sofrem no cotidiano, mas também destaca a violência gerada pelas desigualdades do sistema capitalista prometendo ser um movimento anti-imperialista e antineoliberal. O chamado também trouxe um ponto importante de convergência de lutas e de algum modo ultrapassou fronteiras nacionais, resumindo o que seria o foco 8 de março de 2017: A construção do feminismo para as 99%. Segundo Tarrow, a concepção de Estado hegemônico na atualidade faz parte de um sistema governado por instituições internacionais que detêm o poder predominante, tem relação com a globalização, acaba resultando em ter como um super alvo unificado o anti-imperialismo. (2005, p.73)

Dentro do contexto político, o movimento feminista brasileiro pareceu não ter grande dificuldade de se reconhecer dentro do chamado internacional. O processo de impeachment da presidenta Dilma foi visto como golpe para os setores da esquerda, além disso, já havia um contexto com grandes protestos nas ruas pelo “Fora Temer”. Os ataques do governo Macri, no país vizinho, e a mobilização das argentinas pelo “*Ni una a menos*”, repercutiam bastante no Brasil. Em Porto Alegre, isso parecia ser ainda mais notável pela proximidade geográfica. Durante as reuniões de organização do 8 de março de 2017, não raramente apareciam mulheres que haviam ido até a Argentina e visto as mobilizações com os próprios olhos. Além disso, muitas militantes têm contato com ativistas de outros países, e a situação política brasileira também era reconhecida para além das fronteiras, tendo ocorrido em vários países atos em solidariedade à democracia brasileira. O fato de a carta abordar a questão das

mulheres negras e o protagonismo da Angela Davis foi muito importante, dado que o Brasil é um país com grande população negra.

No Brasil um dos lemas mais utilizado no 8 de março de 2017 foi o “Se nossas vidas não importam, que produzam sem nós”. Esse lema foi utilizado em outros países também, pois dava conta de denunciar a desvalorização as vidas das mulheres e anunciar a greve. Outro principal lema aqui foi “Aposentadoria fica, Temer sai”; devido ao contexto político brasileiro, compreendia-se que a reforma da previdência prejudicaria, em especial, as mulheres, pois, ao igualar idade mínima para aposentadoria, ignorava-se a jornada tripla das mulheres e o serviço doméstico não remunerado exercido. Compreendia-se que essas questões estavam diretamente ligadas à questão do feminismo para as 99%.

A vantagem da utilização de *master frame* é a consideração dos processos dinâmicos de formulação de significados, aspecto já presente no conceito de frame. A noção de frames implica considerar que os movimentos não são meramente portadores de ideias e significados preexistentes, mas estão ativamente engajados na sua produção e manutenção. Esse trabalho produtivo pode envolver a amplificação e extensão de significados existentes, a transformação de antigos significados e a geração de novos. O conceito de master frame também considera os movimentos funcionando, em parte, como agentes significadores profundamente enredados na mídia, nos governos locais e no Estado, o que tem sido denominado “políticas da significação” (Hall apud Snow; Benford, 1992, p.136). Para os autores, os frames correspondem a elaborações de uma só organização ou duas, ou mesmo de um setor de movimentos sociais, enquanto os master frames abrangem um número maior de organizações. ” (RICOLDI, 2012, p.126/127)

Os protestos pelo mundo, em 2016, serviram como acúmulo para a construção de um *frame global* para o 8 de março de 2017. Partidos políticos, coletivos, sindicatos, movimentos sociais e redes de diferentes setores se mobilizaram para a elaboração de um *master frame*. Segundo Snow e Benford, após uma sequência de protestos quando uma série de movimentos se agrupam, pode surgir um frame mais amplo. O *master frame* é uma espécie de enquadramento maior, sendo mais flexível e inclusivo, para que o maior número de redes ativistas possa adotá-lo.

As militantes brasileiras precisaram adaptar um tema internacional para convencer mais mulheres a aderirem à marcha do dia da mulher. Organizações feministas mais consolidadas se sentiam na responsabilidade de traduzir esse chamado para os problemas das mulheres no Brasil. Entendendo que o

feminismo para as 99% era algo amplo, ativistas começaram a se articular, falando com grupos de mulheres de sindicatos, movimento estudantil, indígenas, agricultoras, coletivos de mulheres negras, etc.

A construção do frame através do ativismo transnacional foi algo de mão dupla, pois já vinha ocorrendo uma mobilização de mulheres no Brasil atentas à possível perda de direitos femininos diante da reforma da previdência, marcando oposição ao governo Temer, familiarizada com o *Ni una a Menos* e experiências de lutas feministas anteriores. A pesquisa indicou que as ativistas fizeram o que Snow chama de *frame bridging*, ou seja, uma ponte entre um frame local e o frame global. Analisaremos essa construção de uma ponte entre os temas locais e o chamado global no próximo item.

3.2 Coalizão de evento e organização de Porto Alegre para o 8M

As coalizões são uma alternativa estratégica para que a ação coletiva tenha maior efetividade. Segundo Tarrow, as coalizões são grupos organizacionais formados de “acordos colaborativos, orientados para determinados fins, ” que possibilitam organizações distintas aglutinar recursos de modo a promover mudanças:

Coalizões eu defino, com Margaret Levi e Gillian Murphy (2004: 5), como "Acordos colaborativos, orientados para os meios, que permitem a entidades organizacionais distintas reunir recursos a fim de efetuar mudanças". Os fatores que produzem um desejo entre grupos distintos de atores de combinar os seus esforços são muitos, mas normalmente combinam ameaças e oportunidades: os desejo de tirar partido dos recursos comuns (Staggenborg 1986); a necessidade para combinar contra ameaças comuns (McCammon e Campbell 2002);o urgência de produzir solidariedade entre os membros das categorias vizinhas (Van Dyke 2003); e, em alguns casos, a tentativa de aproximar a lógica de "coalizões vencedoras mínimas" (Levi e Murphy 2004: 30; Gupta 2003).

O incentivo mais importante para cooperar é quando os grupos podem definir as suas metas, principalmente em termos da influência política conjunta que irão ganhar na cooperação (Hathaway e Meyer 1997: 64). Mas as coalizões também têm custos. (TARROW, 2005, P.164)

A coalizão formada para a construção do 8 de março internacional em 2017 combinava o pressuposto de *ameaça e oportunidade*. A ameaça do avanço da direita mundialmente e a perda de direito da classe trabalhadora, em especial das mulheres. As oportunidades que surgiram através das

mobilizações feministas vindas da Argentina e Polônia que se espalharam pelo mundo, assim como a oportunidade de disputar uma data histórica para a luta das mulheres. De acordo com D. Meyer e Corrigall-Brown, a coalizão “é uma forma genérica que pode incluir uma ampla variedade de arranjos negociados de duas ou mais organizações que coordenam metas, demandas, estratégias de influência e eventos” (2004: 13).

Tarrow elaborou uma tipologia de análise das coalizões de acordo com duas variáveis: Grau de cooperação e duração. O autor descreve quatro tipos de coalizões: Coalizões Instrumentais com curto prazo com um baixo nível de envolvimento; Coalizões Federadas com um baixo grau de envolvimento e longa duração; Coalizões de Campanha, alta cooperação e longa duração; Coalizões de Eventos têm duração de curto prazo, mas são baseadas em alto grau de envolvimento e têm potencial para colaboração futura quando eles forjam alianças entre pessoas que reconhecem suas identidades compartilhadas no processo de ação coletiva (2005, P.167)

A pesquisa indica que os protestos do dia internacional da Mulher em 2017 constituíram uma coalizão transnacional de eventos. Diante do contexto de protestos em 2016, as redes transnacionais se uniram para organizar os protestos que tiveram duração de apenas um dia, porém estavam bastante alinhados em seus enquadramentos e houve alta cooperação entre ativistas. Em Porto Alegre, algumas mulheres já estavam acompanhando o que ocorria na Argentina e Polônia. A entrevistada número 1, aos 17 minutos de entrevista, relatou:

O 8M até então...Em primeiro que a gente começou a chamar de “8M”,né?! Que era uma coisa que a gente não chamava. Mas o 8 de março até 2016 eram movimentos absolutamente diversos e difusos, não existia nada unificado assim. Se um grupo chamasse para a Esquina Democrática, o outro chamava pro Largo, o outro chamava... Não existia nada unitário na cidade. Existam atos maiores, outros menores, mas assim atividades bem pequenas, assim, bem restritas, pouquíssima divulgação, pouquíssimo engajamento das pessoas. E a partir de 2017, a gente vê uma busca pela unidade, uma busca por fazer as coisas juntas e fazer grande... (ENTREVISTA ANÔNIMA 1. Entrevista concedida à autora. Porto Alegre-RS,12 de fev. 2020)

Com o chamado internacional de 2017, veio também uma nova concepção do dia da mulher. Em anos anteriores, ouvia-se a referência enquanto “Dia da Mulher”, tanto nos convites feitos pelos coletivos, quanto em matérias jornalísticas que se referiam ao 8 de março. Com o chamado e a

difusão da *hashtag* #8M através da internet, criou-se um novo “nome” para a data, uma nova referência. Mas não era apenas uma nova palavra, a ideia de organizar o 8M e ir para o 8M trazia um novo significado. Era a coalização de duas ideias em uma mesma ação coletiva: A mobilização para a Greve Internacional de Mulheres e o 8 de março -Dia da Mulher. Após a ideia de unificação do 8 de março, ao se referir ao “8M”, compreende-se que se refere ao ato unificado que dialoga com as redes transnacionais de mulheres.

Em Porto Alegre, uma frente de mulheres que acompanhava a difusão da greve das polonesas e argentinas se reuniu no Fórum das Resistências, que teve início no dia 17 de janeiro de 2017. Fazendo oposição ao Fórum Econômico de Davos, em uma versão menor, o Fórum das Resistências busca promover espaços de debates semelhantes ao Fórum Social Mundial. É importante destacar que a carta das norte-americanas foi lançada 10 dias após o início do Fórum, ou seja, as mobilizações na Argentina e em outros lugares do mundo já inspiravam mulheres a organizarem um 8 de março alinhado com a temática do *Ni una a Menos* e com a greve de mulheres.

As reuniões para a organização do 8 de março na cidade já ocorriam em dezembro de 2016, primeiramente cada organização pensando em como organizar algo para a data. Com a formalização do chamado internacional da greve, no início de fevereiro, esses encontros passam a se unificar e iniciam-se grandes reuniões de mulheres. A entrevistada 4 faz parte do PCdoB- Partido Comunista do Brasil e da UBM-União Brasileira de Mulheres. Em 2017, era membra também do CEDM-Conselho Estadual dos Direitos da Mulher:

(...)tomamos a liberdade de chamar a primeira reunião organizadora
9
pra unificar todos os movimentos. Como o COMDIM e CEDM tem muitas entidades, então a gente combinou de chamar reunião.... Nós já chamaríamos muitas entidades, então cada entidade foi chamando outra, né?! As primeiras reuniões foram na FECOSUL, na Assembleia...E ao mesmo tempo estavam ocorrendo reuniões de feministas independentes e outros grupos pra construção do 8M e aí depois a gente buscou unificar todo mundo. (ENTREVISTA ANÔNIMA 4. Entrevista concedida à autora. Porto Alegre-RS,18 de fev. 2020)

9 O COMDIM é Conselho Municipal dos Direitos da Mulheres de Porto Alegre que realiza ações com o CEDM.

O grupo que se reuniu no Fórum das Resistências era composto majoritariamente por mulheres independentes, que não pertenciam a coletivos, partidos políticos e sindicatos. A ideia era compor com ativistas de outros países a greve internacional. Após as reuniões para construção do 8M em Porto Alegre serem unificadas, esse grupo passou a ser reconhecido como uma frente ou como coletivo “8M”. Houve também a intitulação do grupo como *GIM-Greve Internacional de Mulheres*, pois entendia-se que a questão da greve, que já vinha ocorrendo no ano anterior na Polônia e na Argentina, poderia ter duração para além do 8 de março e ser utilizada também em outras oportunidades.

Uma das vantagens de se estabelecer coalizão é que grupos podem se unir para compartilhar benefícios e custos. Benefícios ao compartilhar informações, experiências e etc.; custos caso haja alguma retaliação ao movimento ou algum outro tipo de sanção, também será compartilhado entre organizações e militantes, diminuindo o peso e abrindo maior possibilidade de contar com outros apoiadores.

A formação de coalizões, portanto, serve ao propósito de garantir que os membros canalizem seus esforços para um referencial de ação comum e não dispersem energia e tempo em táticas individuais. Por conta da diversidade dos participantes, a criação de arranjos mais formalizados (funcionários, configuração de membros mais estável, sede e/ou secretariado) pode estimular a criação de uma identidade coletiva necessária à implementação de estratégias comuns. (REBELO, 2017, P.46)

Com o foco nos enquadramentos levantados pelo movimento internacional de mulheres, a organização transnacional do 8M não tinha meios formalizados como sede ou funcionários que são mais comuns em *coalizões federadas* ou de *campanha*. Como uma *coalizão de evento*, o que unia grupos distintos era o frame global. Coalizões de curto prazo podem dar origem a coalizões com maior longevidade. Tarrow se refere a *espirais de oportunidade* como uma sequência de fatores que podem levar a oportunidades de cooperação e a coalizão se tornar mais duradoura.

Porém, foi montada uma estrutura de organização, ainda que efêmera. As principais reuniões de organização do 8M na cidade ocorreram em fevereiro na escola de administração da UFRGS, no SIMPA-Sindicato dos Municipários de Porto Alegre, Sindisprev RS-Sindicato dos trabalhadores federais da saúde, trabalho e previdência no RS e na Ocupação Mirabal. A Ocupação Mirabal

localizava-se no centro de Porto Alegre, atualmente se localiza no bairro São João, e foi um local bastante simbólico para sediar as reuniões organizativas do 8 de março por ser um lugar destinado a atender mulheres que sofrem violência doméstica e não têm para onde ir. A ocupação é coordenada pelo Movimento de Mulheres Olga Benário.

Como eram muitas mulheres e organizações, as reuniões eram lotadas. Foram criados Grupos de Trabalho (Gts) para encaminhar, em grupos menores, as tarefas específicas que eram definidas nas reuniões unificadas. Entre os principais, estavam o GT de comunicação, GT de segurança e GT de infraestrutura. Nas reuniões grandes, eram lidas cartas e manifestos que mulheres estavam construindo internacionalmente, assim como panfletos e artes visuais. Muitos grupos que antes organizavam o Dia da Mulher até então, de forma separada, em 2017, com a ideia de unificação e internacionalidade, uniram-se para a construção da data.

A entrevistada 6, em 2017, estava no GT de comunicação e na frente “8M Brasil” e “GIM POA”-Greve Internacional de Mulheres/Porto Alegre. Foi uma das principais mulheres, em Porto Alegre, a participar de grupos online, realizar articulação com mulheres de outros locais e trazer isso para as reuniões de organização do 8 de março:

(...). Por essa familiaridade de trabalhar em rede, eu fiquei incumbida dessa parte. E aí então, entrei em contato com o grupo internacional da greve, no final de janeiro, entrei em contato e falei ‘Olha, a gente tá falando aqui do Brasil, de Porto Alegre, na região Sul do Brasil. Queremos emplacar a greve aqui, queremos mais contato...’. Os materiais estavam ali só em inglês e polaco com aqueles acentos, então era inglês ou era nada. Eu fluo no inglês. Como estava a questão aqui na América do Sul...Aí, quem estava neste grupo era uma ativista argentina que fala em português, muito querida, não lembro o nome, que falou ‘Eu vou te colocar em contato com a Mariana que é uma jornalista lá do Rio que também tá tentando emplacar isso’ e eu falei “Ótimo!” Hoje nós somos amigas né.... Olha, a gente fez tudo em dois meses, ninguém acredita, parece coisa de louco, né?! Porque a gente se reuniu em final de janeiro, o Fórum das Resistências em Porto Alegre foi lá pelo dia 20 de janeiro e a gente tinha menos de dois meses para poder emplacar, então como é que era pensar estrategicamente, pensar que era muito grande, que éramos muitas já. Então conversando com a Mariana e uma professora da UNTREF, da universidad Tres de febrero, conversando com a Mari ela disse “Olha, as argentinas, elas tão conversando com as polonesas sobre essa greve...”

Olha que ponte bonita né, Argentina e Polônia! A questão do aborto mobilizou muito a questão da greve internacional, elas estavam conversando desde o final de 2016, também ainda muito recente, né?! (ENTREVISTA ANÔNIMA 6. Entrevista concedida à autora. Porto Alegre-RS, 21 de fev. 2020)

A UNTREF é uma universidade na Argentina. Essa ativista ajudou a criar a página no *facebook* “8M Brasil” e o site “8M Brasil”. A página hoje possui 38.348 seguidoras e o site está fora do ar pela falta de renovação do domínio. Por ter um ativismo ligado aos direitos reprodutivos há bastante tempo e ter morado em outros estados do Brasil, possuía uma rede de contatos. Mencionou grupos de e-mail e *whatsapp* como principais meios que foram utilizados para comunicação com ativistas de outros estados e países. Havia um grupo intitulado “*Paro internacional de mujeres*” no qual se compartilhavam ideias para a identidade visual dos chamados para o 8M internacional. Uma das primeiras ideias veio da Polônia com o perfil do rosto de uma mulher, cada local foi criando suas artes e compartilhando também.

A análise das entrevistas permite perceber que os “GT’s” foram eficazes em ampliar as redes de atividades, estabelecendo conexões. As redes estão ligadas às coalizões de evento. É através da difusão de ideias entre as redes domésticas que se pode formar uma nova coalizão, podendo estabelecer cooperação transnacional se ativistas conseguirem se identificar em um frame global. As redes ajudam a mapear a construção das coalizões. Redes transnacionais feministas são fundamentais para a construção do enquadramento global, elas têm se mostrado bastante mobilizadas ao longo do tempo e, com a popularização da internet, estas redes facilitaram sua comunicação. Muitas ativistas têm como costume acompanhar protestos feministas de outros países, ler materiais que são produzidos por organizações, etc. Alguns coletivos de mulheres que se envolveram na organização do 8M em Porto Alegre fazem parte de organizações internacionais como a Marcha Mundial de Mulheres, que está presente em diversos países e realiza encontros internacionais. Existem outros exemplos de coletivos em Porto Alegre que estão inseridos em redes transnacionais feministas.

A entrevistada 9 faz parte do Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro e do Partido Comunista Brasileiro, o PCB. Aos 13 minutos de entrevista, ao ser questionada sobre se participa ou acompanha coletivos transnacionais:

A gente participa...nosso arco principal, nosso mapa principal são as organizações que participam da Federação Democrática Internacional de Mulheres, que é a FDIM. Que reúne desde partidos de esquerda até partidos mais social democratas, progressistas.... É vinculada a

ONU, né?! E a movimentos sociais também, não só a partidos. Então, a gente tenta, dentro desse arco.... Também porque a gente entende que o feminismo classista tá em construção, a gente tenta fazer reuniões periódicas com algumas organizações específicas. Tipo, o coletivo Clara Zetkin que é vinculado ao partido comunista Venezuelano, o PCV, não o PSUV. Essa aproximação com o Lohana Berkins foi recente, eu fui pra Argentina, a gente teve reunião com essa organização que tenho acompanhado. Deixa eu ver o que mais que a gente acompanha.... Acho que na Espanha tem um movimento superinteressante, que é super plural e super diverso, que até tu não entende, não consegue mapear as organizações e a gente sempre tenta ler o que é produzido lá na Espanha e tal. Por entender que tem sido muito protagonista do movimento feminista internacional... (ENTREVISTA ANÔNIMA 9. Entrevista concedida à autora. Porto Alegre-RS, 11 de mar. 2020)

A *Corriente Nacional Lohana Berkins* é ligada ao Partido Comunista Argentino, além de pautar feminismo discute questões de diversidade sexual. As redes transnacionais possibilitam conexões dos diversos agentes civis da sociedade, organizações globais e do próprio Estado. As mesmas abrem um leque de recursos para denunciar, debater, publicizar casos e situações que, dentro das fronteiras nacionais, por exemplo não recebem devido valor. Nesse sentido, as redes defendem causas de grupos violados em relação aos seus direitos, nas oportunidades em que o estado não supri as necessidades e demandas destes. A rede internacionaliza a pauta e busca, através da pressão e repercussão global, alterar o comportamento estatal perante o caso. (MARQUES, 2019)

Segundo Sidney Tarrow, a globalização e neoliberalismo são enquadramentos presentes no ativismo transnacional, mas, muitas vezes, são detectados mais pelas lentes dos militantes mais enraizados do que propriamente disseminados em uma visão geral dos ativistas. Tarrow faz uma analogia entre ativismo transnacional e o mar: afirma que não se assemelha a uma maré crescente, mas sim como ondas que fazem o movimento de “ir e vir” entre o plano transnacional e o plano doméstico, esse movimento estabelece um desenho na costa marítima. Refere-se a um “recife de corais” a relação entre regimes, tratados internacionais e sua relação com o estado, onde pode ocorrer lobby, contestação ou alianças. “O ativismo transnacional é um fenômeno multifacetado. Os seus ativistas são o tecido conjuntivo do global e do local, trabalhando como ativadores, corretores e defensores de reivindicações tanto nacionais como internacionais.”(TARROW, 2005, P.206)

O fato de coletivos de mulheres que se engajaram na construção do 8M em Porto Alegre já possuírem histórico de inserção em redes transnacionais facilitou a comunicação para elaboração dos protestos. Além disso, quando outros grupos políticos que possuem legitimidade diante das militantes declaram apoio a causa, a adesão ao frame global se torna mais eficaz na rede doméstica. As diversas manifestações de coletivos e grupos ligados à causa feminista apresenta especificidades frente aos obstáculos de gênero socialmente construídos dentro de cada fronteira nacional. Dessa forma, a transnacionalidade do movimento feminista atinge opinião internacional e repercute as especificidades, tornando o movimento mais efetivo e capaz de exercer pressão sobre os governos e instituições.

Esse chamado fez com que grupos políticos que possuíam histórico de rivalidade em movimentações políticas anteriores dentro do campo da esquerda se unissem. A entrevistada 9, na mesma entrevista, relatou uma situação ocorrida durante um GT:

Uma cena que pra mim assim foi muito marcante: A gente sentada...Eu tava na comissão de comunicação em 2017, aí uma militante do PSTU pega e fala pra uma militante do PCdoB “Tu vê né?! A gente se conhece a 30 anos e é a primeira vez que a gente tá fazendo um panfleto juntas” Então pra mim aquilo foi simbólico, sabe?! O que representou 2017. E por causa disso, o 8 de março ganhou dimensões inimagináveis, né?! Em comparação aos anos anteriores, imagina.... Não sei nem quantas vezes a mais, quantos múltiplos dá pra dizer que foi, porque foi muita gente. E era sempre.... Nunca passava de mil, eu acho. Desses últimos anos, claro. Eu sei que em outros anos já foi massivo. Mas assim, da minha geração, o 8 de março era tipo coisa de velha, entendeu?! Ou de gente organizada, mas a juventude não ia pra rua no 8 de março, aqui em Porto Alegre que eu conheço, no interior do estado nem se fala... (ENTREVISTA ANÔNIMA 9. Entrevista concedida à autora. Porto Alegre-RS, 11 de mar. 2020)

No início das reuniões unificadas, houve uma certa desconfiança entre ativistas autônomas, militantes de partidos, sindicatos, etc. Havia visões diversas sobre feminismo e alguns grupos já possuíam rugas anteriores. Exemplo disso foi o fato de algumas mulheres sugerirem que o “Volta, Dilma” deveria estar nos panfletos, algo que logo foi descartado por ativistas anarquistas e de outros partidos políticos. Por outro lado, os protestos pelo “Fora Temer”, em 2016, levaram muitos movimentos de esquerda e centro a se unirem nas ruas. Apesar das diferenças, ao construir o panfleto e lembrar dos enquadramentos que já se tinha unidade, a ideia de unificação voltava a vigorar.

A dirigente do MST- Movimento Sem Terra do Rio Grande do Sul também participou de reuniões de organização do 8M, anunciou que as mulheres do MST do estado viriam até a capital gaúcha devido à importância da pauta e ao contexto político. Essa notícia animou ainda mais as ativistas que estavam engajadas na construção do dia.

Acompanhar os eventos e a mobilização ao redor do mundo para a construção do 8M através das mídias sociais servia como um grande incentivo. Observar os panfletos que estavam sendo criados em outros locais auxiliava na construção do material que seria distribuído em Porto Alegre.

O texto do panfleto unificado (em anexo) trazia o seguinte texto:

Chega de violência contra as mulheres! A cultura machista e patriarcal segue oprimindo as mulheres como forma de manter a superexploração do capitalismo!

A Reforma da Previdência do ilegítimo governo Temer é um ataque à vida das mulheres trabalhadoras, principalmente pobres, negras e da periferia, impondo idade mínima de 65 para se aposentar. A reforma trabalhista penaliza ainda mais as mulheres que estão na informalidade e nos trabalhos terceirizados.

Mas a resistência das mulheres pelo mundo é sinal de novos tempos e de muita esperança. Milhões de mulheres marcharam contra Trump após sua posse nos EUA. Milhares gritaram na Argentina e no Peru que não aceitavam “Nenhuma a menos”!

Assim, atendendo ao chamado internacional de uma greve de mulheres pelo mundo, nós sairemos às ruas neste 8 de março para informar que “se nossas vidas não importam, que produzam sem nós!

Na parte superior, em letras grandes, constavam frases como “Greve Internacional de Mulheres”, “Nenhuma mulher a menos! Nenhum direito a menos! ” e “8M Mulheres PARAM contra as Reformas da Previdência e Trabalhista”. A arte do panfleto trazia o rosto em perfil de mulheres, como estava sendo utilizado em outros países. No Brasil, foi inserido o rosto de uma mulher negra. No verso, era exposta a agenda de atividades do dia. Foram planejadas atividades que começariam de manhã cedo e iriam até a noite, o que foi uma boa saída para agregar tantos debates que eram trazidos pelos coletivos. Reforçava-se, durante a organização, que, embora algumas demandas não entrassem no material unificado, durante o dia, teriam-se vários espaços para se manifestar questões importantes para cada grupo de mulheres. O panfleto também indicava o link para encontrar o evento do *Facebook*, onde se podia encontrar textos maiores com informações sobre feminismo para 99%, a origem do chamado da greve e os principais

enquadramentos. Foram organizados dias e grupos para entregar esse panfleto, chamando mais mulheres para os protestos do dia 8 de Março.

No mês de fevereiro de 2017, durante as reuniões de organização, os debates sobre se poderia utilizar a palavra “greve” ou não foram intensos. Algumas ativistas defendiam a ideia que, para ser uma greve real, era necessário que as centrais sindicais convocassem juntamente a paralisação do dia 8. Outro grupo de mulheres, principalmente as que compunham o coletivo “GIM”, defendiam que a greve de mulheres não precisava de aval sindical, pois era para além do trabalho formal; era principalmente sobre o trabalho doméstico não remunerado e jornada tripla exercido pelas mulheres. As mulheres do MST definiram que chegariam em marcha em Porto Alegre pela ponte de Guaíba, passando pela rodoviária e chegando na avenida Mauá, uma das principais ruas do centro da cidade. A ideia era parar o centro em um dos horários mais movimentados, quando muitos trabalhadores estão acessando a capital. Tudo isso serviu para se entrar em um consenso que sim, se usaria a palavra greve e a *hashtag* “#EuParo”, pois, além de não ir para o serviço, as mulheres que não possuíam emprego formal também participariam não realizando serviço doméstico e o movimento de mulheres pararia a cidade, bloqueando ruas com as marchas.

Houve um GT/comissão para reunir finanças para a impressão dos panfletos e confecção de faixas. Houve rifas também para arrecadação de dinheiro para adesivos e bandeiras da Greve Internacional de Mulheres

Em matéria publicada no site do jornal “El País”, no dia 06 de março de 2017, a manchete era: “Dia sem mulher: o mundo se prepara para uma greve internacional feminina”. A matéria informava que 30 países confirmaram convocatória para o 8M internacional, sendo o Brasil um desses países. Citava uma matéria do jornal britânico *The Guardian*, que também anunciava a convocatória das anglo-saxãs e norte-americanas.

No dia 07 de março, o site Gaúcha ZH lançou a seguinte manchete: “Marcha 8M convoca greve de mulheres e tem agenda de manifestações em Porto Alegre”, citando o lema “Se nossas vidas não importam, que produzam sem nós” e as pautas principais: contra a reforma da previdência, contra a violência contra a mulher e contra a desvalorização do trabalho feminino. A

matéria também trazia toda a programação de atividades que constava no panfleto do movimento.

O 8 M ganhou apoio de várias entidades. O CPERS (Sindicato dos professores do Estado do Rio Grande do Sul) declarou que paralisaria suas atividades no dia 8 de março para se somar à jornada de luta das mulheres. Outros sindicatos também se mobilizaram declarando apoio ao 8M. A pauta da reforma da previdência agregou setores de esquerda que anteriormente pouco repercutiam o Dia da Mulher. A CUT também declarou apoio ao 8M e sinalizou que, em março, teriam outras mobilizações no intuito de construir uma greve geral contra as reformas. Compreender como a difusão da mensagem das feministas no 8M chegou até tais entidades antes, durante e depois do evento, é a tarefa do próximo item.

3.3. As performances, a geografia e a difusão do 8M 2017 em Porto Alegre

A difusão de ideias e frames é fundamental para a ação coletiva transnacional. Ela ocorre de várias maneiras: Através de redes que já possuem reconhecimento entre si, possuindo facilidade em difundir e adotar enquadramentos, através de ativistas que se encarregam de organizar protestos estabelecendo comunicação chave entre grupos e a difusão através da internet. O contexto de cada local influencia na forma como a difusão irá ocorrer. As redes feministas transnacionais têm se beneficiado da comunicação através da internet para difundir ideias para além das fronteiras nacionais:

A Internet contribui para intensificar essa tendência em que aflui a personalização da ação (BENNETT & SEGERBERG, 2013) e, ainda que esteja situada em uma lógica capitalista de mercado, configura um meio de conectar indivíduos que compartilham identidades, crenças e valores, assim como permite o acesso a diversos temas e a criação de comunidades digitais para debatê-los. Essas são ferramentas que apropriadas pelos diversos grupos de forma crítica, podem potencializar seus discursos, tanto no que diz respeito a processos internos, quanto à difusão de suas ideias. Neste último caso, mais uma vez vale lembrar o exemplo da potencialização de *frames* por meio do compartilhamento de *hashtags* (BENNETT & SEGERBERG, 2013). (VAL FRANCO, 2017, p.29)

A inserção do Brasil no mapa dos vários países que organizavam a Greve Internacional de Mulheres de 2017 veio através da difusão de enquadramentos

nas redes ativistas. A *hashtag* #8M foi difundida internacionalmente, enquanto frame global relacionado à construção de um feminismo para as 99%. Como visto no ponto anterior, as coalizões são importantes para a organização de protestos. Segundo Tarrow, as redes domésticas e as redes transnacionais fazem uma espécie de movimento de onda, de ir e vir entre o âmbito doméstico e o internacional. Se por um lado as redes transnacionais de mulheres estavam unidas na construção de um 8 de março unificado; por outro, as redes feministas internas no Brasil também já vinham se organizando para um Dia da Mulher maior do que nos anos anteriores devido a fatores locais. Os dois movimentos entre redes foram importantes para que o 8M, em Porto Alegre de 2017, tenha tomado grande proporção.

Como também já mencionado, o contexto brasileiro era o de unidade dos setores de esquerda diante do golpe que tirou do poder Dilma Rousseff. O movimento de mulheres no Brasil definiu dois principais enquadramentos para o 8 de março: O combate à reforma da previdência e à violência contra a mulher. As lutas feministas, na Argentina e na Polônia, já repercutiam muito no cenário internacional. A carta das norte-americanas, formalizando o chamado para unificação da greve, dialogava com os problemas enfrentados pelas mulheres no Brasil. Entendeu-se que o frame global referente à construção de um feminismo para as 99%, com caráter anticapitalista, concordava, em cheio, com os enquadramentos das brasileiras. As mulheres, em Porto Alegre, introjetadas nessa arena de lutas, constituíram uma unidade para a construção do Dia Internacional da Mulher.

As manifestações contra a reforma da previdência impulsionaram mulheres do campo a programarem grandes ações para a quarta-feira do dia 8 de março em todo país. A reforma prometia não só igualar idade mínima entre homens e mulher, mas também entre trabalhadores rurais e urbanos, representando uma grande perda de direito, em especial, às mulheres camponesas. Militantes do MST costumam organizar, anualmente, a “Jornada Nacional de Lutas das Mulheres Sem-Terra”, que cada ano tem uma temática específica. Em 2017, a Jornada iniciou no dia 6 e foi até 10 de março com o lema *“Estamos todas despertas: contra o capital e o agronegócio. Nenhum direito a menos!”*. Em Porto Alegre, a marcha do MST constava na programação unificada do 8M, ocorrendo pela manhã juntamente com a Frente

Brasil Popular, Via Campesina, a CUT, o Levante Popular da Juventude, entre vários outros grupos de mulheres que se somaram à marcha que iniciou na ponte de Guaíba. A entrevista 10 é assentada no Rio Grande do Sul e é uma das lideranças do MST em nível nacional e esteve presente nas reuniões de organização do 8M em Porto Alegre. Em entrevista, relatou:

Primeiro que todos os 8 de março de todos os anos a gente vai construindo de ano após ano, faz atividade, avalia e já projeta o ano seguinte. É claro que o que nós vamos definindo no decorrer do ano e principalmente 6 meses antes, às vezes 3 meses antes...ficar analisando a conjuntura e a conjuntura é que vai nos movimentar, e ela é que vai nos dizer, né?! Qual é alvo que a gente vai trabalhar, qual é o tema que a gente vai trabalhar, qual é a mensagem que a gente quer trabalhar no decorrer, qual é o objetivo de fato, o que é que a gente quer alcançar com aquela temática com aquela atividade e aí mais próximo se desenha o formato, então é todo um processo de anos que a gente vem fazendo da mesma maneira, todas as atividades do MST massivas tem esse caráter, tem esse formato organizativo. Então pra nós a diferença desse 8 de março para os demais é que desta vez a gente se articulou muito mais com as trabalhadoras urbanas. Então entrar em Porto Alegre não foi só nós do MST, nós viemos de todo estado do Rio Grande do Sul com os nossos ônibus, com nosso transporte enfim organizadas em delegações, cada delegação tem suas responsáveis equipes de trabalho seja da alimentação, seja da saúde, seja da segurança, seja da animação, enfim...Da parte da formação, então a gente já vem nos ônibus organizadas e cada uma sabe qual é a sua tarefa e quando se encontram formam as equipes no seu conjunto e a diferença é que neste ano as urbanas nos acolheram, né?! A gente veio em marcha da ponte do Guaíba, mas não fomos somente nós, vieram muitas delegações urbanas que foram até lá e caminhamos juntas, então aquela imensidão de mulheres que vinham caminhando em marcha, ocupamos Porto Alegre...Ela deu esta dimensão da unidade do campo e da classe trabalhadora e das mulheres. Depois passamos o dia em Porto Alegre e no final da tarde de fato a gente se deslocou...Nós tivemos a atividade, né?! Da audiência pública sobre o tema da previdência e depois a gente se deslocou para Viamão porque lá a gente tinha um processo de formação do ponto de vista mais interno, com temas mais internos, eu lembro que um dos temas que nós trabalhamos ali foi o tema da reforma agrária popular...(ENTREVISTA ANÔNIMA 9. Entrevista concedida à autora. Porto Alegre-RS, 07 de abr. 2020)

As redes locais também possuem suas metodologias para estabelecer seus enquadramentos. O MST está inserido em uma rede transnacional que é a Via Campesina, composta por mais de 37 países. (BRINGEL, 2011) A marcha estava marcada nos panfletos para às 5h 30min da manhã, na ponte de Guaíba, intitulada “Marcha contra a Reforma da Previdência”. Outros grupos de mulheres se somaram à caminhada a partir da rodoviária. Às 8h 30min, estava marcado um ato público em repúdio à PEC 287 em frente à agência do INSS. A marcha do início da manhã foi tão grande que no momento da

chegada próximo à prefeitura das mulheres que estavam na frente da caminhada ainda havia mulheres próximo à rodoviária. Havia mais de um carro de som de sindicatos, assim como diversas batucadas de mulheres que animavam a caminhada entoando reivindicações e canções. Além do material unificado do 8M Brasil, que trazia o “Fora Temer”, com a participação de sindicatos como CPERS, ASSUFRGS, SIMPA e centrais sindicais como a CUT e a CSP-Conlutas, o “Fora Marchezan” e “Fora Sartori” também marcaram faixas e cartazes.

Ainda pela manhã, o ato se encaminhou até a Praça da Matriz, pois estava marcado para às 10 horas o Seminário “O Impacto da Reforma da Previdência na Vida das Mulheres Trabalhadoras”, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. A entrevistada 5 faz parte da Marcha Mundial de Mulheres. Em entrevista, relatou algo que foi marcante no 8M 2017:

De manhã cedo, lá na rodoviária, a gente saiu em marcha até o centro. A gente fez uma performance com tambor batendo, das mortes de cada uma, eu participei, eu era uma das que caía. A cada hora...durante o dia, 13 mulheres são mortas, 13 mulheres caíram, isso foi bem emblemático. Logo depois a gente continuou subindo, fomos até o TRF. A gente parou na frente do Piratini, marcamos um ato lá na frente, várias mulheres falaram, cada uma dentro do seu movimento, eu falei pela Marcha Mundial de Mulheres... (ENTREVISTA ANÔNIMA 5. Entrevista concedida à autora. Porto Alegre-RS, 18 de fev. 2020)

Durante a performance, foi lido um texto com dados trazidos pelo Atlas da Violência, onde havia o registro de 13 assassinatos de mulheres por dia no Brasil em 2016. A performance contou com um momento tenso de silêncio, no qual apenas se ouvia a voz da narradora e o barulho do tambor que batia marcando a queda de cada mulher no chão. Também foram citados os números de mulheres que sofrem violência doméstica, estupro e das que morrem em abortos clandestinos no país. Muitas ativistas choraram durante a encenação. Após alguns minutos de silêncio, a marcha seguiu.

A transferência de repertórios é, então, processo relacional e disputado (pelos agentes em interações conflituosas), histórica e culturalmente enraizado (o peso da tradição) e condicionado pelo ambiente político nacional (as estruturas de oportunidade). Experiências sociais específicas requisitam as transferências e condicionam a adoção, pois que os atores em litígio lidam com o repertório como os músicos de jazz com suas partituras: triam, mitigam, acentuam, exageram, conforme seus parceiros e seu público. Longe de espontâneo e solipsista, o improvisado é calculado e orquestrado entre os membros da banda, para produzir certo efeito. O jogo entre a fórmula e a circunstância dá às performances duas caras, simultaneamente modular e singular. (ALONSO, 2012, p.31)

As performances estão dentro do conceito de repertórios de ação de Tilly. Muitas vezes, as performances têm objetivo de despertar emoções em quem está presenciando a ação coletiva, como sensações de indignação, coragem, empatia, esperança, tristeza, etc. O teórico James Jasper afirma que emoções não são irracionais e que elas podem também auxiliar ou prejudicar o protesto. “Mesmo as emoções partilhadas de caráter negativo podem fortalecer as emoções recíprocas positivas” (JASPER, 2013, p.55)

Marchas são repertórios modulares, mas como elas ocorrem depende das redes que as compõem, assim como os locais onde elas passam ou as ruas onde determinada performance ocorre. Nada é por acaso. A organização espacial possui diversos significados no confronto político, a geografia dos protestos é pensada por ativistas. (TILLY, 2000)

Houve uma parada em frente ao Palácio Piratini, após diversas falas de mulheres em o seminário na Assembleia Legislativa, a marcha seguiu até a avenida Duque de Caxias onde estava marcado para o meio dia, um ato em apoio à Ocupação Mirabal. Em frente à Ocupação de Mulheres, as falas foram principalmente sobre o descaso do poder público perante a vida das mulheres pobres e a falta de habitação. Representantes do Movimento de Mulheres Olga Benário, que coordenam a ocupação, falaram sobre a difícil situação das mulheres que sofrem violência e não têm para onde ir. Houve falas também de lideranças da Ocupação Lanceiros Negros, do MLB (Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas), sindicato dos jornalistas, das vereadoras Jussara Cony do PC do B e Sofia Cavedon do PT. A entrevistada 7, que faz parte da Ocupação Mirabal e do Movimento de Mulheres Olga Benário, lembrou durante entrevista:

Esse ano foi muito massa! A gente fez uma marcha da ponte de Guaíba até o centro, teve parada na frente da Mirabal, as companheiras do MST almoçaram na Mirabal, o refeitório tava muito lotado! Foi muito bonito! Foi muito legal! Nesse dia a gente movimentou muitas mulheres, porque acordar cedo, fazer toda aquela caminhada, é porque tu acredita muito no que tu faz, né?! A parte na Mirabal, movimentou muita gente lá dentro, vieram companheiras do Olga de Passo Fundo em um ônibus lotado pra cá. Foi bem organizado... (ENTREVISTA ANÔNIMA 7. Entrevista concedida à autora. Porto Alegre-RS, 6 de mar.2020)

Foi feita uma organização para que as campesinas do interior do estado tivessem um local para almoçar e a Ocupação Mirabal foi entendida como um

local propício para isso. Pela tarde, houve um seminário sobre “Estado, reformas e serviço público” na Faculdade de Educação da UFRGS, atividades culturais na praça da Matriz e Largo Glênio Peres. Houve assembleia do CPERS, no gigantinho. Também à tarde, após atividade, as professoras foram em marcha até a Esquina Democrática onde estava marcada a concentração para a marcha unificada às 17 horas.

A matéria no site do jornal “O Sul 21”, com a manchete “Mulheres fazem marcha histórica: ‘Eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor’ ”, foi publicada na noite de 8 de março de 2017. O texto é de Marco Weissheimer:

O ato que encerrou a jornada de mobilizações do Dia Internacional da Mulher, em Porto Alegre, reuniu milhares de pessoas em uma marcha que saiu da Esquina Democrática, passou em frente ao Palácio Piratini, contornou a Praça da Matriz e se dirigiu para o Largo Zumbi dos Palmares. Foi uma marcha histórica, não só pela quantidade de manifestantes, como pela unidade expressa pela presença de mulheres de diferentes idades e grupos sociais, com destaque para a presença de jovens e adolescentes.

Dois dos vários cantos entoados na caminhada, traduziram bem o espírito de unidade da manifestação. Um deles foi o já tradicional “Nem recatada, nem do lar, a mulherada tá na rua pra lutar”, repetido várias vezes durante a caminhada. O outro foi cantado na concentração na Esquina Democrática e, depois, colocado em prática na marcha pelo centro de Porto Alegre: “Companheira me ajude que eu não posso andar só. Eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor”.

Unidade na caminhada e na pauta: entre os principais pontos da agenda de lutas das mulheres, a Reforma da Previdência, os governos Temer e Sartori, com algumas menções já ao governo de “Júnior” (Nelson Marchezan Jr., o novo prefeito da capital gaúcha), o machismo, a violência e todas as formas de discriminação que ainda fazem parte do cotidiano das mulheres. Se, na parte da manhã, a Reforma da Previdência dominou a pauta das mobilizações, na marcha do início da noite, as diferentes formas de violência contra a mulher dominaram as intervenções. Desde as 17h, a Esquina Democrática começou a ser ocupada fundamentalmente por mulheres de diferentes idades e movimentos sociais. Sindicalistas, professoras, estudantes, feministas, trabalhadoras de diferentes setores, todas conformaram em um grande bloco que poderia ser identificado pela palavra de ordem “Nenhuma a menos”. As intervenções da concentração realizada na Esquina Democrática lembraram o caráter internacionalista da luta das mulheres. “Neste momento, as mulheres estão se mobilizando no mundo inteiro, numa nova onda feminista internacional. O nosso feminismo é classista, internacionalista, negro, trans e tem lado, está do lado dos trabalhadores”, disse a vereadora Fernanda Melchionna (PSOL). A ativista italiana Maren Mantovani, do movimento Stop the Wall, que luta contra a ocupação israelense nos territórios palestinos, manifestou a solidariedade das mulheres palestinas para com suas companheiras brasileiras.

A matéria também menciona a fala sobre combate à violência contra a mulher, de Maria do Carmo, da Marcha Mundial de Mulheres. Luciana Genro lembrou dos protestos de mulheres nos EUA contra Trump e se posicionou contra a retirada de direitos vinda dos governos Temer, Sartori e Markezan. A marcha partiu da Esquina Democrática por volta das 19 horas, passando pela praça da Matriz e palácio Piratini, encerrando no Largo Zumbi dos Palmares. A entrevistada 8 faz parte da secretaria de mulheres estadual e municipal do PT-Partido dos Trabalhadores. Fez parte do GT de infraestrutura e comunicação. Em entrevista, atribuiu o sucesso do 8M 2017:

É o crescimento das pautas mesmo assim, né?! De trazer à tona o que a gente vem falando há muitos anos, todas as nossas pautas, desde que as mulheres ganham menos que os homens, desde que as mulheres negras ganham menos que as mulheres brancas, sabe?! Trazendo tudo isso. Se a gente para e dá uma olhada, as realidades são as mesmas apesar de estar cada uma no seu mundo, então eu acho que o principal é isso trazer a pauta a tona em todos os sentidos e todos os viés que a gente tem e com toda a pluralidade, assim como as questões LGBTQs, né?! De todo nosso universo que é bem amplo, então eu acho que isso é o principal. E isso fortalece, tu saber que lá não sei onde, tem alguém que tá lutando pela mesma pauta, isso nos fortalece. (ENTREVISTA ANÔNIMA 8. Entrevista concedida à autora. Porto Alegre-RS, 10 de mar.2020)

O 8 de março de 2017 refletiu um alinhamento na construção do Dia Internacional da Mulher não só no Brasil, mas também mundialmente, trazendo os problemas das mulheres que se repetem em diferentes países. Segundo Tarrow, com referência nos estudos de Sageman, em processos transnacionais, a difusão pode ocorrer em três principais vias: “A difusão viaja através de redes de confiança bem interligadas (Difusão Relacional), através dos meios de comunicação social e a Internet (Difusão não-relacional), e através de corretores de movimento (Difusão mediada).” (TARROW, 2005, P.101)

No caso da Greve Internacional de mulheres, no 8M 2017, nota-se Difusão Relacional entre redes feministas que já possuíam reconhecimento e que começaram a se organizar no ano anterior, talvez esse reconhecimento não tenha um alcance tão grande visto no modo inicial, mas foi importante entre redes já familiarizadas na América latina na difusão do *Ni Una a Menos* e em países da Europa através *Black Protest* das Polonesas. Houve também Difusão não-relacional, pois o papel das mídias sociais através da comunicação na internet foi fundamental para o protesto ganhar caráter transnacional. E, por último, percebe-se Difusão Mediada, através de ativistas

que Tarrow denomina “corretores”, que têm intuito claro de fazer com que a ação coletiva tenha bom êxito local. Essas figuras entram em cena com uma posição chave de ligar grupos para que o protesto se dissemine, exemplo é o papel da entrevistada 6, que estabelecia comunicação entre o grupo de organização do 8M de Porto Alegre e o 8M Internacional com mulheres de outros países. O fato de figuras públicas que já possuem reconhecimento nas redes ativistas feministas, como a Angela Davis, terem construído o chamado também foi algo fundamental na difusão transnacional.

A disputa pelo enquadramento do 8 de março vem de longa data. Enquanto a mídia faz propagandas com vendas de cosméticos e comerciais onde homens entregam rosas às mulheres, os movimentos feministas defendem pautar a data como um dia de luta das mulheres.

Por um lado, os movimentos nunca são livres para enquadrar suas campanhas como quiserem, pois, competem em desvantagem estrutural com os governantes e a mídia. Ativistas que importam símbolos estrangeiros podem desequilibrar as autoridades, caso em que o movimento ganha uma vantagem temporária; mas estados e elites são rápidos em atacar a legitimidade dos desafios em nome da defesa dos valores domésticos. A mídia também atua como representantes do "senso comum" de suas sociedades, atendendo aos gostos percebidos de seus leitores para preservar sua participação no mercado de mídia. Por outro lado, se houver um "mercado" para a dissidência, a mídia pode oferecer-se aos ativistas. (TARROW, 2004, P.62)

Governos, de modo geral, não pareceram ter interesse em repercutir os protestos feministas. No dia internacional da mulher de 2017, o então presidente Michel Temer foi ao ar realizar discurso sobre a importância das mulheres na economia, destacando a habilidade feminina em entender os preços dos produtos no supermercado. Assim como a maioria dos presidentes, em seus discursos neste dia, nada foi mencionado sobre situações de desigualdade social referentes a gênero e tão pouco sobre a greve internacional de mulheres. Trump se reduziu a falar sobre respeito às mulheres e as convidou para “honrar a América”. Em vários países, as mulheres aproveitaram o 8M para criticar presidentes e governadores.

A mídia não teve como ignorar o tamanho dos protestos que tomaram conta de principais ruas do mundo no 8 de março de 2017. Os movimentos de mulheres ousaram organizar um protesto global com o mesmo frame e ganharam manchetes nos principais jornais do mundo. O alinhamento do Dia

Internacional da Mulher de 2017 pode ser verificado nos registros de jornais e por outros meio de comunicação. A Folha de São Paulo trazia, no dia 7 de março de 2017, a matéria “Marcha das Mulheres ocorre em 12 estados e mira reforma da Previdência”, que mencionava a reforma da previdência de Michel Temer como um dos principais alvo das mulheres no Brasil e como as manifestações feministas argentinas do *Ni Una As Menoses* influenciaram os protestos no país vizinho.

O jornal Correio do Povo publicou a manchete “Dia da Mulher é celebrado pelo mundo” em 8 de março de 2017, destacando as marchas e protestos nos Estados Unidos pela greve internacional de mulheres que levaram a Virgínia a fechar escolas nesse dia. Também destacou os protestos na Itália, Bangladesh, Paris e países da América Latina mencionando o Brasil, Argentina, Guatemala e Uruguai. Em Kiev, foi cobrada a volta às origens feministas do 8 de março.

Grandes jornais como O Globo, BBC, Clarín, entre outros, noticiaram as marchas, greves e protestos de mulheres ao redor do mundo. Os adesivos, cartazes e panfletos que circularam na internet e nas ruas mostram a unidade na organização do 8M global:

Figura 1: Montagem com panfletos de chamadas para atos do 8M.



MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DO "8M BRASIL" BASTANTE UTILIZADO EM PORTO ALEGRE

CHAMADA DAS POLONESAS



CHAMADA DAS ARGENTINAS



MATERIAL DAS NORTE AMERICANAS



MATERIAL UNIFICADO DO 8M BRASIL



PARTE SUPERIOR DO PANFLETO DE PORTO ALEGRE



Fonte: Autoria própria.

O 8M de Porto Alegre em 2017 não foi um protesto isolado, foi programado para ocorrer alinhado com protestos mundiais que ocorreram no mesmo dia. Pode-se verificar, em nível doméstico e transnacional, a concordância em 3 principais pontos: i) frames; ii) data e iii) repertórios de ação.

Nas mídias sociais, a convocação para o dia foi feita através das *hashtag* #8M e #ParoInternacionaldeMujeres, #GreveInternacionaldeMulheres e #InternacionalWomen'sStrike. Essas *tags* foram utilizadas também em panfletos que divulgavam a programação de protestos para o dia. A utilização do rosto de mulheres em perfil principalmente nas cores vermelho, roxo e rosa, foram símbolos visuais utilizados nos materiais de divulgação no Brasil e em outros países. No Brasil, um dos principais lemas em referência à greve foi o “Se nossas vidas não importam, que produzam sem nós”. Em outros países, foi bastante utilizado também lemas como “Nós mulheres movemos o mundo, hoje o paramos”, “Dia sem mulheres” e “Eu paro”. Enquanto frame global, verifica-se a ideia da construção de um feminismo anticapitalista, que busca incluir o maior número de mulheres, como as negras, as transexuais, as indígenas, as imigrantes, etc. Em Porto Alegre, assim como ao redor do mundo, as chamadas para os protestos estavam alinhadas em data, sendo a quarta-feira do dia 8 de março de 2017 em referência ao Dia Internacional da Mulher. Enquanto principais repertórios do 8M global, destacam-se o chamado à greve e as marchas que param grandes cidades.

Quando transferida a novo lugar, regime, assunto ou ator, a manifestação de rua sofreria processos de negociação e adaptação e seria condicionada pela “cultura local” (Tilly, 2005: 222-223). Assim, as performances que compõem o repertório teriam duas faces. “Modulares”, porque se pode reconhecer a mesma manifestação de rua em diferentes contextos. Mas cada qual é singularizada pelo uso, que agrega “símbolos e segredos locais” (Tilly, 2005: 223). A transferência de repertórios envolve, então, escolhas e criatividade: “Muitas transferências políticas se centram em programas ou práticas específicas e envolvem deliberação consciente no ponto de chegada sobre se adotar um item e como [...]” (Tilly, 2005: 217). Escolha que encontra limites na tradição nacional e na cultura local, como nos constrangimentos da estrutura de oportunidades políticas e nos posicionamentos dos antagonistas. (ALONSO,2012, p.29)

O movimento de mulheres no Brasil se reconheceu no chamado internacional do 8M. Ainda que tenha se concordado com o frame global e repertórios, foi preciso negociar e adaptar o chamado para o contexto brasileiro e, no caso, também ao contexto gaúcho e ao porto-alegrense. Tanto as marchas como as greves são repertórios de ação modulares que são reconhecidos e utilizados em diferentes

partes do mundo, porém as performances têm suas especificidades em cada povo e cultura.

O conceito de greve precisou ser “alargado” para convencer muitos coletivos de que a greve de mulheres não era só aquela deliberada por sindicatos para as que possuíam empregos formais, mas também se referia ao serviço doméstico de cuidadora da casa e dos filhos, além da ideia de parar a cidade com protestos. As marchas possuem caráter particular em cada local. Se, na Europa, o movimento feminista teve o cuidado de vincular as pautas com questões referentes às mulheres imigrantes e refugiadas; no Brasil, houve uma aliança entre trabalhadoras urbanas e rurais, que resultou na unidade em marchas com ativistas do MST. As cores, os símbolos e o modo de seguir em marcha ganha significado próprio em cada contexto. Não foi por acaso que se escolheu a entrada na cidade de Porto Alegre cedo da manhã, pela ponte de Guaíba; existe uma simbologia para as mulheres do MST de chegar em outra cidade em marcha, assim como a ação foi marcante para selar a de que as trabalhadoras urbanas “receberam” as trabalhadoras rurais e construíram a caminhada de modo unificado.

A internalização de pautas e sua comunicação através da internet, que são características da quarta onda do feminismo, foram fundamentais para a construção do 8M em Porto Alegre. O contexto transnacional de mobilizações de mulheres resultou em uma coalizão de eventos, as redes de ativistas foram fundamentais para estabelecer o *frame* global. Militantes locais mais enraizadas auxiliam a estabelecer enquadramentos e comunicação com a rede transnacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As categorias mobilizadas na pesquisa, juntamente com as fontes, apontam uma nova potência nas ações coletivas em torno do Dia Internacional da Mulher a partir de 2017 na cidade de Porto Alegre, sendo fruto de um fluxo internacional de mobilizações feministas. O frame é uma parte de todas as variáveis que tornaram este 8M diferente dos anos anteriores. O movimento feminista é marcado por características específicas de cada período histórico. A atual quarta onda feminista, com início nos anos 2000, traz os debates da terceira agregados a novas questões. Uma característica dessa geração é a maior evidência da transnacionalidade das redes de ativismo e o uso da internet como forma de compartilhar teorias, ideias e criar “eventos”. Em 2017, o 8 de março foi retomado como uma das principais datas feministas e foi convocada uma greve no Dia Internacional da Mulher com grandes protestos mundiais que foram chamados com a mesma *hashtag* e enquadramentos.

O caráter relacional da teoria do confronto foi fundamental para ampliar a análise que buscou compreender como o contexto político influenciou a interação de ativistas na elaboração de uma ação coletiva global. As redes domésticas e transnacionais estão cada vez mais integradas devido ao desenvolvimento das tecnologias de comunicação e dos fluxos internacionais. O modo como se estabelecem os frames e repertórios de ação está ligado aos regimes políticos. As militantes e/ou ativistas atuam conforme o regime político vai se estabelecendo, como se configura a relação entre as redes domésticas e as redes transnacionais, como se define a ação coletiva em determinado momento. Os protestos feministas de 2016, na Polônia e na Argentina, surgiram como uma resposta a situações locais. Na Argentina, pelo descaso aos assassinatos de mulheres e pelos altos números de violência de gênero; na Polônia, contra a extinção das poucas formas legais de recorrer a um aborto. No mesmo momento que uma onda conservadora crescia mundialmente, o movimento feminista foi às ruas protestar pela vida das mulheres e pela garantia de direitos. Rapidamente as manifestações se difundiram para os países vizinhos na América Latina e na Europa.

Os mecanismos de internacionalização, comunicação e convergência são imprescindíveis para que o frame global seja bem-sucedido em âmbito doméstico. Segundo Tarrow, dissolver conflitos entre redes é um dos desafios para gerir

coalizões transnacionais, pois todos os grupos precisam minimamente sentirem-se contemplados. Nesse sentido, a ideia do *Feminismo para as 99%* obteve êxito enquanto frame global em uma coalizão de evento que resultou em histórico Dia Internacional da Mulher, em 2017. Esse texto verbalizou uma organização que já estava ocorrendo em mais de 30 países a fim de articular a greve.

No Brasil, as mulheres acompanhavam o que ocorria internacionalmente e estavam familiarizadas com as problemáticas vindas de fora. Em 2015, o então presidente da câmara dos deputados, Eduardo Cunha, tentou movimentar um projeto de lei bastante parecido com o que as polonesas presenciaram em 2016. Nesse mesmo ano, o Brasil assinou a intitulada “Lei do feminicídio”, que tipificava o assassinato de mulheres. Essa inclusão no código penal veio devido à pressão de medidas que coibissem a violência sexista, pois o país ocupava o 5º lugar no ranking mundial com maior índice de violência contra a mulher, pauta que dialogava com o *Ni Una Menos* argentino. Já, em 2016, os movimentos sociais foram às ruas contra o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff e, mais tarde, contra a entrada de Michel Temer na presidência. A posse de Temer veio juntamente ao anúncio de uma série de cortes em investimentos públicos e à promessa de uma reforma que restringiria acessos à previdência. Em janeiro de 2017, antes mesmo do manifesto das norte-americanas, já havia grupos em Porto Alegre e em outras capitais, organizando a greve de mulheres para o próximo 8 de Março, inspiradas no movimento de mulheres da Polônia e da Argentina. Porém a carta vinda dos Estados Unidos impulsionou ainda mais o engajamento na construção do 8M. As reuniões em Porto Alegre tornaram-se maiores, passando a ser unificadas entre vários coletivos e organizações de mulheres.

Foi a partir da busca por convergir e convocar para o Dia Internacional da Mulher que diversos países começaram a se organizar e divulgar a *hashtag #8M* na internet. Também houve a busca por unificar a arte que trazia o rosto de uma mulher em perfil na maioria dos panfletos em branco, preto, vermelho, roxo e rosa. No Brasil, esse rosto ganhou características de uma mulher negra. Com a ideia de unificação mundial, o 8 de Março passou a ser chamado de 8M. A ideia trazida pelo manifesto referente ao feminismo das 99%, deixou espaço para que cada local somasse pautas aos protestos do Dia da Mulher. No Brasil, um dos principais enquadramentos foi contra a reforma da previdência.

Quatro elementos da teoria do confronto são importantes para compreensão da transnacionalidade do 8M 2017: Frame global, coalizão de eventos, difusão e redes de ativismo. A construção de um frame global, que englobasse a questão contra a violência contra a mulher e direitos reprodutivos, com posicionamento classista e interseccional, que foi bem resumido na carta das norte-americanas referindo-se à busca de construir um feminismo para as 99%. O contexto de protestos feministas, em 2016, levou a uma coalizão de eventos, que Tarrow caracteriza como um tipo de coalizão que tem alta cooperação e curta duração. O 8M durou um dia, porém estava sendo organizado há alguns meses em diversos países que se comunicavam na busca de unificar bandeiras e palavras-chave nos chamados. Após estabelecido os frames, a difusão foi fundamental para que os protestos ocorressem. Segundo Tarrow, são 3 os principais tipos de difusão: Difusão Relacional quando a ideia de ação coletiva se propaga através de redes de confiança que são interligadas; Difusão não-relacional quando os frames se espalham através da internet e outros meios de comunicação e, por fim, Difusão Mediada quando há corretores que são ativistas específicos que têm função clara de fazer com que os protestos tenham sucesso em determinados locais. Percebe-se que as 3 formas foram importantes para a difusão do 8M no Brasil e no mundo. Por fim, o papel das redes domésticas e transnacionais foi imprescindível para organização dos protestos. Cada vez mais vemos que as redes feministas estão ligadas transnacionalmente e dispostas a se unirem quando necessário. Além disso, muitos coletivos de mulheres, em Porto Alegre e em outras cidades, fazem parte de organizações transnacionais estando familiarizadas com a comunicação para além das fronteiras nacionais. As redes domésticas de ativismo são tão importantes quanto as redes transnacionais. Tarrow exemplifica isso através de uma analogia com ondas no mar, que fazem o movimento de ir e vir dentro e fora do mar. Essas redes ora buscam suporte em âmbito transnacional assim como são as redes domésticas que dão suporte para as redes transnacionais.

No Brasil, o enquadramento referente à reforma da previdência foi definido nacionalmente, mas foram levados em conta os frames trazidos pelas argentinas, pelas polonesas e pelas norte-americanas na criação de conteúdos de panfletos para o 8M. Em várias partes do país, houve marchas com trabalhadoras urbanas e

rurais. As 10 entrevistas feitas com ativistas que ajudaram a organizar o Dia Internacional da Mulher, em 2017, em Porto Alegre, foram substanciais assim como a análise de panfletos e matérias de jornal, para a comprovação que o 8 de Março ocorrido naquele ano, na capital gaúcha, estava alinhado com os protestos mundiais que ocorreram no mesmo dia com repertório de ação semelhante e frame global. A circulação de ideias se exemplifica bem no movimento feminista transnacional, que, através da internet e de redes de ativismo, impulsiona e valida ideias. Figuras como Angela Davis, que é conhecida internacionalmente e possui bastante influência sobre grupos ativistas de diferentes vertentes, trazendo questões sobre o movimento negro juntamente ao feminismo, foram de extrema importância para a legitimidade da convocação da greve. Assim como o fato de grandes centrais sindicais e movimentos de grande envergadura no Brasil terem divulgado o chamado para o 8M, foram de grande influência para que os protestos ganhassem força e fossem reconhecidos como importantes por diversos grupos.

Algo que também foi mencionado durante as entrevistas foi que, no Brasil, as marchas e greves de mulheres no 8 de Março serviram como início de uma série de protestos em 2017 contra a reforma da previdência e contra a chamada “flexibilização” da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que culminou em uma das maiores greves do país no dia 28 de abril (#28A) desse mesmo ano. Os desfechos pós 8M 2017 não foram o objetivo nesta pesquisa, mas podem servir como pistas para possíveis trabalhos futuros. Assim como a ideia de unificação do Dia da Mulher transnacionalmente com os mesmos símbolos foi repetida nos anos seguintes com protestos semelhantes, inclusive em Porto Alegre, no ano seguinte, a marcha do 8M 2018 se tornou maior ainda e, em 2019, mesmo com chuva torrencial, a capital gaúcha registrou uma grande marcha no Dia Internacional da Mulher. Quanto ao diálogo entre redes transnacionais e aprovação entre pares, Angela Davis mencionou, nas suas duas últimas vindas ao Brasil, que as norte-americanas deveriam ler mais as intelectuais negras brasileiras, apontando o feminismo negro brasileiro como uma de suas grandes referências. Outros dois protestos são importantes na mapeação do feminismo brasileiro em contato com redes transnacionais: Os protestos de denúncia ao assassinato da vereadora Marielle Franco e os protestos chamados “Ele Não”, contra Jair Bolsonaro, que tiveram apoio internacional com países se manifestando ao redor do mundo em sintonia com o

Brasil. Além disso, essas pautas também foram agregadas ao 8M no Brasil nos últimos anos. A presente pesquisa deixa espaço para o aprofundamento dessas e de outras questões semelhantes em possíveis investigações futuras.

Há limites em relação a dissertação, no que se refere à efetivação de uma análise empírica com metodologias que permitiriam listar de forma precisa todas as organizações que participaram e ajudaram na construção do 8M 2017, assim como detalhar repertórios de ação. Fica aberta a possibilidade para eventuais próximas pesquisas.

A presente pesquisa contribui para o estudo de movimentos sociais, ativismo transnacional, quarta onda feminista e eventos referentes ao 8 de março, além de colaborar com o diagnóstico do panorama político do Brasil e em especial da cidade de Porto Alegre nos últimos anos. Existe relevância na constatação da atualidade de temas urgentes na vida de mulheres e como através da articulação do feminismo, pautas locais estão conectadas com o contexto internacional e ganham força na união de grupos ao redor do mundo.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, Miriam. Os anos 60: movimentos sociais, transformações culturais e mudanças de paradigmas, p. 23 -68. In: *A Voz e a Escuta: Encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea*. São Paulo: Blucher, 2016.

AGUIAR Mulheres Rurais, Movimento Social e Participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas¹ Vilenia Venancio Porto Aguiar²

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: a história de um conceito. *Sociologia e Antropologia*, v.2, 2012.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova: revista de cultura e política*, n. 76, p. 49-86, 2009.

ALVES, Branca; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ARANGUREN, Marysa; Sternbach, Nancy; CHUCHRYK, Patricia; ALVAREZ, Sonia E.; STERNBACH. *Feministas na América Latina: Bogotá a San Bernardo*. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 43-59, jul./dez. 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16213>>. Acesso em: 14 jan. 2020.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. Feminismo para os 99%: um manifesto. Boitempo Editorial, 2019.

ARTURI, Carlos. Contestação internacional e reação inter-estatal. Civitas (Porto Alegre), Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 285-302, 2004.

BAHRI, Deepika. Feminismo e/no pós-colonialismo. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 659-688, ago. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000200018&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 04 mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000200018>.

BITTENCOURT, Naiara Andreoli. Movimentos feministas. Insurgência: Revista de Direitos e Movimentos Sociais, v. 1, n. 1, p. 198-210, 2015.

BLAY, Eva Alterman. 8 de março: conquistas e controvérsias. Revista Estudos Feministas, v. 9, n. 2, p. 601-607, 2001.

BRENNAN, Teresa. Para Além do Falo: Uma Crítica a Lacan do Ponto de Vista da Mulher. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997.

BRITO, Priscilla Caroline de S. Primavera Feminista: a internet e as manifestações de mulheres em 2015 no Rio de Janeiro. Seminário Internacional Fazendo Gênero, v. 11.

BRINGEL, Breno. Ativismo transnacional, o estudo dos movimentos sociais e as novas geografias pós-coloniais. Estudos de Sociologia, v. 2, n. 16, p. 185-215, 2011.

BRINGEL, Breno. Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais. Sociologia e Antropologia, v.2, 2012

BRINGEL, FALERO Redes Transnacionais de movimentos sociais na América Latina e o desafio de uma nova construção socioterritorial Dossie Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 53, p. 269-288, Maio/Ago. 2008

CASTRO, Carla Appollinario de. GÊNERO E QUESTÃO SOCIAL: os desafios à cidadania substantiva. Derecho y Sostenibilidad en escenarios de crisis institucionales, p. 8.

CELLARD, André. "A análise documental". In: Poupart, Jean. A Pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Trad. Ana Cristina Nasser. Petrópolis, Vozes, 2008.

CERQUEIRA, Carla Braga. A Imprensa e a Perspectiva de Gênero. Quando elas são notícia no Dia Internacional da Mulher. Observatorio (OBS*), v. 2, n. 2, 2008.

COELHO, Leila Machado, BAPTISTA, Marisa La historia de la inserción política de la mujer en Brasil: una trayectoria del espacio privado a lo público. *Rev. psicol. polít.*[online]. 2009, vol.9, n.17, pp. 85-99. ISSN 1519-549X.

COELHO, Mayara Pacheco. Vozes que ecoam: feminismo e mídias sociais. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v. 11, n. 1, p. 214-224, 2016.

COSTA, Claudia de Lima; ALVAREZ, Sonia E. A circulação das teorias feministas e os desafios da tradução. *Revista Estudos Feministas*, v. 21, n. 2, p. 579-586, 2013.

COSTA, Rogério. Inteligência afluyente e ação coletiva: a expansão das redes sociais e o problema da assimetria indivíduo/grupo. *Razón y palabra*, v. 41, 2004.

COLLINS, Patricia Hill. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso*. *Cad. Pagu*, Campinas , n. 51, e175118, 2017 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000300510&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 25 fev. 2020. Epub 18-Dez-2017.

CURIEL, Ochy. 1. CONSTRUINDO METODOLOGIAS FEMINISTAS DESDE O FEMINISMO DECOLONIAL1. *Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)*, p. 32, 2014.

DEVIN, G. As solidariedades transnacionais, fenômeno social de escala mundial: a perspectiva europeia. *Civitas*. V.03, n.2, 2016.

DIANI, Mario; BISON, Ivano. Organizações, coalizões e movimentos, *Revista Brasileira de Ciência Política*, núm. 3, p. 220-249, 2010 [2004]

DIANI, Mario. Las redes de los movimientos: una perspectiva de análisis. In: *Los movimientos sociales: Transformaciones políticas y cambio cultural*. Trotta, 1998. p. 243-270.

DELL'AGLIO, Daniela Dalbosco; MACHADO, Paula Sandrine. Entre rachas e tretas: a disputa do sujeito político na marcha das vadias de Porto Alegre. *Seminário Internacional Fazendo Gênero*, v. 11.

DE OLIVEIRA, Priscilla Pellegrino. A quarta onda do feminismo na literatura norte-americana. *Palimpsesto-Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ*, v. 18, n. 30, p. 67-84, 2019.

DOS SANTOS, Jucélia Bispo. Novos movimentos sociais: Feminismo e a luta pela igualdade de gênero. *Revista internacional de direito e cidadania*, n. 9, p. 81-91, 2011.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das Vadias no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, v. 29, n. 2, p. 433-447, 2014 <10.1590/S0102-69922014000200007>

GONÇALVES, Eliane; PINTO, Joana Plaza. Reflexões e problemas da "transmissão" intergeracional no feminismo brasileiro. *cadernos pagu*, n. 36, p. 25-46, 2011.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil. *Sociedade e estado*, Brasília, v.29, n.2, p.433-447, ago. 2014.

GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. *As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres*. São Paulo: editora expressão popular, 2010.

GUARNIERI, Tathiana Haddad. 2010. "Os Direitos das Mulheres no contexto internacional – Da criação da ONU (1945) à Conferência de Beijing (1995)". In *Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery (Curso de Direito)*, N. 8, Janeiro-junho. 2010. (ISSN 1981 0377).

HARVEY, David, ZIZEK, SAFATLE, et al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. Boitempo Editorial, 2015.

HEMMINGS, Clare *Contando Estórias feministas*. Revista estudos feministas. Florianópolis: Janeiro 2009

HERZ, Mônica. Teoria das relações internacionais no pós-Guerra Fria. *Dados*, v. 40, n. 2, 1997.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo social*, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

IBARRA, Pedro & MARTÍ, Salvador. Prólogo a la edición castellana. In: McAdam, Doug; Tarrow, Sidney & Tilly, Charles. *Dinámica de la contienda política*. Barcelona: Hacer, 2005

JASPER, James M. Las emociones y los movimientos sociales: veinte años de teoría e investigación. *Revista latinoamericana de estudios sobre cuerpos, emociones y sociedad*, v. 4, n. 10, p. 46-66, 2012.

JESUS, Milena Santos de; SACRAMENTO, Sandra Maria Pereira do. A abordagem conferida ao sexo e gênero nas distintas ondas feministas. *Revista Café Com Sociologia*, Santa Cruz, v. 3, n. 3, p.188-206, set. 2014.

KOROLCZUK, Elżbieta. Explaining "black protests" against abortion ban in Poland: The power of connective action. 2017.

LIMA, Márcia. O uso da entrevista na pesquisa empírica. *Métodos de pesquisa em ciências sociais: bloco qualitativo*, p. 24-41, 2016.

LIMA, Maria da Paz Campos; ARTILES, Antonio Martin. Descontentamento na Europa em tempos de austeridade: Da ação coletiva à participação individual no protesto social. *Revista crítica de ciências sociais*, n. 103, p. 137-172, 2014.

LUCENA, Mariana. Os debates do movimento feminista: Do movimento sufragista ao feminismo multicultural. In: *Anais do 17º Encontro Nacional da Rede Feminista e Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero*, 2012. Disponível em <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/view/100>. Acesso em junho de 2015.

MARCELINO, Giovanna. As sufragistas e a Primeira Onda do feminismo. *Revista Movimento*. São Paulo, 9 de fev. de 2018. Disponível em: <<https://movimentorevista.com.br/2018/02/sufragistas-primeira-onda-feminismo>>. Acesso em: 13 de jan. de 2020.

MARQUES, Brenda Moreira; DE CASTRO, Brenda Thainá Cardoso. Gênero e Ciberespaço na Panamazônia: o caso da rede “CiberAmazonas” a partir de teorias feministas de ativismo transnacional. *Dossiê Gênero na Amazônia*, Belém, p.95, n. 15, jan./jun.,2019

MARQUES, A. M., ZATTONI, A. M. (2014). Feminismo e resistência: 1975 – O Centro da mulher brasileira e a revista *Vejam*. *História Revista*,19(2), 55-76. <https://doi.org/10.5216/hr.v19i2.31223>

MARQUES, Eduardo. Redes sociais e instituições na construção do Estado e sua permeabilidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol.14, Nº41, 1999.

MARQUES, Eduardo. Redes sociais e o poder no Estado brasileiro: Aprendizados a partir das políticas urbanas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol.21, Nº60, p.20, 2006

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. Da luta contra a ditadura ao feminismo: a militância política das exiladas brasileiras no Chile e na França (1968-1979). In: *Anais do III Seminário Nacional de Ciência política da UFRGS*. 2012.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Militância política e solidariedades transnacionais: a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968 – 1979)*. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de pós-graduação em Ciência Política, tese de doutoramento, 2011.

MARCHA 8M convoca greve de mulheres e tem agenda de manifestações em Porto Alegre. *Gaúcha ZH-ClickRBS* 07 mar. 2017. Seção Comportamento. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2017/03/marcha-8m-convoca-greve-de-mulheres-e-tem-agenda-de-manifestacoes-em-porto-alegre-9743128.html>
Acesso em: 15 mai. 2020.

MCADAM, D.; TARROW, S. & TILLY, C. Para mapear o confronto político. Lua Nova, São Paulo, n.76, 2009

MIANI, Rozinaldo Antonio; GUIMARÃES, Viviane. O humor levado a sério: O uso das charges de Carlos Latuff como ferramenta discursiva e ideológica em manifestações sociais. Fênix – Revista de História e Estudos Culturais Janeiro Junho de 2018 Vol.15 Ano XV nº 1 . Disponível em: www.revistafenix.pro.br

MIRANDA, Cynthia Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais. Disponível em http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/os%20movimentos%20feministas_cynthia.pdf. Acesso em junho de 2015.

MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. Revista Brasileira de Educação, n. 5-6, 1997. pp. 134-150

MOSCARDINI, Maria Laura Bolonha. FEMINICÍDIO E A LEI 13.104/2015: A NECESSIDADE DA LEI DO FEMINICÍDIO À PROMOÇÃO DA IGUALDADE MATERIAL DAS MULHERES. Revista de Iniciação Científica e Extensão da Faculdade de Direito de Franca, v. 1, n. 1, p. 45-64, 2016.

NARVAZ, M.; KOLLER, S. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez. 2006

NOGUEIRA, O Movimento FEMEN: geopolítica e neo-feminismo 2013

OCAMPO Maria Doug Mcadam, Sidney Tarrow e Charles Tilly (2003), Dynamics of contention. Imprensa da Universidade de Cambridge. nova iorque, Revista Analise politica vol.23 no.69 Bogotá maio / ago 2010 p.121-126.

OTTO, Clarice. O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces. Revista Estudos Feministas. vol.12, no.2, Florianópolis, Maio 2004

OLIVEIRA, Simone Santos; ROTENBERG, Lúcia. 8 de março-Dia Internacional das Mulheres. Laboreal, v. 15, n. Nº1, 2019.

OLIVEIRA, Bárbara Nascimento de; SILVA, Franciele Jacqueline Gazola da. Feminismo nas mídias sociais: atualidades e potencialidades. Anais do I Seminário Nacional de Sociologia da UFS, 2016.

PARAGUASSU, Lisandra; BOADLE, Anthony. Desemprego é maior preocupação do governo, diz Temer. Extra O Globo, São Paulo, 16 jan. 2017. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/desemprego-maior-preocupacao-do-governo-diz-temer-20783013.html>. Acesso em: 2 mar. 2020

PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). DitaDuras no Cone sul, p. 115, 2010.

PINTO, Céli. Feminismo, história e poder. Revista de Sociologia e política. V. 18, Nº 36: 15-23 JUN. 2010

PINTO, Céli. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro).

Por uma greve internacional militante no 8 de março. Blog da Boitempo. 07 de fev.de 2017. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/07/por-uma-greve-internacional-militante-no-8-de-marco/> Acesso em: 27 maio de 2020

RAMÍREZ, Noelia 'Dia sem mulher': o mundo se prepara para uma greve internacional feminina. El País, 06 mar, 2017. Seção Estilo. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/10/estilo/1486744741_095547.html . Acesso em: 15 jun. 2020

REBELO, Tamyá Rocha. A atuação das organizações não governamentais no Conselho de Segurança das Nações Unidas: os casos das agendas temáticas sobre crianças e mulheres. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SANTOS, Elisabete; NÓBREGA, Ligia. Ensaio sobre o feminismo marxista socialista. Mneme Revista de Humanidades, Rio Grande do Norte, v. 05, n. 11, p.1-17, set. 2004. Semestral. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/viewFile/225/200>. Acesso em: 01 mar. 2020.

SALDAÑA, Paulo; GONÇALVES, Marcos. Marcha das Mulheres ocorre em 12 Estados e mira reforma da Previdência". A Folha de São Paulo, São Paulo, 07 mar.2017. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/03/1864374-marcha-das-mulheres-ocorre-em-12-estados-e-mira-reforma-da-previdencia.shtml> Acesso em: 20 jun.2020

SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica da governação Neoliberal, Revista. Revista Crítica de Ciências Sociais, 72, Outubro 2005

SARDENBERG, C. M. B. O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres. Inclusão Social, v. 11, n. 2, 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/80459>>. Acesso em: 14 jan. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade. Vol. 4. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth. Enfim Sos Brasil rumo a Pequim. Revista Estudos Feministas, v. 3, n. 1, p. 198, 1995.

SCHNEIDER, Graziela. A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética. São Paulo: Boitempo, 2017

SCHWADE, E; GOMES, M. Discursos e feminismos em movimento entre a Marcha Mundial de Mulheres e o MST. *Revista sociais e humanas*. Santa Maria-RS, v. 25, n. 02, julho/dezembro 2012, p.221-230

SCOTT, Joan Wallach. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995

SILVA, M. K.; COTANDA, F. C.; PEREIRA, M. M. Interpretação e ação coletiva: o "enquadramento interpretativo" no estudo de movimentos sociais. *Revista de Sociologia e Política*, v. 25, n. 61, p. 143–164, 2017.

SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 33-54, 2006. Disponível em: http://www2.fpa.org.br/portal/uploads/feminismo_brasil.pdf. Acesso em junho de 2015.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. A classe operária tem dois sexos: Trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SCHUCK, Elena de Oliveira. (2017). "Feminismos em trânsito internacional: a circulação do conhecimento feminista entre Brasil e França". *Moções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, Mato Grosso do Sul, v.6. n.11, p.89-120. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/6912>

SCHUCK, Elena de Oliveira. (2018). "Conhecimento e espaços de poder: trajetórias da pesquisa acadêmica feminista no Brasil". *Inclusão Social*, Brasília, DF, v.11 n.2, p.30-43. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4107>

SCHUCK, Elena de Oliveira. (2017). *Feminismos em movimento: mapeando a circulação do pensamento feminista entre Brasil e França*. (Doutora em Ciência Política). Tese, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 175p. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/168982>

TARROW, Sidney. O poder em movimento: Movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

TARROW, S. The new transnational activism. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

TATAGIBA, Luciana. Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff. *Lusotopie*, v. 17, n. 1, p. 112-135, 2018.

TILLY, Charles. Democracia/ Charles Tilly; tradução de Raquel Weiss. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013/ (coleção sociologia).

TILLY, Charles. Spaces of contention. *Mobilization: An International Quarterly*, v. 5, n. 2, p. 135-159, 2000.

TILLY, Charles. Spaces of contention. *Mobilization: An International Quarterly*, v. 5, n. 2, p. 135-159, 2000.

TOLEDO, Cecília. *A mulher e a luta pelo socialismo*. São Paulo: Sandermann, 2014

TORPEY, John. *A invenção do passaporte. Vigilância, cidadania e Estado*. Lisboa: Temas e debates, 2003.

TROTSKY, Leon. *A História da Revolução Russa*. 1º. Volume. *A queda do Tzarismo*. Edições do Senado Federal ; v. 240 A-C-Ed. do centenário-Brasília, 2017 Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/530450>

VALE, Simone do. Primeiramente, fora, Temer: performances ativistas no noticiário ao vivo. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio. *Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática*. CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018. P.456-474.

VAL FRANCO, Beatriz Delgado. #Feminismo: desafios e oportunidades na apropriação das redes sociais para a difusão de discursos. 2017. 66 f., il. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciência Política)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

VICENTIM, Aline. A trajetória jurídica internacional até formação da lei brasileira no caso Maria da Penha. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIII, n. 80, set 2010. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8267>. Acesso em julho de 2015.

VIDAL, José Adolfo. *Activismo e novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)*. In: 4º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, 4º SOPCOM, Comissão Editorial da Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal, 2005

Women of America: we're going on strike. Join us so Trump will see our power. *Opinion*. The Guardian, Inglaterra, 6 fev. 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/feb/06/women-strike-trump-resistance-power>. Acesso em: 12 fev. 2020.

WEISSHEIMER Marco. Mulheres fazem marcha histórica: 'Eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor'. *O Sul 21*, 08 mar.2017, Disponível em: <https://www.sul21.com.br/em-destaque/2017/03/mulheres-fazem-marcha-historica-eu-sozinha-ando-bem-mas-com-voce-ando-melhor/> . Acesso em: 20 jun.2020

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. *Crítica Feminista: Uma contribuição para a história da literatura*. IX Seminário Internacional de História da Literatura. Anais... 2011.

Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Web/978-85-397-0198-8/Trabalhos/18.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2017.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br